

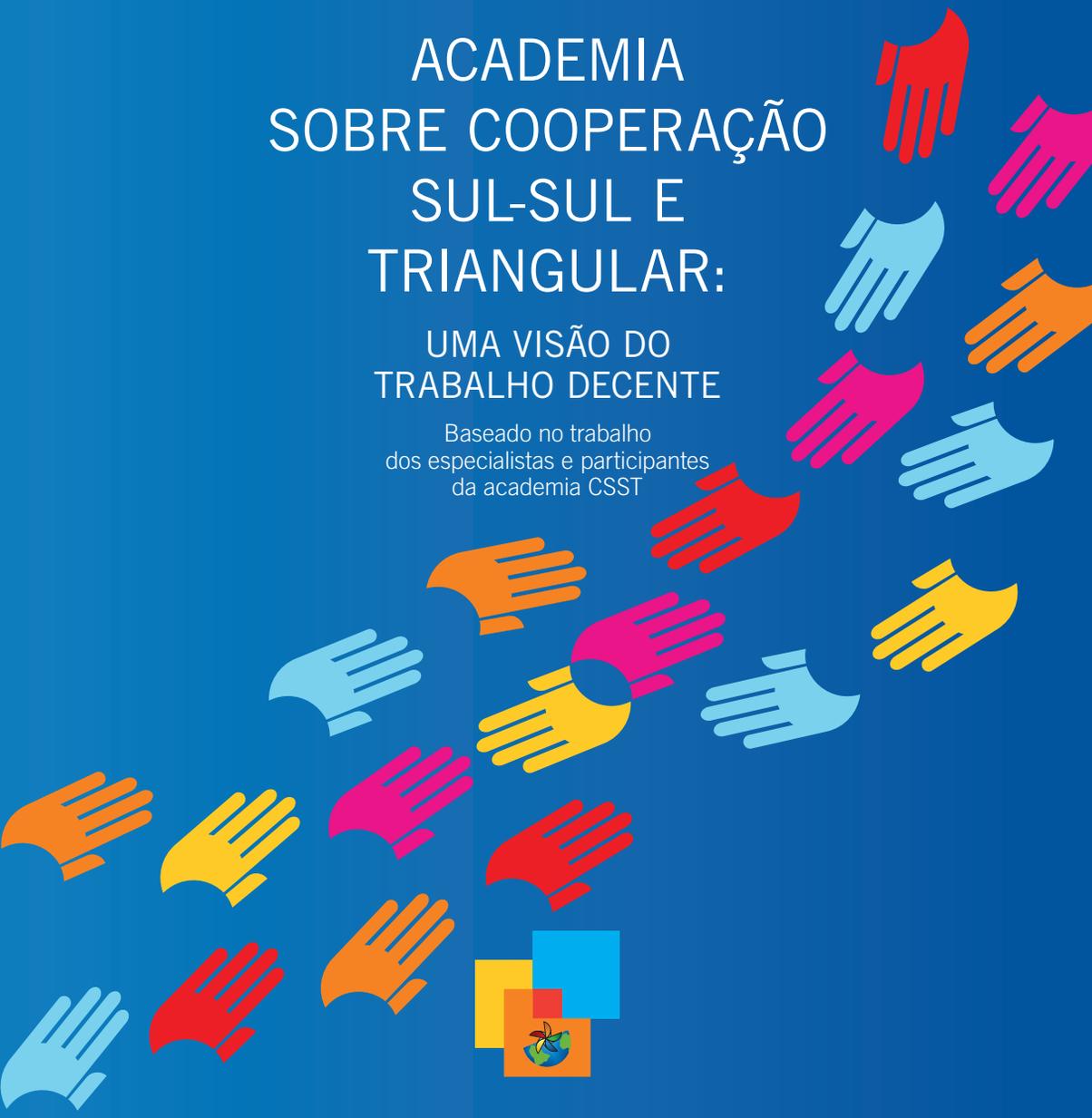


Organização
Internacional
do Trabalho

ACADEMIA SOBRE COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR:

UMA VISÃO DO TRABALHO DECENTE

Baseado no trabalho
dos especialistas e participantes
da academia CSST



ACADEMIA
SOBRE COOPERAÇÃO
SUL-SUL E
TRIANGULAR:
UMA VISÃO DO
TRABALHO DECENTE

Baseado no trabalho dos especialistas
e participantes da academia CSST

Anita Amorim, Fernando Baptista, Alessandro Ippolito,
Samar Djacta e especialistas na área da CSST

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2016
Primeira Edição 2016

As publicações da Organização Internacional do Trabalho usufruem de direitos de autor nos termos do Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos das mesmas sem autorização, desde que seja indicada a fonte. Todos os pedidos de autorização, de reprodução ou tradução devem ser remetidos às Publicações do BIT (Direitos e Licenças), Secretariado Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça. A Organização Internacional do Trabalho terá todo o gosto em receber os referidos requerimentos.

ACADEMIA SOBRE COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR:
UMA VISÃO DO TRABALHO DECENTE

Anita Amorim, Fernando Baptista, Alessandro Ippolito, Samar Djacta e especialistas na área da CSST

978-92-2-831305-5 (versão impressa)

978-92-2-831306-2 (web pdf)

978-92-2-831307-9 (CD-ROM)

Catálogo da OIT nos Dados de Publicação

As designações utilizadas em publicações da OIT, que estão em conformidade com a prática da Organização das Nações Unidas, e a apresentação dos materiais contidos nas mesmas não exprimem qualquer opinião por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre o estatuto legal de qualquer país, área ou território ou as suas autoridades ou sobre a delimitação das suas fronteiras.

As opiniões expressas em artigos, estudos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a sua publicação não vincula o Secretariado Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas.

A referência a nomes de firmas e produtos e processos comerciais não implica a sua aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho, e qualquer ausência de menção de uma firma, produto ou processo comercial específico não indica desaprovação.

As publicações do Secretariado Internacional do Trabalho podem ser adquiridas nas principais livrarias, nos escritórios locais do BIT em muitos países, ou diretamente em Publicações do BIT, Secretariado Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça. Os catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente a partir da morada acima ou de correio eletrónico: pubvente@ilo.org. Visitez notre site Web: www.ilo.org/publns.

Esta publicação foi elaborada pelo Serviço de Produção, Impressão e Distribuição de Documentos e Publicações (PRODOC) da OIT.

Design gráfico e tipográfico, preparação do manuscrito, edição, layout e configuração, revisão, impressão, publicação eletrónica e distribuição.

O PRODOC privilegia o uso de papel oriundo de florestas geridas de forma ambientalmente sustentável e socialmente responsável.

Código: BIP-ICA

Índice

Prefácio por Virgilio Levaggi, Yanguo Liu, Anita Amorim e Linda Deelen. . .	V
Nota acerca da contribuição dos especialistas em CSST	VIII
Módulo 1 – Cooperação Sul-Sul e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	1
Módulo 2 – Combater o Trabalho Infantil, o Tráfico de Pessoas e a Escravidão Moderna através da CSST (OIT)	15
Módulo 3 – Criação de Empregos, Alterações Climáticas e Transições Justas	21
Módulo 4 – Cooperação entre Cidades, Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Económico Local	35
Módulo 5 – Pisos de Proteção Social e Emprego Público	59
Módulo 6 – Cooperação entre países frágeis	65
Módulo 7 – Diálogo Social.	73
Módulo 8 – Migração de Trabalhadores	79
Módulo 9 – CSST e Parcerias Público-Privadas	91
Módulo 10 – Espaços virtuais que apoiam a Cooperação Sul-Sul e Triangular no âmbito do Trabalho Decente	97
Bibliografia	103

Prefácio por Virgilio Levaggi, Yanguo Liu, Anita Amorim e Linda Deelen

A cooperação Sul-Sul complementa a cooperação tradicional Norte-Sul ao incorporar a ideia de que «mediante um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e a um custo inferior». Assim, «os esforços de cooperação Sul-Sul, incluindo a identificação de experiências bem-sucedidas num dado país e a sua adaptação e aplicação noutra, são um contributo importante para a disseminação dos resultados do trabalho decente no âmbito dos quatro objetivos estratégicos da OIT». Ao mesmo tempo, «permite a formação de redes entre os países em desenvolvimento e os doadores tradicionais através de programas triangulares que contribuem para uma globalização justa».

Consequentemente, a cooperação Sul-Sul é reconhecida como um meio importante para abordar os desafios enfrentados pelos países menos desenvolvidos. Isto acontece porque a Cooperação Sul-Sul e Triangular é constituída pelos seguintes elementos fundamentais: (a) a promoção de iniciativas aos níveis social, económico, ambiental, técnico e político, e, deste ponto de vista, trata-se de um instrumento útil para envolver os parceiros sociais de países em desenvolvimento na promoção da Agenda de Trabalho Decente através da cooperação para o desenvolvimento; (b) a manifestação de solidariedade entre países e povos do Sul, que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva, e a prossecução dos objetivos de desenvolvimento. É encarada como ajuda pública ao desenvolvimento, mas implica uma parceria igualitária assente na solidariedade, funcionando não como um substituto e sim um complemento à cooperação Norte-Sul. Assim, o conceito de “cooperação triangular”, definida como a cooperação Sul-Sul apoiada por um parceiro do Norte, assume diferentes formas, nomeadamente a partilha de conhecimentos e experiências, a formação e a transferência de tecnologia.

Estas constatações são evidenciadas por algumas iniciativas propostas no quadro da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Essas iniciativas contribuíram para mitigar os efeitos da crise atual, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de recuperação, nomeadamente através da identificação de modelos de

sucesso em países em desenvolvimento e da partilha de experiências, em particular da colaboração para a prossecução da Agenda de Trabalho Decente da OIT.

Esta publicação apresenta uma visão geral dos módulos apresentados durante a Academia sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, que teve lugar em Turim, de 11 a 15 de julho de 2016. A Academia, uma iniciativa conjunta da OIT e do seu Centro Internacional de Formação, constituiu uma oportunidade para todos os representantes, profissionais da área, responsáveis pela elaboração de políticas, investigadores e pessoal da OIT se envolverem num fórum inter-regional e de trabalho em rede para a orquestração de iniciativas estratégicas de alto-nível, e a promoção da Cooperação Sul-Sul e Triangular ao nível político, em favor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e do trabalho decente em particular. A nível mundial, o sistema das Nações Unidas tem promovido ativamente esta modalidade através das Expos de Desenvolvimento Sul-Sul, nas quais a OIT tem tido uma participação ativa desde a sua criação. A Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) pode ser definida como a colaboração entre dois ou mais países em desenvolvimento, geralmente apoiada por parceiros tradicionais, orientada pelos princípios de solidariedade e não condicionalidade, com vista à implementação de modelos de desenvolvimento inclusivo e distributivo que são impulsionados pela demanda. A CSST é complementar à cooperação Norte-Sul, num esforço concertado para promover oportunidades de desenvolvimento. Ao longo de cinco dias, os participantes intervieram num programa rico, que ofereceu uma variedade ampla de percursos de aprendizagem, de elaboração de estratégias e de trabalho em rede. A Academia CSST proporcionou igualmente uma oportunidade única para o intercâmbio de conhecimentos e para o estabelecimento de ligações com atores fundamentais e especialistas na área do desenvolvimento internacional, assim como com mandantes tripartidos da OIT e representantes de governos, organizações internacionais e sociedade civil. A CSST assumiu nos últimos tempos um papel especialmente importante e tornou-se uma tendência nos debates e práticas mundiais em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, destacando os tópicos seguintes:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cooperação Sul-Sul;
- Cooperação triangular: boas práticas;
- Rumo a Buenos Aires + 40 (The road to Buenos Aires + 40): da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) à Cooperação Sul-Sul e Triangular;
- Boas práticas de CSST para a eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil;
- CSST na criação de emprego e formação profissional;
- Extensão dos pisos de proteção social: uma perspectiva Sul-Sul;
- Cooperação entre cidades e o desenvolvimento económico local (DEL);
- Cooperação entre países frágeis e Trabalho Decente;
- Diálogo Social e a CSST: experiências relacionadas com as organizações de trabalhadores e de empregadores;
- CSST e migração de trabalhadores;
- O papel da OIT na promoção e apoio da CSST.

Conforme expresso na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Cooperação Sul-Sul e Triangular tornou-se uma modalidade central na cooperação para o desenvolvimento a nível internacional e um instrumento essencial para o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. A tendência registada mundialmente para um maior envolvimento do Sul Global encontra-se refletida na Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento 2015-2017 da OIT e na Estratégia da OIT para a Cooperação Sul-Sul (GB, 2012). A Academia, em parceria com o sistema das Nações Unidas, centrou-se nas teorias e práticas da CSST, nos princípios, conceitos, modalidades e políticas subjacentes à CSST e ao cerne do programa. A sua dinâmica flexível e interativa possibilitou uma experiência enriquecedora, tanto para peritos com larga experiência como para os que começam agora a operar neste domínio, em termos de partilha de experiências e práticas internacionais, abrindo caminho para oportunidades notáveis de colaboração.

Nota acerca da contribuição dos especialistas em CSST

Este resumo temático por módulo foi elaborado com base nos artigos escritos pelos seguintes especialistas que participaram na academia (a publicação completa está disponível em http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_496952/lang--en/index.htm e <https://drive.google.com/drive/folders/0B9BX0GCP9Kv2ZzdXWmZjTXMxNzQ>; a ordem pela qual os nomes aparecem corresponde aos módulos 1 a 10):

Canares, M. South-South and Triangular Cooperation and the Role of Data in the Sustainable Development Goals.; Dash, A., Managing for Development Results in Decent Work through SSTC: ILO's Challenges for the Agenda 2030.; Karthikeyan, M. SSTC and SDGs: Good practices from Ethiopia; Leiva, G. Cooperación Sur-Sur Triangular en Chile; Lund, J. Transfer of Social Technology: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) and Brazil's South-South cooperation with Africa; Martinez, I. The potential contributions of South-South Cooperation to the Sustainable Development Goals; Ouedrigo, A. Expérience avec le BIT et coopération Sud-Sud; Ramirez, J. ¿Será posible? Movilizar recursos y el desafío de las nuevas oportunidades en la Cooperación Sur-Sur y Triangular.; Rocha Mattos, D: The 2030 Development Agenda under the perspective of the South-South and triangular cooperation and the Social and Solidarity Economy; Salinas, L. Chile y la cooperación sur-sur y triangular. El caso de la cooperación para mejorar las condiciones de empleabilidad de jóvenes en situación de vulnerabilidad en la República Dominicana; Stahl, Anna Katharina, Development Cooperation in a Changing Global Context: Rethinking Triangular Cooperation; Jaya, V. Indonesia's South-South and Triangular Initiatives: Contributing to Southern Countries Capacity Development; Weixia, L. Promote China-ASEAN Cooperation in Occupational Safety and Health through Training Program on Chinese Occupational Safety and Health Management System; Xiadong, Yao. The Sustainable Technical Action of China: On Promoting Of South-South Cooperation; Castillo, Carmen. La Cooperación Sur-Sur: Una respuesta al flagelo del trabajo infantil; Diallo, A. Article sur la coopération Sud-Sud –Le Travail des Enfants; Gomes, J. Academia Sobre a Cooperação Sul- Sul e Triangular; Kyaligonza, B. Disguised Child Labor in the Eastern Africa Region; Loritz, E. Del taller clandestino a la cooperativa textil-- Una trama virtuosa de Cooperación Sur- Sur desde abajo; Pivotte-Cyrus, E. The Elimination of Child Labour and SSTC; Qureshi, U. Child Labor in Pakistan and Linkages with SSTC; Sosa, N. Propuesta de Intercambio entre el Ministerio de Trabajo de Colombia y el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de Paraguay; Silva, K. O Trabalho Infantil em Angola; Agbénozan, K. Coopération Sud-Sud et triangulaire, création d'emploi et formation professionnelle. Quelle utilité pour les pays africains? Cas du Togo; Chinguwo, P. Job Creation, Environment and Sustainable Development; Deveaux, I. South-South Cooperation: A critical component to Climate Change Mitigation in The Caribbean; Ghosh, S. Forest Investment Program (FIP), Women Empowerment and South-South Cooperation: An Asian Perspective; Ghader, A. Expérience avec le BIT et coopération Sud-Sud; Gueye, M., Amorim, A., South-South Cooperation, Climate Change and Green Jobs: an ILO Perspective; Kimanzi, N. South-South and triangular cooperation as a mechanism for attaining sustainable development goals; Ramjuthan, N. Triangular Cooperation between South Africa, Mozambique and Flanders to boost capacity development in the Port Sector; Sotomayor, B. Sustainable Development Goals and the Role of South-South Cooperation: Perspectives from Peru;

MIDES: Fortalecimiento a Emprendimientos Productivos liderados por personas en situación de vulnerabilidad socio económica. Articulación con Argentina; Arce, Roxana. La dimensión del dialogo social expresado en algunas experiencias de Cooperación Sur-Sur y Triangular entre Argentina y Cuba; Bravo Vera, Patricio. Perspectivas de la cooperación sur-sur y triangular a la agroecología en el marco de la economía social y solidaria; Chaloba, D. Cooperación Sul-Sul: um breve levantamento das relações econômicas entre Brasil e África do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento local; Choudhary, N. Informal workers' organizing and SSE: An agenda for SSTC; Cohen, C. O Cooperativismo e a Cooperação Lusófona; Delgado Noguera, A. Cooperación sur – sur: Políticas de desarrollo Economico local y ordenamiento territorial en ciudades intermedias de America Latina; Díaz de la Vega Suárez, V. Cooperación entre ciudades y desarrollo económico local—Perú; Ferreira, A. Desenvolvimento econômico e social local em são tomé e príncipe-- Boa prática de agricultura biológica; Ferreira, D. Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial: Papel da Universidade Pública e possibilidades no contexto da cooperação Sul-Sul; González Vázquez, M., Fodde M. & Gilles, V. Experiencia de trabajo cooperación Sur-Sur y sus implicancias sobre los programas de EmProRed; Höfling, D. Possibilidades de Financiamento e Cooperação entre países do Eixo Sul-Sul visando o Desenvolvimento Econômico Local Sustentável e a Geração de Trabalho Decente; Melaku, T.K. Local Economic Development in Ethiopia; Lipa Cano, L. Proyecto Triangular: Perú- Guatemala-Alemania: “Mejora de la Gestión Tributaria Local en Guatemala”; Menezes Neto, J. Intensificar e fortalecer a cooperação entre Brasil e Moçambique, tendo como referência um Programa de Educação Profissional, a partir da parceria igualitária baseada na solidariedade, na partilha de conhecimentos e experiências e na formação e transferência de tecnologia; Nagao Menezes, D. Cooperação triangular sul-sul – entraves jurídicos para a criação de redes de cooperação; Pereira Morais, L. Cooperação Sul-Sul e triangular, eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil e desenvolvimento econômico local (DEL): oportunidades para se pensar a cooperação entre países do Sul a partir da experiência brasileira da produção de óleo de palma no estado do Pará; Pinto, C., Agenda 2030 – O Contributo da Economia Social e da Cooperação Sul-Sul e Triangular; Quiñones Jr, B. SSTC: A Vehicle for mainstreaming the SSE life learning community in ASEAN; Rocha Mattos, D. The 2030 Development Agenda under the perspective of the South-South and triangular cooperation and the Social and Solidarity Economy; Rosandiski, E. Legado da atuação da Cooperativas sem Fronteiras (CSF) para promoção da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Local; Rossi, A., Cooperação entre cidades e processos inovadores de gestão; Santos, J. O Papel da rede Lusófona de desenvolvimento e da ess e das redes nacionais no espaço CPLP; Shekar, C. South-South Initiative-- Job Creation & Social & Solidarity Economy-- INDIA / INTUC; Schiochet, V. Economia solidária. Políticas públicas e cooperação sul-sul para promoção do cooperativismo social; Seghier, S., UPM et la Coopération Sud Sud; Villegas Román, H. Economía Social Solidaria en Costa Rica: Un caso de estudio para la Cooperación Sur-Sur y Triangular; Vilorio, J. Community Supported Agriculture (CSA), for the Rural Economy on South- South Cooperation & Social and Solidarity Economy; Aziz Camara, A. La protection sociale au Sénégal: état des lieux et extension aux travailleuses et travailleurs de l'économie informelle; Basso, E. Artigo sobre Cooperação Sul-Sul na questão da Proteção Social; Dias, F. O Mutualismo como uma Ferramenta de Orientação Pedagógica e de Estabilização Social, provável, para os Países da CEDEAO, na base da Cooperação Sul-Sul; Lund, J. Transfer of Social Technology-- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) and Brazil's South-South cooperation with Africa; Prado, V. Cooperação Sul – Sul: Proteção Social, Emprego Público e a Equidade de Gênero; Rija, A. General Agreement Cooperation (GAC) entre KTC à Kissi Kenya, ATTI à Mbeya Tanzanie, MELTC à Mbale Ouganda et le CF HIMO à Antsirabe Madagascar depuis 2012; Bah, A. La coopération Sud-Sud et triangulaire avec les travailleurs domestiques; Cruciani, A. Amorim, A.: Fragile-to-Fragile Cooperation and the ILO; Fakhri, K, C: Fragile-to-Fragile Cooperation and South – South Cooperation: two means necessary for the development of SSE; Soares, M: South-South and Triangular Cooperation (SSTC) and Fragile-to-Fragile Cooperation (F2F) in the reshaping of International System: new forms of resistance; Ansah, F: Social dialogue as a mean to promote international working class solidarity; Anselmo, E. Diálogo Social: Contribuindo para o desenvolvimento do emprego e do trabalho decente para a Paz e resiliência; Arce, R: La dimensión del dialogo social expresado en algunas experiencias de Cooperación Sur-Sur y Triangular entre Argentina y Cuba; Camara, A. « La protection sociale au Sénégal: état des lieux et extension aux travailleuses et travailleurs de l'économie informelle »; Chinguwo P: Job Creation, Environment and Sustainable Deve-

lopment; Consolo, H: Dialogo Social em Moçambique; Griffin, K.N: Social Dialogue: The role of social partners in promoting and supporting South-South and Triangular Cooperation as demonstrated between The Commonwealth of The Bahamas and Barbados; Leiva,G. Dialogo social y Cooperación Sur; Melli, A.P., Cooperação triangular Brasil – Estados Unidos – Moçambique e fortalecimento da organização sindical dos vendedores e vendedoras do mercado informal de moçambique; Monteiro, R., Cooperação Sul-Sul, a Política Externa Brasileira e os Desafios da Sociedade Civil; Nadir, M: L'impact Du Changement Climatique Sur La Coopération Sud-Sud Et Triangulaire: Cas Du Maroc En Afrique; Nhancale, N.V.E: Redução do impacto das mudanças climáticas em Moçambique; Ortiz, J: El dialogo social en la República Dominicana; Chandra Shekar, R.D: South-South Initiative; Bah, A: La Coopération Sud-Sud et Triangulaire avec les travailleurs;De Almeida, P.S: A migração internacional e a cooperação Sul-Sul na America Latina”;Diop, G: La protection des droits des travailleurs migrants en Mauritanie et au Sénégal »;Gomis, J.L: LA Migration de Travail Vecteur de coopération sud-sud; Guittey, L: Bonne pratique de cooperation sud-sud en matiere de lutte contre la traite et le travail des enfants; Loritz, E: Del taller clandestino a la cooperativa textil, Una trama virtuosa de Cooperación Sur- Sur desde abajo; Mourad, L. Agenda de trabalho decente no brasil: reflexões sobre as políticas de migração;- Salinas Asesora, A.M.L: Cooperación sur – sur y triangular: el papel del Ministerio de Trabajo de Colombia;Sandoval Sigüenza, A.J: Artículo sobre la cooperación sur-sur guatemala-estados unidos mexicanos (migración laboral);Alaoui Solaimani, Y.: La coopération Sud- Sud et triangulaire, sacrée histoire; Gosh, S.K: Review of the Role of Business Firms in Implementing MDGs in Asia and a Case Study of Partnership between Academic Institution and Business firm (an example of SSTC); Hernandez, E: Participación Del Sector Privado En La Erradicación Del Trabajo Infantil En Colombia: Un Caso Exitoso De Cooperación Sur-Sur; Pires Baptista, F.C: The Internet as a means to enhance South-South and Triangular Cooperation in Decent Work and Sustainable Development.

A preparação deste trabalho contou com o apoio dos seguintes parceiros e colegas da OIT:

Anita Amorim, Andrew Dale, Carlien van Empel, Fernando Baptista, Irais Martinez, Matteo de Simone, Kassiyet Tulegenova, Alessandro Ippolito, Samar Djacta, Kamal Gueye, Esther Gomez, Ana Jeannet, José Maria Ramirez, Elena Montobbio, Fernanda Barreto, Noord Denkers, Maria Olave, Nuno Tavares-Martins, Maikel Lieuw-Kie-Song, Clara van Panhuys, Luiz Machado, Teresa Torres, Federico Negro, Peter Rademaker, Pierre Martinot-Lagarde, Roberto di Meglio, Martin Gasser, Stefania Perniola, Luisa Guimarães, Nuno Castro, Juliana Maziero Castro, Linda Deelen, Adrienne Cruz, Gloria Moreno-Fontes, Alice Vozza, Andreas Klemmer, Emmanuel Rubayza, Maria Tereza Gutierrez, Vera Guseva, Jesús García Jiménez, Ariel Castro, Cyntia Sampaio, Guité Diop, Mara Fabra-Porcar, Yordanka Tzvetkova, Mikhail Pouchkin, Kazutoshi Chatani, Enrique Deibe, Francesca Fantoni, E.Ferraz e Fernanda Barreto.

Celso Amorim, Helder da Costa, Maria da Conceição Matos, Jorge Chediek, Salehi Ahmad Shah, Vicente Yu, João Almino, Sarah Fox, Anna Stahl, Barbara Rambousek, Amanda Villatoro, Irene Marocco, Shi Yanping.

Módulo 1 – Cooperação Sul-Sul e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Introdução

Após vários anos de negociações e diálogos intensivos, que juntaram não apenas governos e atores da sociedade civil, mas também milhões de pessoas comuns de todo o mundo, os Estados membros das Nações Unidas chegaram a acordo por unanimidade sobre aquilo que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, descreveu como «a agenda de desenvolvimento mais inclusiva que o mundo alguma vez viu». A Agenda 2030 compreende as três dimensões inclusivas da sustentabilidade: económica, social e ambiental. Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que têm o propósito de aprofundar os progressos alcançados no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Agenda foi formalmente adotada pelos líderes mundiais reunidos numa cimeira especial das Nações Unidas em setembro de 2015, em Nova Iorque.

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável coloca as pessoas e o planeta no seu foco central e dá à comunidade internacional o ímpeto de que necessita para trabalhar em conjunto, de modo a dar resposta aos desafios tremendos com que a humanidade se defronta atualmente, incluindo os desafios relacionados com o mundo do trabalho. As estimativas indicam que mais de 600 milhões de novos empregos terão que ser criados até 2030 para acompanhar o ritmo de crescimento da população em idade ativa a nível mundial. Tal representa cerca de 40 milhões de empregos por ano. Além disso, é também necessário melhorar as condições de aproximadamente 780 milhões de mulheres e homens que não auferem o suficiente através do seu trabalho, para que estas pessoas e as suas famílias possam sair da linha de pobreza traçada nos 2 dólares por dia. A importância do **trabalho decente** para alcançar o desenvolvimento sustentável é destacada pelo **Objetivo 8**, o qual visa «promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos». Este objetivo global, reforçado pela referência a aspetos relacionados com o trabalho decente, como a proteção social e o desenvolvimento de competências no âmbito de outros objetivos propostos, é uma resposta indispensável às preocupações de muitos governos e à demanda dos povos em países de todas as regiões.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, CSST e a OIT

O Documento Final de Nairobi (2009), posteriormente aprovado na Conferência de Alto-Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul pela Assembleia Geral (Resolução 64/222), reconhece a importância e as particularidades da Cooperação Sul-Sul (CSS), reafirmando-a como «uma manifestação de solidariedade entre os povos e países do Sul que contribui para o seu bem-estar nacional, a sua autossuficiência nacional e coletiva e a realização de objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio». A CSS constitui uma via complementar à tradicional cooperação Norte-Sul para o desenvolvimento e incorpora a ideia de que, mediante um espírito de solidariedade, igualdade e não condicionalidade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções para os seus próprios problemas, a um custo inferior e com melhores resultados. As práticas que abrangem a cooperação triangular incluem a cooperação de um país do ‘Norte’ e dois ou mais países do ‘Sul’. A assistência prestada pelo Norte pode assumir a forma de contribuição financeira ou de conhecimentos técnicos especializados. A cooperação triangular implica um apoio à Cooperação Sul-Sul, razão pela qual deve ser “dirigida” pelos países em desenvolvimento envolvidos e em consonância com as suas prioridades nacionais. A Agenda 2030 reafirma igualmente o papel da Cooperação Sul-Sul (Objetivo 17). Ao abrigo dos princípios de solidariedade e não condicionalidade, a Cooperação Sul-Sul e Triangular é considerada uma abordagem compatível com a promoção da Agenda de Trabalho Decente no que diz respeito à partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas, e no apoio à capacitação em matéria de desenvolvimento, à transferência de tecnologia, à mobilização de recursos, à formação de cadeias internacionais e às redes de inovação social. A OIT participou em iniciativas que demonstraram a complementaridade entre a CSST e a Agenda de Trabalho Decente ao longo dos últimos 15 anos.

A importância do Sul Global nos processos de desenvolvimento é evidente. A agenda de desenvolvimento está a ser moldada por novos atores e respostas cada vez mais inovadoras aos desafios mundiais estão a surgir dos países emergentes, forjando parcerias estratégicas com outros países do Sul. Nesse sentido, é muito importante fazer algumas clarificações práticas sobre a definição de Cooperação Sul-Sul e Triangular, os seus princípios fundamentais, as diferenças entre cooperação Sul-Sul e cooperação triangular, o processo que deve ser seguido para implementar projetos num quadro Sul-Sul e triangular, e os atores envolvidos. Além disso, a CSST é também mencionada de forma explícita em algumas das

metas referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 das Nações Unidas («fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável») como um instrumento relevante para a implementação da Agenda 2030.

O principal Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relacionado com a criação de emprego e trabalho decente é o Objetivo 8, que visa «promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos». Este objetivo global – reforçado por metas específicas relativas à provisão de proteção social, eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil, aumento da produtividade, emprego jovem, PME e desenvolvimento de competências – é uma resposta indispensável às necessidades económicas e sociais das pessoas e dos governos de todo o mundo. No entanto, a criação de emprego e o trabalho decente não são apenas um objetivo – eles são também um motor essencial do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o trabalho e a missão da OIT são cruciais para fazer avançar a Agenda 2030 no seu todo.

É muito importante expandir a compreensão sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular ao nível mundial, direcionando e informando os atores que a podem concretizar. Este é também um passo essencial para alcançar os ODS até 2030. Os ODS de 2030 representam um enorme desafio para a Comunidade Internacional; apesar disso, as redes de desenvolvimento estão equipadas com ferramentas eficazes que irão garantir o sucesso na prossecução dos objetivos. O Sul Global necessita, mais do que nunca, de encetar esforços de cooperação acelerados para o desenvolvimento de capacidades, o reforço da resiliência e a mitigação dos riscos. Estes países são atualmente atores fundamentais, na medida em que muitos deles experienciaram um crescimento económico impressionante, conquistando o seu lugar enquanto líderes no comércio de bens e serviços, e são hoje países de rendimento intermédio. I. Martinez (2016)¹ afirma que a OIT demonstrou que ainda há trabalho a fazer em termos de expansão da CSST e de fortalecimento da cooperação inter-regional no Sul Global. Sublinha também o papel crítico da CSS para ajudar a elevar o nível de vida de um grande segmento da população através da criação de empregos decentes. Neste contexto, as Nações Unidas instaram todas as suas organizações relevantes e instituições multilaterais a «intensificar os seus esforços para incorporar de forma eficaz o uso da cooperação Sul-Sul na conceção, formulação e implementação dos seus programas regulares e considerar um aumento na

1 ILO, 2016, http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_496952/lang-en/index.htm and <https://drive.google.com/drive/folders/0B9BX0GCP9Kv2ZzdXWmZjTXMxNzQ>

alocação de recursos humanos, técnicos e financeiros para apoiar as iniciativas de cooperação Sul-Sul».

A Estratégia da OIT no âmbito da Cooperação Sul-Sul

Tendo em consideração o seu objetivo global (assegurar melhores resultados em termos de trabalho decente, a todos os níveis), a Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento 2015-2017 da OIT foi construída em torno de quatro componentes principais: Foco, Eficácia, Capacitação e Mobilização de Recursos. Neste contexto, a OIT está fortemente empenhada em convergir numa agenda comum que permita incrementar, e melhorar, as pontes entre o Norte-Sul e a CSS, bem como empoderar as parcerias horizontais através de um quadro adequado de políticas para facilitar uma transformação na cooperação para o desenvolvimento e fazer avançar a Agenda 2030. Segundo A. Dash (2016, *op. cit.*), a OIT pode dar apoio aos atores da CSST para que estes avancem no sentido de uma abordagem orientada para os resultados no domínio do trabalho decente, com um quadro de monitoração e avaliação claro, que inclui o desenvolvimento de mais capacidades nos parceiros Sul-Sul. Tal permite abordar os obstáculos institucionais e operacionais através do intercâmbio de conhecimentos e da partilha de melhores práticas, com base em sistemas melhorados de elaboração de relatórios e de gestão de conhecimentos, bem como o aumento do pessoal que trabalha no domínio do desenvolvimento naquela área. Isto implica uma liderança forte da parte da OIT, tendo em conta as elevadas expectativas que recaem sobre a Organização para que produza resultados em matéria de trabalho decente. Neste contexto, o Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV) da OIT, através da sua Unidade de Parcerias Especiais e Emergentes (ESPU), deve aprofundar e incrementar ainda mais os seus esforços para estabelecer novas parcerias, nomeadamente com parceiros sociais e organizações da sociedade civil no âmbito do seu quadro baseado em resultados, em particular no que se refere à estratégia declarada no resultado (2): A Agenda de Trabalho Decente é promovida através da CSST com o compromisso de um número crescente de governos, parceiros sociais, agências das Nações Unidas e atores não estatais.

De acordo com A. Dash (2016)², comparativamente às diferentes agências das Nações Unidas, a OIT tem desenvolvido uma experiência sólida em matéria de CSST ao longo dos anos. Para a OIT, a Cooperação Sul-Sul e Triangular é enca-

2 ILO, 2016, http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_496952/lang--en/index.htm e <https://drive.google.com/drive/folders/0B9BX0GCP9Kv2ZzdXWmZjTXMxNzQ>

rada como uma forma de tirar partido da sua vantagem específica, nomeadamente a experiência e os conhecimentos dos seus mandantes tripartidos, como um meio eficaz de desenvolver capacidades, partilhar conhecimentos, fazer o intercâmbio de experiências e melhores práticas, levar a cabo uma cooperação inter-regional e mobilizar recursos. A CSST envolve uma abordagem com múltiplos intervenientes e, a este respeito, devido à sua natureza tripartida e aos parceiros sociais, a OIT pode desempenhar um papel fundamental na promoção da CSST, bem como na provisão de uma plataforma útil para a construção de consensos e de cooperação entre os atores dos países em desenvolvimento. Os governos, empregadores e trabalhadores dos Estados membros compõem a maior rede de conhecimento especializado no mundo do trabalho – o que é crucial para a transversalização da sua Agenda de Trabalho Decente. A CSST “encaixa” naturalmente na OIT. Neste sentido, a OIT dá uma ênfase especial à Cooperação Sul-Sul e Triangular como um meio para alcançar os objetivos da Organização: promover e concretizar os princípios e direitos fundamentais no trabalho; criar maiores oportunidades de acesso a empregos e rendimentos decentes para mulheres e homens; melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; e fortalecer o tripartismo e o diálogo social³. Assim, a OIT está profundamente consciente das oportunidades que este tipo de abordagem à cooperação para o desenvolvimento (a CSST) oferece para a transversalização da Justiça Social e da Agenda de Trabalho Decente, e está ciente da posição central que a CSST ocupa na prossecução do mandato da OIT e no cumprimento da sua missão.

Uma estratégia muito importante da OIT tem sido a disseminação de informação sobre boas práticas através de diversas publicações e fóruns de partilha de conhecimentos, tais como a Expo Mundial sobre o Desenvolvimento Sul-Sul. Mais recentemente, a OIT prestou assistência a atividades de Cooperação Sul-Sul e Triangular ao facilitar, organizar e apoiar financeiramente uma série de fóruns internacionais de diálogo sobre questões laborais, tais como as sessões da Academia da OIT sobre Economia Social e Solidária (ESS), a conferência sobre “Potencial e limites da Economia Social e Solidária” (2013), a conferência sobre “Financiamento social e solidário: Tensões, oportunidades e potencial transformador” (2015), a conferência internacional de investigação sobre “Avaliar os empregos verdes para a elaboração de políticas com base nas evidências”. Estes eventos são fóruns abertos a parceiros tripartidos, onde estes podem partilhar os seus conhecimentos e experiências em termos das ligações entre a CSST e certos temas relacionados especificamente

3 ILO, 2016, http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_496952/lang--en/index.htm e <https://drive.google.com/drive/folders/0B9BX0GCP9Kv2ZzdXWmZjTXMxNzQ>

com o trabalho, proporcionando-lhes ao mesmo tempo uma oportunidade para trabalharem em rede. Por exemplo, um resultado direto da Academia da OIT sobre ESS em Joanesburgo (2015) é o programa de cooperação acadêmica entre a Índia e o Brasil sobre “Mapeamento do panorama da ESS na Índia e no Brasil: Com referência a iniciativas baseadas no gênero na Economia Social e Solidária”, conduzido por Anup Dash (Índia) e Leandro Morais (Brasil) com o apoio da OIT.

Estudo de Caso: Chile e a cooperação triangular

Segundo a Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI), o papel do Chile enquanto país de rendimento médio-alto tem atualmente uma função dupla. Por um lado, o Chile continua a ser beneficiário (no âmbito de programas de partilha de custos) de cooperação técnica e, por outro lado, tornou-se num prestador Sul-Sul, colocando à disposição da América Latina e do Caribe⁴ as suas capacidades e experiências em domínios específicos, onde tem mais valias evidentes. De acordo com G. Leiva (2016), o Chile tem atualmente uma rede de doze parceiros de cooperação triangular: Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América, Japão, México, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, França, Portugal, Singapura e Suíça. As áreas prioritárias de cooperação são: fortalecimento e modernização institucional; desenvolvimento social; cooperação económica para o desenvolvimento; ambiente, recursos naturais e energia; agricultura e segurança alimentar; desenvolvimento territorial local; prevenção de catástrofes e formação de capital humano.

O país aceitou o desafio e adotou uma estratégia de cooperação deliberada com países de igual ou menor grau de desenvolvimento, a qual foi conduzida através da Agência de Cooperação Internacional do Chile, reforçando os laços com doze parceiros de “cooperação tradicional” do Norte. Em conjunto com a Alemanha, o Chile desenvolveu e continua a desenvolver projetos de cooperação triangular na República Dominicana (empreendedorismo jovem/ empregabilidade dos jovens), Guatemala (segurança alimentar/ informação aos consumidores), Haiti (emprego jovem e ambiente), El Salvador (emprego jovem), Honduras (gestão de resíduos sólidos), Colômbia (gestão de resíduos sólidos) e Paraguai (desenvolvimento local e territorial). Outro bom exemplo do papel ativo que o Chile tem vindo a assumir em termos de cooperação com outros países do Sul é um projeto que visa melhorar as condições de emprego e o acesso ao mercado de trabalho para jovens vulneráveis da zona rural na República Dominicana. Esta experiência foi

⁴ A designação desta região geográfica apresenta variações consoante a norma da língua portuguesa usada. Neste caso, “Caribe” é a forma usada seguindo a norma do Português Brasileiro, sendo que pela norma do Português Europeu é comum o uso de “Caraíbas”.

baseada na cooperação bilateral desenvolvida pela Alemanha e o Chile na primeira década de 2000, designada “Interjovem”, que visava incrementar as capacidades e competências de empreendedorismo dos jovens para melhorar o seu acesso a melhores oportunidades de emprego.

Esforços sustentáveis para promover a CSST na ASEAN: os casos da China, Indonésia e a cooperação no seio da ASEAN

Quando o Presidente Xi Jinping visitou a Ásia Central e o Sudeste Asiático em setembro e outubro de 2013, lançou a iniciativa de construção conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI (adiante designada como “uma Faixa, uma Rota”), despertando uma atenção especial de todo o mundo. Na Expo China-ASEAN em 2013, o Primeiro-Ministro Li Keqiang sublinhou a necessidade de construir uma Rota Marítima da Seda orientada para a ASEAN e de criar propulsores estratégicos para o desenvolvimento do interior. Acelerar a construção de “uma faixa, uma rota” pode ajudar a promover a prosperidade económica dos países que se situam nessa zona, a cooperação económica regional, o fortalecimento dos intercâmbios e da aprendizagem mútua entre diferentes civilizações, e a promoção da paz e do desenvolvimento mundiais. Este é um grande empreendimento que irá beneficiar povos de todo o mundo.

Segundo Weixa (2016), orientada pelos princípios de desenvolvimento sustentável, a China tem implementado muitos programas de Cooperação Sul-Sul e Triangular, incluindo de cooperação regional e sub-regional como a Iniciativa da Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota Marítima da Seda do Século XXI (a Iniciativa da Faixa e da Rota). Aquando das 16^a, 17^a e 18^a Cimeiras China-ASEAN (10 + 1), o Primeiro-Ministro Li Keqiang afirmou que as relações China-ASEAN foram muito além do âmbito bilateral, tornando-se um pilar fundamental da paz, da estabilidade e do desenvolvimento na Ásia Oriental; a China encarou sempre a ASEAN como uma prioridade nas relações diplomáticas com os seus países vizinhos; a China apoia firmemente os esforços de integração e de construção comunitária da ASEAN, bem como a sua centralidade na cooperação regional. O Primeiro-Ministro assinalou ainda que a China e a ASEAN devem criar sinergias entre a Iniciativa da Faixa e da Rota e as estratégias de desenvolvimento de outros países na região e, em conjunto, incrementar a cooperação para fins de segurança, tanto em domínios tradicionais como não tradicionais.

A formação e implementação do Projeto OIT/China de Cooperação Sul-Sul para a Expansão de Serviços de Emprego e a Melhoria da Informação sobre o Mercado de Trabalho no Camboja e na República Popular Democrática do Laos é um bom exemplo de CSST no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao longo de 2014 e 2015, tanto o Camboja como a RPD do Laos beneficiaram grandemente da experiência chinesa, especialmente com a viagem de estudo e a familiarização com o avançado, abrangente e extensivo sistema de serviços de emprego na China. Importa assinalar que o trabalho de base desenvolvido durante a Fase 1 permitiu criar serviços de emprego de qualidade e motivou um forte empenho para conseguir implementar um sistema gratuito de serviços múltiplos de emprego, como no caso chinês.

De acordo com Xiaodong (2016), dado o principal objetivo e a estratégia de promoção do emprego, os resultados do Projeto China/OIT de Cooperação Sul-Sul irão contribuir para a Agenda 2030, que incorpora as três dimensões de sustentabilidade – económica, social e ambiental. De forma mais específica, os resultados do Projeto contribuirão para responder ao apelo da Agenda das Nações Unidas de «Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.». O Projeto continua a ser implementado no quadro da Cooperação Sul-Sul e Triangular da OIT, no âmbito do qual o apoio da China irá conjugar a provisão de recursos financeiros com uma vasta gama de iniciativas de intercâmbio de conhecimentos baseadas nas suas experiências ao nível nacional e provincial. No cerne desta cooperação estará a prestação de assistência técnica, de serviços de consultoria e a partilha de boas práticas e experiências por parte da China com o Camboja e o Laos, além dos conhecimentos especializados da OIT e de um amplo inventário de estudos de caso práticos sobre a Ásia e outras regiões. O Projeto irá contribuir para o incremento do mercado de trabalho e o desenvolvimento dos recursos humanos com o intuito de alcançar o crescimento económico e social.

Segurança e saúde no trabalho na China e na ASEAN

É amplamente reconhecido que a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), habitualmente referida na China como “segurança no trabalho”, tem uma relevância direta para a segurança das vidas e o bem-estar das pessoas, para a robustez da economia e a harmonia social. Perante o seu rápido desenvolvimento, a maioria dos países da ASEAN enfrenta sérios desafios em termos de SST. Para mitigar os problemas,

estes países implantaram diversos sistemas e práticas, ao longo de vários anos de esforço. Esta questão tem uma importância significativa tendo em conta que a China se depara com a mesma situação.

O governo chinês atribui uma enorme importância à segurança e saúde no trabalho, inspirando as suas políticas nas indicações contidas no ODS 3: «Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades». Em 2010, o organismo do Estado responsável pela segurança no trabalho (SAWS) adotou o Código Básico do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho da China, o qual começou a produzir efeitos e foi adquirindo experiência graças a um esforço abrangente. Está demonstrado que a definição de normas em termos de segurança do trabalho pode funcionar como um mecanismo de desenvolvimento de capacidades para empresas no longo prazo, um importante ponto de referência para a inspeção do governo e um método útil para prevenir a ocorrência de acidentes. A cooperação entre a China e os países da ASEAN oferece grandes perspectivas e oportunidades. Espera-se que a cooperação na área da segurança e saúde no trabalho entre a China e os países da ASEAN seja expandida, o que permitirá ajudar ainda mais as pessoas a trabalhar e viver em ambientes seguros e saudáveis, promover a prosperidade comum e dar novos contributos para a paz e o desenvolvimento na África Oriental, e no mundo em geral. Estas iniciativas funcionam como um estímulo e um contributo para a concretização do ODS 3: «Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades».

Indonésia, ODS e CSST

Segundo Jaya (2016), entre 2006 e 2014 a Indonésia participou em programas de CSST que ascenderam a um montante estimado de 4,9 milhões de dólares. O portefólio inclui mais de 700 programas individuais, com aproximadamente 4 000 participantes da Ásia e do Médio Oriente (75 por cento), África (17 por cento), Pacífico (5 por cento) e América do Sul (3 por cento). A CSST da Indonésia inclui três programas de referência: questões de desenvolvimento, boa governança e construção da paz, e assuntos económicos. Cada um destes temas reflete as vantagens comparativas da Indonésia e também um espaço para criar um centro de conhecimento regional e global. Em 2014, decorreram 26 iniciativas de CSST que absorveram aproximadamente 1,18 milhões de dólares do orçamento do Estado, além do financiamento recebido da parte de parceiros do desenvolvimento ou países parceiros.

Nos seus esforços para contribuir para o desenvolvimento global, em especial após o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015, a Indonésia definiu diversos domínios centrais que refletem o compromisso do país relativamente aos ODS, designados programas de referência. São vários os programas de referência implementados pela CSST da Indonésia, nomeadamente o Programa de Desenvolvimento de Capacidades sobre Empoderamento Comunitário, Inseminação Artificial de Gado Bovino para Produção de Carne, Revitalização da Agricultura Familiar e Centro de Formação Rural, Programa de Redução do Risco de Catástrofes e Alterações Climáticas, Programa de Desenvolvimento de Capacidades para a Democracia e Resolução de Conflitos, Programa de Desenvolvimento de Capacidades sobre Comércio e Exportação, Programa de Infraestruturas para o Setor Rodoviário, Programa sobre População, planeamento familiar e saúde reprodutiva, Programa de Bolsa para a Parceria entre Países em Desenvolvimento e Programa de Desenvolvimento de Capacidades sobre Macroeconomia, Finanças Públicas e Microfinanças.

Política de Tecnologia Social e Cooperação Sul-Sul (extraído de Lund, 2016, *op. cit.*)

A Política de Tecnologia Social envolve produtos, técnicas ou metodologias replicáveis e desenvolvidas em colaboração com uma comunidade, e representa um conjunto de soluções eficazes para a transformação social. Um dos projetos de tecnologia social mais bem-sucedidos até à data é o Programa de Aquisição de Alimentos do Brasil (PAA). Há mais de uma década que o PAA tem vindo a impulsionar a tecnologia social para enfrentar os desafios da má nutrição infantil que resulta da pobreza rural. O PAA é um programa que produz impacto no curto prazo ao contribuir para a criação de resiliência local e que promove o desenvolvimento sustentável das comunidades no longo prazo. Apresenta soluções para variados desafios prementes e está a ser replicado através da Cooperação Sul-Sul em todo o mundo em desenvolvimento, com o apoio dos governos. Inspirado pelas lições extraídas do Programa Fome Zero do Brasil para erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, o Programa *Purchase from Africans for Africans* (Comprar a Africanos para Africanos, PAA África) resulta do compromisso assumido pelo governo do Brasil durante o Diálogo de Alto-Nível Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, maio de 2010). Com a ajuda e o apoio financeiro do governo do Brasil e do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DfID), o PAA África tem vindo a desenvolver parcerias com a Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal, contando com a cooperação técnica da

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do programa Purchase for Progress (Compras para o Progresso, P4P) do Programa Alimentar Mundial. O PAA África trabalha atualmente em parceria com governos, agências das Nações Unidas e a sociedade civil para relacionar a assistência alimentar nas escolas com o apoio à agricultura local. Tem vindo a coordenar esforços para ajudar os agricultores familiares de pequena escala a aceder aos mercados institucionais e para promover a segurança alimentar dos estudantes. A modalidade de Cooperação Sul-Sul é um pilar do PAA África. Oferece uma apropriação nacional, um intercâmbio e aprendizagem contínuos entre os países em desenvolvimento que participam no programa. Oferece igualmente oportunidades de cooperação triangular com parceiros de desenvolvimento do Norte e com agências multilaterais das Nações Unidas: o PAM, a FAO e o Brasil possibilitam o desenvolvimento de capacidades entre os cinco países parceiros, com o Brasil e com interlocutores regionais. O PAA África está em consonância com a *New Partnership for Africa's Development* (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, NEPAD) da União Africana, cujo objetivo é alimentar as crianças africanas em idade escolar, providenciando uma alimentação adequada. Os programas de alimentação escolar, que incluem a compra de alimentos locais provenientes da agricultura familiar de pequena escala, apresentam múltiplas vantagens no curto e no longo prazo. A inovação está no cerne das iniciativas Sul-Sul e pode ser fomentada através da partilha de conhecimentos especializados do Sul, do desenho e planeamento conjuntos e de atividades de transferência de tecnologia.

O Papel dos Dados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em resposta a desafios mais amplos relacionados com a monitoração do progresso dos ODS, a *Global Partnership for Sustainable Development Data* (Parceria Global para os Dados sobre Desenvolvimento Sustentável, GPSDD) foi criada como uma «rede global de governos, ONG e empresas que trabalham em conjunto para fortalecer a inclusão, a confiança e a inovação na forma como os dados são usados para abordar os esforços do mundo em termos de desenvolvimento sustentável» (GPSDD, 2015). Este é o reconhecimento concreto de que, sem a reforma dos processos de coleta, de agregação e de análise dos dados, determinar se os países são ou não capazes de cumprir os compromissos dos ODS será uma tarefa difícil.

As Nações Unidas, num relatório que destaca a necessidade de uma revolução nos dados, argumentaram que «Os dados são a força vital do processo de tomada de decisão e a matéria-prima para a prestação de contas. Sem dados de elevada qualidade que proporcionem a informação certa sobre as questões certas no

momento certo, a conceção e avaliação de políticas eficazes torna-se praticamente impossível» (UN, 2014:2). Sendo esta uma tarefa gigantesca, foi defendido que as pessoas devem ter acesso aos dados, para que todas as pessoas possam «monitorar o progresso, responsabilizar os governos e fomentar o desenvolvimento sustentável» (UN, 2014:2). Assim, o apelo à abertura dos dados é lançado para que os diferentes intervenientes tenham acesso aos dados e possam usá-los para variados propósitos de modo a contribuir para a realização dos ODS.

De acordo com Canares (2016, *op. cit.*), as práticas assentes nos dados e baseadas em evidências oferecem novas oportunidades aos líderes dos setores público e social para aumentar o impacto e, ao mesmo tempo, reduzir a ineficácia. A Agenda de Trabalho Decente deve encetar esforços no sentido de impulsionar uma mudança social assente nos dados. Existe um imperativo económico e moral para a adoção de abordagens assente nos dados. Dada a persistência de orçamentos limitados, devemos direcionar os fundos para programas e iniciativas que usam efetivamente os dados para demonstrar o impacto alcançado e desviar os fundos daquelas práticas, políticas e programas que, sistematicamente, não conseguem produzir resultados mensuráveis. Nesse sentido, é de suprema importância produzirmos evidências sobre as práticas, as políticas e os programas que irão alcançar resultados mais eficazes, de modo a ajudar os responsáveis pela elaboração de políticas a tomar melhores decisões. Quando adotam determinadas abordagens, os doadores convencionais têm a tentação de trabalhar de uma forma que parte do topo para a base. Considerando a natureza horizontal da CSST (que possui uma lente de “equidade”), é importante estruturar os processos da base para o topo e implementar programas que irão envolver diretamente os membros da comunidade no trabalho a realizar para promover a mudança social, com base na ideia de “apropriação” a um nível sistémico, de modo a alcançar um objetivo complexo que abrange toda a comunidade.

Esta disparidade na qualidade e abertura dos dados requer um determinado quadro de cooperação que ajude a melhorar essa qualidade e essa abertura dos dados em todo o mundo em desenvolvimento. Este quadro de cooperação deve assumir que os países em desenvolvimento se encontram em diferentes pontos de partida, reconhecendo ao mesmo tempo que estes países podem aprender com as experiências provenientes de economias mais avançadas. Por exemplo, países como a Indonésia e as Filipinas, que possuem disposições institucionais semelhantes em termos de iniciativas relacionadas com a abertura dos dados, podem aprender um com o outro e, em simultâneo, replicar as práticas de países avançados como a

Coreia do Sul ou a Austrália. Neste contexto, a Cooperação Sul-Sul e Triangular é importante e fundamental.

Desafios de Caráter Jurídico para a Rede da CSST⁵

A CSST constitui uma ação coordenada entre vários atores com vários propósitos diferentes, que vão da simples troca de informação à realização de tarefas conjuntas para resolver o mesmo problema, mediante a implementação de ações conjuntas que envolvem o diagnóstico, o planeamento de políticas públicas, o desenvolvimento e a capacitação de pessoal, entre inúmeras possibilidades de cooperação. Ao contrário das relações jurídicas privadas, que são reguladas por contratos, os desafios que envolvem as questões sociais não têm o mesmo período de desenvolvimento. Devido à diferença central em termos de qualidade no domínio das relações jurídicas privadas, as relações estabelecidas no âmbito da Cooperação Sul-Sul, tal como no da Cooperação Norte-Sul, possuem uma natureza social.

Conforme afirmado anteriormente por Nagao Menezes (2016, *op. cit.*), as relações triangulares são compostas por empregadores, trabalhadores e o Estado. Cada um destes atores é criado e organizado ao abrigo de uma legislação específica, possuindo variadas capacidades nos termos da legislação de cada país. Este aspeto, por si só, contribui para a desigualdade presente na celebração dos acordos de cooperação, devido aos desafios que coloca a um dos pilares fundamentais do Direito moderno: a igualdade entre as partes.

Quando a cooperação envolve o Estado, as questões tornam-se extremamente complexas, especialmente quando se consideram as divisões ao nível político dentro dos Estados. Raros são os países considerados como núcleos ou “unidades”, que são os únicos com poderes políticos. Geralmente, os países estão divididos em governos centrais e regionais. No entanto, nem todos os governos regionais e locais possuem competência jurídica suficiente para celebrarem acordos de cooperação, especialmente quando estes envolvem obrigações contratuais internacionais. Assim, para melhorar a CSST, algumas barreiras jurídicas realmente significativas devem ser abordadas de forma sistemática.

5 Extraído de Menezes, 2016, *op. cit.*

Módulo 2 – Combater o Trabalho Infantil, o Tráfico de Pessoas e a Escravatura Moderna através da CSST (OIT)

Introdução

Atualmente, 168 milhões de crianças encontram-se em situação de trabalho infantil. Metade destas, cerca de 85 milhões de meninas e meninos, estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, enquanto as restantes são consideradas novas demais para estarem a trabalhar. Vinte e um milhões de mulheres, homens e crianças estão em situação de trabalho forçado, presos em trabalhos e serviços caracterizados por condições de exploração que geram, pelo menos, 150 bilhões⁶ de dólares de lucros ilícitos anualmente. O trabalho infantil e o trabalho forçado afetam as pessoas mais vulneráveis e menos protegidas, perpetuando um ciclo vicioso de pobreza e dependência.

Os projetos piloto de Cooperação Sul-Sul e Triangular tiveram início em 2005, quando os memorandos de entendimento foram assinados com o governo do Brasil. O Programa de Parceria OIT/Brasil de 2009 para a Promoção da Cooperação Sul-Sul para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil inclui diversas atividades conjuntas num leque abrangente de países em desenvolvimento. Dez projetos sub-regionais e nacionais foram implementados em onze países. Os programas foram inicialmente desenvolvidos na Bolívia, no Equador e no Paraguai, e posteriormente foram alargados à região do MERCOSUL (Argentina, Brasil e Uruguai) e aos PALOP⁷; mais tarde foram expandidos para a Tanzânia (África), Timor-Leste (Ásia) e Haiti (Caribe). Os projetos relativos ao Haiti e aos PALOP foram cofinanciados pelos Estados Unidos da América, no âmbito de uma parceria com o Departamento de Estado (*Department of State*, USDOS) e o Departamento do Trabalho (*Department of Labour*, USDOL), respetivamente, e foram implementados no quadro de um acordo inovador de cooperação triangular (o primeiro na história da OIT). Um projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento

6 A nomenclatura de grandes números apresenta variações consoante a norma da língua portuguesa usada. Neste caso, “bilhão” segue a norma do Português Brasileiro, que corresponde a “mil milhões” (109) na norma do Português Europeu.

7 Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa consistem em seis países africanos cuja língua oficial é o português: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial.

Social denominado Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, apoiou a preparação e implementação da Terceira Conferência Global sobre Trabalho Infantil (III CGTI, Brasília, em outubro de 2013)⁸.

Os projetos de combate ao trabalho infantil na Bolívia, no Paraguai e no Equador foram os primeiros a ser implementados no quadro do programa de CSST da Agência Brasileira de Cooperação e constituíram bons exemplos de coordenação com o USDOL através da modalidade de cooperação triangular. Foram desenvolvidos mecanismos e práticas de CSST entre os diferentes atores envolvidos, tais como viagens de estudo conjuntas relacionadas com os temas de transferências monetárias condicionadas, inspeção do trabalho, trabalho infantil e emprego jovem e o desenvolvimento de competências.

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (International Programme on the Elimination of Child Labour, IPEC) da OIT foi criado em 1992 com o objetivo global de eliminar progressivamente o trabalho infantil através do fortalecimento das capacidades dos países para lidar com o problema e promover um movimento a nível mundial de luta contra o trabalho infantil. O IPEC opera atualmente em 88 países, com um orçamento anual destinado a projetos de cooperação técnica que, em 2008, ascendeu a 61 milhões de dólares. É o maior programa do seu género a nível mundial e o maior programa operacional único da OIT.

O número e o alcance dos parceiros do IPEC expandiram ao longo dos anos, incluindo atualmente organizações de empregadores e de trabalhadores, agências internacionais e governamentais, empresas privadas, organizações de base comunitária, ONG, meios de comunicação social, deputados, sistema judiciário, universidades, grupos religiosos e, claro, crianças e respetivas famílias. O trabalho do IPEC para eliminar o trabalho infantil é uma faceta importante da Agenda de Trabalho Decente da OIT. O trabalho infantil não só impede as crianças de adquirirem as competências e educação necessárias ao seu próprio futuro, como

⁸ Ao longo de 2013, estavam ativos os seguintes projetos: MERCOSUL, PALOP, Equador, Haiti e Tanzânia, bem como o projeto para apoiar a III CGTI através da CSST. Entre janeiro e dezembro de 2013, a OIT Brasília centrou-se na finalização dos seus planos de trabalho e atividades para a disseminação e promoção das disposições necessárias para a participação na III CGTI.

também perpetua a pobreza e afeta as economias nacionais devido à perda de competitividade, de produtividade e de potencial rendimento. Retirar as crianças da situação de trabalho infantil, proporcionando-lhes uma educação adequada e dando assistência às suas famílias através de formação e de oportunidades de emprego, contribui diretamente para a criação de trabalho decente para os adultos.

Definição das prioridades do grupo-alvo

Embora o objetivo do IPEC continue a ser a prevenção e eliminação de todas as formas de trabalho infantil, a prioridade centra-se nas piores formas de trabalho infantil, definidas pela Convenção da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil, 1999 (nº 182) como: todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças; a sujeição por dívida e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças com vista à sua utilização em conflitos armados; a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de atuações pornográficas; a utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral da criança.

A CSST e a Iniciativa da América Latina: o caso do Caribe (Pivotte-Cyprus, E., 2016)

A Organização Internacional do Trabalho define o termo “Trabalho Infantil” como «todo o trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e psicológico». Note-se que em ambas as definições, o trabalho infantil provoca perturbações e distúrbios graves nas vidas das crianças e que as duas organizações são intransigentes no que se refere à situação. De modo a alcançar um mundo livre do trabalho infantil, foi criada uma aliança há vinte anos entre os países, denominada Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil. A Iniciativa Regional visou declarar a América Latina e o Caribe como a primeira região em desenvolvimento do mundo sem trabalho infantil. Nesse sentido, para conseguir concretizar esse objetivo foi essencial a participação de todos os países da região, em conjunto com a América Latina. Tal deu origem à CSST e à sua campanha de ratificação do roteiro para concretizar a eliminação do trabalho infantil na América Latina

e no Caribe. Para realizar o seu objetivo de erradicação do trabalho infantil, a CSST coloca em prática sistemas de monitoração adequados, dando aos Estados membros tarefas e papéis específicos que incluem tarefas como: alcançar o nível mais elevado de apoio político às atividades da Iniciativa Regional; fazer campanhas de sensibilização para esta matéria junto dos fóruns nacionais, sub-regionais, regionais e mundiais para assegurar a implementação da Iniciativa Regional; interagir de forma eficaz com o Secretariado Técnico para a implementação de todas as componentes dos planos e programas da Iniciativa Regional; estabelecer ligações com os níveis regional e nacional da Iniciativa Regional, disseminando informação, socializando acordos e assegurando o fluxo de coordenação e contributo junto das partes interessadas; conforme delegado pela Rede de Pontos Focais, assegurar o cumprimento das políticas e estratégias, além do seu acompanhamento e gestão; coordenar com a Rede de Pontos Focais a conceção, o acompanhamento e a implementação da estratégia de sensibilização e de mobilização de recursos da Iniciativa Regional.

CSST e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Cabo Verde, Angola, Moçambique e Brasil

Em Cabo Verde, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) é a instituição destacada por Jairson Gomes (Gomes, J., 2016, *op. cit.*) para a prevenção e eliminação do trabalho infantil. Esta instituição foi precedida pelo Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM), criado em 1982, incumbido da responsabilidade de «promover e salvaguardar o bem-estar das crianças e dos adolescentes e protegê-los de situações que poderão, de alguma forma, colocar em risco o seu desenvolvimento harmonioso e integral». Atualmente, o ICCA tem vindo a mudar a sua abordagem e intervenção através da apropriação de novos conceitos e encarando a criança como um sujeito de direitos. Nesse sentido, o ICCA participou num seminário em 2010 dedicado ao planeamento e conceção de um projeto para a erradicação do trabalho infantil pelo governo do Brasil, no contexto da promoção da cooperação Sul-Sul no domínio do trabalho infantil, pois existe uma perceção fundamentada de que o Brasil tem vindo a acumular experiências e a consolidar boas práticas em termos de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Da parceria proposta entre o governo do Brasil, a OIT e um conjunto de países que inclui Tanzânia, Gana, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe emergiu uma colaboração que levou à realização de várias atividades conjuntas, as quais produziram uma influência positiva sobre as ações das

autoridades nacionais na prevenção e eliminação deste fenómeno. Os resultados foram satisfatórios e suscitaram um intenso debate acerca do trabalho infantil, o qual teve lugar em diversos seminários realizados a nível nacional e onde foi focada a sensibilização da administração pública e do trabalho, dos parceiros sociais e de organizações não governamentais para a eliminação do trabalho infantil. Além disso, no âmbito do projeto, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa prepararam e aprovaram o Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil, estabelecendo uma lista de trabalhos perigosos interditos a crianças e adolescentes, e definindo comités nacionais tripartidos ou outros órgãos consultivos para lidar com assuntos relacionados com o trabalho infantil relativamente a políticas e legislação existentes.

Ademais, o projeto conseguiu fortalecer o diálogo social e possibilitar a partilha de experiências entre os Estados membros da CPLP, reforçando a cooperação Sul-Sul nestes países, especialmente entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O projeto ajudou a tornar possível a ratificação das Convenções nº 138 e 182. Por exemplo, a finalização da ratificação da Convenção nº 138 por Cabo Verde foi impulsionada através de reuniões regionais, pois Cabo Verde era referenciado nas apresentações da OIT como o único país da CPLP que ainda não tinha ratificado a Convenção nº 138, o que acabou por acontecer em fevereiro de 2011. Num sentido mais amplo, esta proposta em Cabo Verde teve o propósito de fomentar a consolidação da política nacional no que diz respeito à luta contra o trabalho infantil, através de uma consultoria para rever e atualizar o Plano Nacional de Ação tendo em vista a sua aprovação pelo Conselho de Ministros, bem como assegurar a nível nacional um mecanismo de informação e sensibilização de diferentes grupos-alvo em matéria de trabalho infantil e suas piores formas. O principal objetivo da iniciativa foi fortalecer a capacidade institucional e local, bem como consolidar o processo para a aprovação do Plano Nacional de Ação no Conselho de Ministros enquanto política pública para a prevenção e eliminação do fenómeno do trabalho infantil no país.

Silva, K. (Silva, 2016) oferece outro exemplo brilhante de cooperação Sul-Sul e de um bom diálogo social sobre o trabalho infantil nos países da CPLP: a formação SCREAM – *Supporting Children's Rights through Education, Arts and the Media* (Apoiar os Direitos das Crianças através da Educação, das Artes e dos Média) –, um dos resultados do projeto, consistiu numa formação em que peritos da OIT em Angola trabalharam com o governo e os seus parceiros sociais. O projeto envolveu a formação de cerca de 40 professores de Luanda sobre a metodologia SCREAM,

incluindo dois professores angolanos que viajaram para Moçambique de modo a replicar a formação SCREAM junto de professores moçambicanos. Esta atividade permitiu fortalecer as relações entre os professores de Angola e de Moçambique, que desde então discutem estratégias conjuntas para lutar contra o trabalho infantil.

Módulo 3 – Criação de Empregos, Alterações Climáticas e Transições Justas

Introdução

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os compromissos relativos às alterações climáticas não podem ser alcançados se os governos agirem isoladamente. Os parceiros sociais, nomeadamente as organizações de empregadores e de trabalhadores, terão um papel central a desempenhar na geração e difusão de soluções necessárias a uma escala mundial. A OIT encontra-se bem posicionada, com os seus mandantes tripartidos, para facilitar e promover as interações de variados atores nos países e entre estes. Em novembro de 2015, o Conselho de Administração da OIT adotou Diretrizes para uma transição justa rumo a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos. As Diretrizes cobrem nove áreas de políticas e oferecem um quadro orientador abrangente para governos, trabalhadores e empregadores trabalharem juntos nos países e entre estes, com o intuito de dar um sentido prático às três dimensões do desenvolvimento sustentável, promovendo um crescimento económico ambientalmente sustentável, a criação de empregos e a inclusão social – não deixando ninguém para trás.

O papel crescente de países considerados “emergentes”, incluindo o Brasil, China, Turquia, Coreia do Sul, Índia, África do Sul e outros, em termos de comércio, finanças, investimento e governança económica mundial, perturbou as regras e as linhas divisórias históricas no domínio da cooperação internacional. Durante anos, a cooperação para o desenvolvimento foi associada a uma transferência unidirecional e unidimensional de recursos, conhecimentos, especializações e tecnologias do Norte (Ocidente) para o Sul (países em desenvolvimento, a maioria dos quais africanos). «Embora a cooperação Norte-Sul continue a ser a forma de cooperação dominante, em termos de valor e de volume, a cooperação entre o Sul aumentou de forma dramática nos últimos anos, passando de um fenómeno relativamente marginal no final dos anos 70 do século XX para uma realidade económica global que conquistou o seu lugar internacionalmente nos mecanismos de financiamento do desenvolvimento» (*Centre of International Trade – OIF, 2014, p. 5*).

Os relatórios produzidos nos últimos anos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul evidenciam a importância cada vez maior da CSST. Tal reflete-se no facto de o Sul não só ter incrementado a sua capacidade financeira individual, mas o seu impacto coletivo na economia global teve também um aumento exponencial. Atualmente, mais de 5 trilhões⁹ de dólares de reservas estão na posse das economias em desenvolvimento, o que representa 47 por cento do comércio mundial, sendo que os fluxos Sul-Sul constituem cerca de metade deste total. Este será um dos principais motores de crescimento nos próximos anos. Estas tendências evidenciam a existência de uma demanda e de uma oportunidade para transformar a CSST num motor de crescimento massivo para a realização dos ODS. Na verdade, conforme o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, afirmou durante a Mesa Redonda de Alto-Nível sobre Cooperação Sul-Sul, da Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, «A Cooperação Sul-Sul irá desempenhar um papel fundamental na implementação da Agenda 2030 e na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável».

Segundo Kimanzi (2016, *op. cit.*), a adoção do Acordo de Paris em dezembro de 2015 constitui um ponto de viragem histórico na diplomacia multilateral para possibilitar uma ação global em matéria de alterações climáticas. O emprego, o ambiente e o desenvolvimento social são dimensões essenciais e estreitamente interligadas do desenvolvimento sustentável. O Acordo afirma igualmente que as ações das Partes para combater as alterações climáticas devem respeitar, promover e considerar as respetivas obrigações relativamente aos direitos humanos, incluindo a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. A ação em matéria de alterações climáticas deve igualmente ter em consideração o imperativo de uma transição justa da força de trabalho e a promoção de empregos decentes. Esse tipo de abordagem integrada transforma esta tendência para a sustentabilidade ambiental numa importante via para o desenvolvimento, com mais e melhores empregos, inclusão social e redução da pobreza. Tem sido amplamente documentado que os efeitos adversos das alterações climáticas irão provavelmente ampliar os padrões existentes de discriminação com base no género (UNDP, 2007), incluindo um agravamento das disparidades de género que poderão afetar a capacidade das mulheres, em particular, em adaptar-se à mudança devido a um menor acesso e controlo dos meios de produção, como terras, crédito, insumos agrícolas, tecnologia e representação igualitária no processo de tomada de decisão

9 A nomenclatura de grandes números apresenta variações consoante a norma da língua portuguesa usada. Neste caso, “trilhão” segue a norma do Português Brasileiro, que corresponde a “bilião” (1012) na norma do Português Europeu.

(Aguilar, 2008). Em diversos países, as secas, as inundações e a deflorestação aumentam a carga de trabalho desigual assumida pelas meninas e as mulheres, deixando-as com menos tempo para receber educação e ter acesso a um trabalho remunerado (ILO, 2013).

A definição de políticas adequadas para lidar com as alterações climáticas permite criar oportunidades para obter ganhos que, na verdade, podem ser maiores nos países em desenvolvimento e em economias emergentes. É por este motivo que os intercâmbios no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular são de enorme importância neste domínio. As alterações climáticas são um problema mundial, cujas soluções dependem geralmente do seu contexto específico. No entanto, uma série de países, especialmente economias emergentes, países em desenvolvimento e estados insulares, partilha condições socioeconómicas análogas e enfrenta o mesmo tipo de desafios relacionados com o clima ao nível da agricultura, economia rural, turismo e indústria. Em diversas partes do mundo, foram experimentadas diversas respostas técnicas e políticas para melhorar a capacidade de resiliência dos sistemas económicos e sociais, tendo sido aprendidas lições, identificadas práticas bem-sucedidas e aferido o potencial para a sua replicação. A Cooperação Sul-Sul e Triangular pode contribuir de forma significativa para ajudar os países a aprender com estas experiências e aumentar o ímpeto das nossas ações para lidar com as alterações climáticas e concretizar a Agenda 2030. Este tipo de cooperação pode igualmente incluir a partilha de boas práticas em matéria de incorporação das questões de género. Os exemplos podem incluir o desenvolvimento de capacidades, o qual, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris no seu Artigo 11 (2), deve ser dirigido pelos países e deve constituir um processo eficaz e interativo, participativo, transversal e sensível às questões de género. O Acordo de Paris apela ainda a um equilíbrio de género no processo de tomada de decisão – por exemplo, no parágrafo 103 sobre “Facilitando a Implementação e o Cumprimento”, o Acordo estabelece que os comités de tomada de decisão devem ter em conta o objetivo do equilíbrio de género.

A OIT tem participado ativamente nas Expos Globais sobre o Desenvolvimento Sul-Sul e acolheu a Expo Global de 2010 na sua sede. Em 2013, a Expo Global Sul-Sul apresentou o trabalho de cooperação Sul-Sul do Brasil com outros países das Américas relativamente ao Bolsa Verde. O programa de apoio à conservação Bolsa Verde foi criado a 14 de outubro de 2011 como parte integrante de uma das estratégias do governo, o Plano Brasil Sem Miséria. Esta iniciativa está já a beneficiar importantes atores dos esforços de conservação ambiental no país, tais

como povos indígenas, ribeirinhos, descendentes dos quilombolas, comunidades tradicionais extrativistas, assentamentos rurais e agricultores familiares. Os seus objetivos são: incentivar a participação dos beneficiários em atividades de formação ambiental, social, técnica e profissional. O Brasil teve a iniciativa de cooperar com outros países do Sul Global nas áreas do desenvolvimento sustentável e trabalho decente (<http://www.ilo.org/pardev/south-south/lang--en/index.htm>).

Aprendemos que as experiências Sul-Sul de partilha de conhecimentos através de abordagens baseadas na criação de redes mundiais e regionais de profissionais da área, investigadores e instituições de formação podem ser uma forma poderosa de institucionalizar a partilha de aprendizagens e experiências entre países. Por exemplo, a *Green Jobs Assessment Institutions Network* (Rede de Instituições de Avaliação de Empregos Verdes, GAIN) é uma rede colaborativa de instituições nacionais de política e investigação que envolve mais de 20 países. A rede GAIN promove a investigação colaborativa e o intercâmbio de experiências no contexto Sul-Sul e triangular, com o objetivo de incrementar as capacidades das instituições nacionais dos países em desenvolvimento para estabelecer políticas e investimentos mais bem informados em matéria de crescimento verde e empregos verdes.

Um conjunto de programas e de modelos de intervenção, extremamente importantes quer para as alterações climáticas quer para o trabalho decente – tais como programas de investimentos intensivos em emprego, desenvolvimento de competências para empregos verdes e empreendedorismo verde, proteção social em resposta às catástrofes provocadas pelas alterações climáticas, e a promoção de transições justas nos mercados de trabalho – provaram oferecer experiências e aprendizagens valiosas que podem ser partilhadas e encorajadas entre os países. Com o investimento certo e as condições adequadas em termos de políticas, a transformação para a sustentabilidade ambiental oferece igualmente a possibilidade de uma maior inclusão social, nomeadamente melhores oportunidades para as mulheres, contribuindo assim para a igualdade de género. Novos serviços, e as respetivas oportunidades de emprego, podem tornar-se acessíveis para pessoas que anteriormente se encontravam excluídas ou desfavorecidas no mercado de trabalho. Dois exemplos onde isto está a começar a acontecer são o acesso a energias mais limpas e o pagamento de serviços ambientais (*op. cit.*, pág. 42). Capitalizando este conjunto de conhecimentos, em julho de 2016 a OIT deu início a uma nova Academia sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, incluindo módulos sobre as interligações existentes entre alterações climáticas, cooperação Sul-Sul e transições justas. Foram também apresentadas experiências no domínio da Economia

Social e Solidária. A convergência entre a Economia Social e Solidária enquanto área temática e a CSST enquanto modalidade de cooperação representa uma oportunidade estratégica para a OIT. Esta nova academia constituiu uma ocasião para demonstrar a resposta coletiva das Nações Unidas às provisões relevantes dos ODS e do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, e a sua capacidade para facilitar a cooperação Sul-Sul e um intercâmbio de experiências nestes domínios.

CSST, os ODS e as alterações climáticas

Na Cimeira das Nações Unidas de 2015, os líderes mundiais adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em substituição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, marcando o início de um novo esforço concertado por parte da comunidade internacional no sentido de trabalhar para alcançar alguns objetivos comuns de desenvolvimento sustentável.

Como consequência, a comunidade internacional foi instada a, progressivamente, encarar o desenvolvimento mais como uma questão de cooperação do que uma abordagem tradicional de ajuda ao desenvolvimento. A comunidade internacional de cooperação para o desenvolvimento, que anteriormente era impulsionada pela ajuda ao desenvolvimento financiada sobretudo pelos governos, foi chamada a focar os seus recursos, conhecimentos especializados e capacidades na prossecução das ambições contidas nos 17 ODS da Agenda de Desenvolvimento 2030 através de parcerias multissetoriais. Estas parcerias reúnem atores inter-regionais, regionais e sub-regionais do meio académico, do governo e do setor privado, tendo como objetivo comum a resolução dos problemas comuns que a humanidade enfrenta nos dias de hoje.

Os relatórios produzidos nos últimos anos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul evidenciam a importância cada vez maior da CSST. Tal reflete-se no facto de o Sul não só ter incrementado a sua capacidade financeira individual, mas o seu impacto coletivo na economia global também sofreu um aumento exponencial. Atualmente, mais de 5 trilhões de dólares em reservas estão na posse das economias em desenvolvimento, o que representa 47 por cento do comércio mundial, sendo que os fluxos Sul-Sul constituem cerca de metade deste total. Este será um dos principais motores de crescimento nos próximos anos. Estas tendências evidenciam a existência de uma demanda e de uma oportunidade para transformar a CSST num motor de crescimento massivo para a realização dos ODS. Na verdade, conforme o Secretário-Geral das Nações Unidas,

Ban Ki-Moon, afirmou durante a Mesa Redonda de Alto-Nível sobre Cooperação Sul-Sul, da Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, «A Cooperação Sul-Sul irá desempenhar um papel fundamental na implementação da Agenda 2030 e na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável».

As Nações Unidas e outros parceiros de cooperação para o desenvolvimento têm uma oportunidade maravilhosa e a obrigação de servir as nações do mundo, tanto do Norte como do Sul, usando as vantagens únicas constantes no quadro da CSST. O Sul Global está hoje firmemente empenhado no desenvolvimento de ideias, na partilha de conhecimentos e de boas práticas, e no estabelecimento de instrumentos e mecanismos financeiros para conduzir a rápida transição do Sul Global. Os bancos regionais de desenvolvimento nos países do Sul também têm assumido um papel muito ativo na condução das mudanças que estão a ocorrer. O impulso que as economias do Brasil, China, Índia e África do Sul experienciaram há alguns anos levou ao agrupamento destes países, em conjunto com a Rússia, para a formação do Novo Banco de Desenvolvimento. O Novo Banco de Desenvolvimento é um excelente exemplo de como a CSST pode ser uma influência importante nos domínios geopolítico e económico, e um ingrediente essencial para um novo começo na definição das prioridades globais e no compromisso para desenvolver uma relação mais igualitária entre as regiões consideradas sobretudo como destinatários tradicionais e aquelas regiões consideradas principalmente como doadores tradicionais.

Naturalmente, a CSST incorpora a questão da sustentabilidade na sua abordagem de programação a nível do desenho e implementação de projetos mediante o uso extensivo de métodos experimentados e testados, que foram aplicados em projetos idênticos ou relacionados, em locais com ambientes e contextos análogos ou muito semelhantes. Os países do Sul Global contribuem de forma significativa e especializada para os avanços tecnológicos e a determinação dos conhecimentos que são apropriados e adequados às suas circunstâncias, ou aqueles que podem ser aplicados em qualquer outra parte do mundo.

Esta combinação entre riqueza crescente, avanço tecnológico, estabilidade política e a ambição cada vez maior de se tornarem países de rendimento intermédio, ou mais elevado, é muito vantajosa para o desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas e outras organizações envolvidas na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) têm a oportunidade de alavancar a vontade política dos governos para concretizar

os ODS. Na sequência da adoção da Agenda 2030, os governos mobilizaram-se em torno de matérias que requerem uma ação global imediata e formularam acordos vinculativos para abordar essas mesmas matérias, nomeadamente o Acordo de Adis Abeba, o Quadro de Ação de Sendai, o Percurso de Samoa e o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas. Ao nível nacional, os países estão a trabalhar no sentido de alinhar os programas nacionais com estes objetivos. A CSST poderá ser uma abordagem popular e prática que permite enriquecer os esforços individuais e catalisar um efeito multiplicador para a variedade de iniciativas levadas a cabo em favor da Agenda de Desenvolvimento 2030.

Cooperação Sul-Sul do Togo: um estudo de caso por Agbénozan, K. (2016, *op.cit.*)

Togo e China

O Togo e a China têm levado a cabo uma cooperação frutuosa nos domínios político, económico, técnico, financeiro e sociocultural desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países a 19 de setembro de 1972. A cooperação sino-togolesa, baseada num conjunto de valores e ideais como paz, solidariedade e promoção da cooperação Sul-Sul, assenta em diversos acordos e Memorandos de Entendimento, cuja implementação representa um testemunho do fortalecimento da cooperação bilateral entre o Togo e a China, continuada e reforçada através de visitas oficiais de parceiros de alto nível. A primeira Cimeira China-África realizada em 2006 – que contou com a presença de Chefes de Estado africanos, entre os quais o Presidente da República do Togo, Sua Excelência Faure Essozimna Gnassingbe –, bem como a Declaração de 12 de janeiro de 2006, definiram as diretrizes da política de cooperação chinesa em África, nomeadamente a ausência de interferência nos assuntos internos dos Estados, ajuda desvinculada, ausência de apoio orçamental e ausência do requisito de boa governança. A Expo Mundial de Xangai de 2010 resultou na implementação de oito medidas no Togo, anunciadas pelo governo chinês. Se usarmos o aspeto económico e financeiro da cooperação entre o Togo e a China como exemplo, a China aloca anualmente para o Togo um orçamento de aproximadamente 7 bilhões de FCFA em subvenções e empréstimos sem juros. Além disso, através desta cooperação a China presta assistência técnica para a implementação de certos projetos e microprojetos. Assim, consideramos que a cooperação China-Togo é uma tendência emergente na cooperação para o desenvolvimento e pode dar resultados também nas áreas de desenvolvimento social.

Togo et Brésil

A cooperação entre o Togo e o Brasil teve início em 1972 mediante a assinatura de diversos acordos e memorandos de entendimento entre os dois países. Segundo Komlavi Agbénozan (2016, *op. cit.*), para fortalecer as relações entre o Togo e o Brasil é necessário infundir dinamismo e inovação na cooperação através de uma parceria descentralizada.

Em termos de educação técnica e formação profissional, o Togo pode instar o Brasil a estabelecer uma parceria entre o centro federal de educação técnica e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e as estruturas de formação técnica. Além disso, o governo do Togo pode estabelecer uma colaboração com o Secretariado de Políticas para as Mulheres e a proteção de crianças vítimas de exploração sexual do Brasil com o objetivo de beneficiar da experiência brasileira. Os intercâmbios culturais entre o Togo e o Brasil devem igualmente ser intensificados, com a mescla do festival afro-brasileiro Ewolé e as festividades das tradições afro-brasileiras.

Alterações Climáticas e a Cooperação Sul-Sul no Caribe: a perspectiva dos pequenos estados insulares

Segundo Deveaux (*op. cit.*, 2016), as alterações climáticas tornaram-se um dos assuntos globais mais discutidos nos fóruns internacionais. Para a maioria dos países, em particular para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os Estados com zonas costeiras baixas, este desafio mundial é uma prioridade central. Nas últimas décadas, foram realizadas inúmeras reuniões, criadas organizações e produzidos relatórios para lidar com esta questão urgente. O mundo, em geral, concluiu que as alterações climáticas é um problema em rápida evolução que não deve ignorado e, por esse motivo, exige um plano de ação concertado para ajudar a mitigar as suas consequências. Os países compreenderam também que lidar com esta questão das alterações climáticas significa que «nenhum homem é uma ilha» e que existe a necessidade vital de uma colaboração entre os países e as organizações, nomeadamente a Cooperação Sul-Sul, que detêm a vontade e a capacidade para proporcionar o apoio e a assistência necessária para combater as alterações climáticas.

Existem agora novas oportunidades para os sindicatos trabalharem em rede de forma mais eficaz entre regiões geográficas e cooperarem efetivamente de modo a superar inflexibilidades transversais e particularismos persistentes. Recentemente, novas redes sindicais internacionais foram criadas ou reconfiguradas no Sul (como

a *Southern Initiative on Globalization and Trade Union Rights*, SIGTUR), na América Latina (graças às reformas realizadas na *Organización Regional Interamericana de Trabajadores*, ORIT) e, na África do Sul, novas estratégias internacionais foram desenvolvidas pelos sindicatos nacionais. Os sindicatos contestaram de forma vigorosa as violações das normas do trabalho registadas nos países signatários do Tratado de Comércio Livre da América do Norte (*North American Free Trade Agreement*, NAFTA) e outros organizaram-se para apoiar ou promover iniciativas de comércio ético, nomeadamente na indústria do vestuário (Waterman e Wills, 2001). De igual modo, tem surgido um certo ambientalismo laboral, fruto das preocupações relacionadas com a segurança e saúde no trabalho, com questões de justiça ambiental e o reconhecimento de que o crescimento económico capitalista desenfreado é negativo para as pessoas e o planeta.

A região do Caribe, composta por um conjunto de diversas pequenas nações insulares, é particularmente suscetível às alterações climáticas e aos seus efeitos, em especial os que resultam no aumento do nível do mar. Embora não sejam países industrializados como a China e não produzam gases que provocam efeito de estufa, a produção de eletricidade pelas empresas de energia consome combustíveis fósseis que, por seu turno, contribuem para o aquecimento global e as alterações climáticas. Deste modo, as nações insulares devem monitorar cuidadosamente e compreender as alterações climáticas, assim como aproveitar oportunidades para aprender a combater e diminuir os seus efeitos devastadores. Num relatório de 2002 sobre a síntese a nível regional da vulnerabilidade e da componente de adaptação das Comunicações Nacionais do Caribe, elaborado pelo Projeto de Planeamento Caribenho para Adaptação às Alterações Climáticas Mundiais, dez países caribenhos sublinharam as suas preocupações em matéria de alterações climáticas. Entre essas preocupações encontrava-se o aumento do número e da intensidade das tempestades tropicais, o aumento das secas, o impacto negativo sobre os recursos hídricos, a agricultura e a saúde, os ecossistemas costeiros e terrestres, entre outros. Uma das grandes preocupações comuns à maioria das nações do Caribe é o efeito que as alterações climáticas tiveram e poderão ter sobre a indústria do turismo. Para muitos dos países do Caribe, o turismo é a principal indústria e se estes efeitos continuarem a atormentar estas nações insulares, as suas economias irão sofrer.

As ilhas das Baamas, que dependem enormemente da indústria do turismo para conseguir a sua estabilidade económica, estão também muito sujeitas às alterações climáticas e suas consequências. Ao contrário da maioria das ilhas do Caribe, as

Baamas são uma nação arquipelágica constituída por 700 ilhas e ilhotas, todas elas muito planas. Oitenta por cento das ilhas das Baamas estão três metros ou cinco pés abaixo do nível do mar. O ponto mais elevado das Baamas situa-se numa ilha central denominada Cat Island. Mount Alvernia (também conhecido como Como Hill) ascende a 206 pés (63 metros). Por esse motivo, a subida do nível do mar é uma enorme preocupação para estas ilhas dada a sua baixa altitude. Praticamente todos os anos, durante a época dos furacões, várias tempestades tropicais e furacões passam pelo menos por uma ou mais ilhas das Baamas, causando inundações graves devido às fortes chuvas e às marés altas. Em outubro de 2015, as Baamas registaram o que foi considerado como um dos furacões mais destrutivos na história desta nação, de acordo com o Primeiro-Ministro das Baamas, o ilustre Perry Christie. O furacão Joaquin, conforme estimado num relatório das Nações com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, causou prejuízos acima de cem milhões de dólares (100 000 000 dólares) em diversas ilhas no Sul e no Centro das Baamas.

Empoderamento das Mulheres e Cooperação Sul-Sul: uma perspetiva asiática (Ghosh, 2016)

O mundo inteiro aceita hoje o facto de que a prosperidade económica pacífica não pode ser alcançada ou sustentada sem que as mulheres de todo o globo sejam devidamente empoderadas. Nesse sentido, as Nações Unidas, enquanto principal agência multinacional, definiu um conjunto de objetivos a este respeito. O Objetivo 5 e os assuntos a ele relacionados representam a importância do empoderamento das mulheres na questão da sustentabilidade da humanidade em todo o mundo. O documento, submetido por Ghosh, S. à Academia CSST em julho de 2016, foi desenhado de modo a ter em consideração a ligação entre o empoderamento das mulheres e o financiamento do combate às alterações climáticas. Mais especificamente, o seu estudo procura analisar, com base nos documentos de políticas publicados sobre projetos de financiamento do combate às alterações climáticas em países asiáticos, o reconhecimento da necessidade da participação das mulheres na implementação deste tipo de programas.

Com vista a apoiar um programa que permita a mitigação dos efeitos adversos das alterações climáticas nas nações em desenvolvimento, os esquemas de financiamento do combate às alterações climáticas têm vindo a ser desenvolvidos sob a direção dessas mesmas nações. Sendo indiscutível a necessidade de conseguir aceder aos fundos, os debates centram-se agora em questões como justiça climática (Barrett, 2014) e eficácia do uso desses fundos (Bird et al, 2013). Esta matéria

relativa ao aquecimento global é, com frequência, encarada do ponto de vista ético e político. Consequentemente, a justiça ambiental e a justiça social emergiram como assuntos importantes que exigem a devida atenção no contexto da elaboração de um programa de mitigação e adaptação para as nações em desenvolvimento.

As alterações climáticas constituem um desafio de desenvolvimento emergente para o mundo e alguns países são mais suscetíveis aos seus efeitos do que outros. Nos próximos anos, a Cooperação Sul-Sul será fundamental para lutar contra as alterações climáticas e mais países irão considerar a cooperação dentro do Sul Global dado o sucesso que esta tem tido até agora. O Caribe, com todas as suas vulnerabilidades, espera que a CSS desempenhe um papel essencial no contexto do combate às alterações climáticas. Espera-se que os países desenvolvidos continuem a fornecer o seu apoio aos países em desenvolvimento e que a Cooperação Sul-Sul permaneça unificada, focada e ativa na prossecução de estratégias abrangentes que permitam atenuar as questões relacionadas com as alterações climáticas.

Perspetivas sobre o desenvolvimento sustentável no âmbito da CSST do Peru

Ao longo das últimas duas décadas, o Peru tem participado ativamente na promoção da cooperação Sul-Sul, sobretudo na região da América Latina. Tem igualmente procurado incorporar estas ações no contexto de acordos bilaterais (país a país) com os seus parceiros asiáticos e africanos, em acordos regionais e sub-regionais (estabelecidos em conferências e organizações regionais), assim como a nível multilateral.

Enquanto país de rendimento intermédio, o Peru tornou-se um “país dual” na arena da cooperação internacional. Isto significa, por um lado, que o Peru continua a precisar da cooperação da comunidade internacional para conseguir dar resposta às diferentes necessidades de desenvolvimento da sua população e promover o intercâmbio de tecnologia, conhecimentos e experiências. Por outro lado, o país assumiu a responsabilidade e o compromisso de promover a cooperação com outros países.

Ademais, o crescimento económico do país ao longo da última década e o progresso realizado em determinadas áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável geraram a oportunidade de alargar e transferir as suas experiências e habilidades

para outros países da América Latina. Neste contexto dual, a Cooperação Sul-Sul e Triangular tem tido um peso cada vez mais significativo nas políticas nacionais de desenvolvimento. De acordo com Sotomayor (*op. cit.*, 2016), todos os fatores mencionados anteriormente permitiram ao Peru desenvolver competências especiais e conhecimentos especializados em diversas áreas, nomeadamente em questões relacionadas com saúde em zonas e planaltos tropicais, agronegócios que envolvem produtos autóctones, bem como tecnologias de mineração e pesca, pesca artesanal, serviços aduaneiros, controlo de pragas e estatísticas e censos. A nível cultural e profissional, importa sublinhar a educação intercultural andina e amazónica, o turismo rural e a formação diplomática. Relativamente a práticas bem-sucedidas, podemos citar como exemplo as técnicas agrícolas aplicadas no cultivo de batata e o processamento de marisco usando tecnologias de baixo custo. A cooperação Sul-Sul é um instrumento importante não apenas para a realização dos ODS, mas também para a promoção da solidariedade e da liderança. O governo peruano, em particular a Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI), demonstrou o seu forte compromisso e vontade em promover a Cooperação Sul-Sul e Triangular. A APCI tem promovido também a CSST e o desenvolvimento sustentável nas suas diretrizes e documentos técnicos. Por exemplo, a nossa Política Nacional para a Cooperação Técnica Internacional e o Plano Anual de Cooperação Internacional são dois grandes exemplos de como a nossa instituição promove a CSST como um instrumento útil para o desenvolvimento sustentável.

Conclusões: o percurso para alcançar o desenvolvimento sustentável

A comunidade internacional lançou uma enorme iniciativa para estabelecer uma nova agenda de desenvolvimento, de modo a responder às necessidades do mundo em termos de desenvolvimento e, nesse sentido, adotou a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta iniciativa implica esforços da parte de todos os intervenientes e tem em consideração diferentes aspetos globais e em mudança, nomeadamente sociais, económicos, políticos e geopolíticos.

Esta nova iniciativa de desenvolvimento também influencia as modalidades da cooperação internacional. Neste contexto, a cooperação Sul-Sul é uma modalidade portentosa para incrementar a coerência. O diálogo horizontal e a cooperação Sul-Sul, especialmente quando centrados na apropriação e no proveito mútuo, são modalidades complementares e valiosas na medida em que podem aumentar a coerência entre os atores e as estratégias da cooperação para o desenvolvimento na prossecução da Agenda 2030. É importante compreender que os ODS são universais

e dizem respeito tanto a países desenvolvidos como a países em desenvolvimento. Os objetivos estão integrados, são indivisíveis e envolvem diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. De uma perspectiva Sul-Sul, é necessário fortalecer um modelo de CSST que inclua trabalhar em torno de um propósito comum entre parceiros, com responsabilidades partilhadas e soluções complementares em prol do desenvolvimento internacional e regional. Não nos podemos esquecer que o propósito do desenvolvimento sustentável é o de não deixar ninguém para trás.

Módulo 4 – Cooperação entre Cidades, Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Económico Local

Introdução

A Academia CSST que foi realizada em Turim, em julho de 2016, continha um módulo sobre novas formas de Cooperação Sul-Sul, nomeadamente a Cooperação entre Cidades (C2C), a CSST através da Economia Social e Solidária e o Desenvolvimento Económico Local (DEL). Na conjuntura da globalização, o desenvolvimento local tornou-se essencial devido ao facto de que o contexto local é amplamente determinante para o bem-estar social e económico da população. Nesse sentido, a cooperação e as iniciativas entre cidades são consideradas um meio importante para promover um desenvolvimento económico e social ao nível local que fomente o progresso da humanidade. Esta forma de cooperação é muitas das vezes possibilitada e apoiada através da Cooperação Sul-Sul e Triangular, graças às suas metodologias inter pares.

As cidades e as metrópoles são, cada vez mais, elementos impulsionadores da mudança, estando com frequência na vanguarda da luta contra os desafios globais relacionados com a globalização, urbanização crescente, alterações climáticas e aumento das desigualdades. O desenvolvimento nacional depende consideravelmente de processos que ocorrem ao nível local; deste modo, a necessidade de aplicar abordagens localizadas ao trabalho decente tem vindo a ganhar importância. À medida que os governos aumentam o nível de governança sobre as suas populações, as Cidades e Autoridades Locais (CAL) adquirem uma maior compreensão e sensibilidade relativamente aos desafios, preocupações e oportunidades que as suas comunidades enfrentam, e podem assumir um papel de liderança no desenvolvimento social e económico para reduzir a pobreza e melhorar o diálogo social. As CAL têm a capacidade de fomentar um ambiente de colaboração transversal junto de um leque variado de intervenientes, assegurando uma abordagem participativa no processo de tomada de decisão.

A Cooperação Sul-Sul e Triangular é complementar às tradicionais relações Norte-Sul e incorpora a ideia de que «mediante um espírito de solidariedade, os países

em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e a um custo inferior». Assim, «os esforços da cooperação Sul-Sul, incluindo a identificação de experiências bem-sucedidas num dado país e a sua adaptação e aplicação noutro, são um contributo importante para a disseminação dos resultados do trabalho decente no âmbito dos quatro objetivos estratégicos da OIT». Ao mesmo tempo, «permite a formação de redes entre os países em desenvolvimento e os doadores tradicionais através de programas triangulares que contribuem para uma globalização justa». Nesta perspetiva, entende-se que «a OIT pode desempenhar um papel importante não só como canal de apoio, mas também como um meio para maximizar os aspetos financeiros, logísticos e técnicos» (Amorim, 2013, pág. 8). Deste modo, Leandro Morais (2016), referindo-se à economia social e solidária, apresenta um foco inovador da Cooperação Sul-Sul e Triangular e das suas propostas, centrado na ideia de que o projeto de desenvolvimento deve ser construído com base na existência de um “pacto territorial” mediado e impulsionado através da articulação de atores chave (governo, organizações de produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais, instituições de ensino e investigação, etc.).

A Cooperação Sul-Sul e Triangular permite, assim, um intercâmbio de diferentes formas possíveis de abordar os desafios nos respetivos territórios, contribuindo ainda para a geração de trabalho, emprego e rendimento, bem como para o desenvolvimento económico e social. Esta constatação é sustentada por algumas das iniciativas propostas no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular – e que ajudaram a mitigar os efeitos da crise atual –, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de solidariedade, incluindo a identificação de modelos bem-sucedidos nos países, a partilha dessas experiências e a colaboração, nomeadamente no quadro da Agenda de Trabalho Decente da OIT.

A importância do trabalho decente

O trabalho decente é, em simultâneo, uma preocupação universal e um objetivo central a ser alcançado no âmbito local, requerendo, para tal, uma cooperação eficaz aos níveis local, nacional e internacional. Contudo, existem inúmeras dificuldades na implementação da Agenda de Trabalho Decente. Em muitas partes do mundo, persistem enormes desafios, entre os quais o desemprego dos jovens, o trabalho infantil, o trabalho forçado, a discriminação e a inexistência dos direitos dos trabalhadores, a desigualdade de género e uma proteção social inadequada. A busca por

mais e melhores empregos é um denominador comum global para qualquer autoridade local, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos.

O trabalho decente aborda as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável nos contextos em que os empregos são escassos, o crescimento é menor, a segurança é mais reduzida e o desenvolvimento humano e económico é inferior. A criação de empregos decentes é fulcral para a erradicação da pobreza e estabelece as bases para uma transformação económica equitativa, inclusiva e sustentável. Por este motivo, o trabalho decente deve ser colocado no cerne da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas e incorporado de forma transversal nos objetivos acordados internacionalmente como um meio de promover a justiça social e o respeito pelos direitos humanos.

O relatório *World of Work 2014: Developing with Jobs* da OIT confirma que as abordagens convencionais de desenvolvimento não são conducentes do trabalho decente. Um tema comum a todas essas iniciativas é a necessidade de adotar abordagens integradas ao desenvolvimento e à elaboração de políticas. Reconhece também que a estratégia de desenvolvimento num contexto de múltiplas crises (económica, social e ambiental) e de complexidade não pode ser orientada por um processo de elaboração de políticas que parte do topo para a base; deve, sim, ser informada por uma cidadania ativa e por uma governança participativa. Deste modo, a estratégia do Desenvolvimento Económico Local (DEL) tem um papel fundamental na otimização da geração do emprego ao nível local para um crescimento sustentável e inclusivo.

A **Economia Social e Solidária** surgiu como um fator relevante para o desenvolvimento de um novo modelo de produção e consumo. Um produto desta nova forma de pensar foi o aparecimento de empresas sociais – negócios cujos objetivos são principalmente sociais. Em países como a França, Itália e Espanha, a percentagem de emprego na ESS é de mais de 10 por cento. Além disso, ao facilitar o empoderamento económico e político dos grupos vulneráveis através de uma ação coletiva, os atores da ESS empenham-se de forma proativa na concretização de um conjunto alargado de direitos humanos e do trabalho.

A cooperação descentralizada, a cooperação entre cidades e outras formas territoriais de cooperação constituem um importante instrumento no contexto da **Cooperação Sul-Sul e Triangular** para sensibilizar, incrementar as capacidades e defender a participação dos atores locais e regionais na promoção do emprego. A

abordagem que inclui múltiplos níveis e múltiplos intervenientes permite identificar soluções financeiramente acessíveis, inovadoras e sustentáveis para realizar estratégias de emprego decente ao nível local. O estabelecimento de redes e de parcerias não é um valor acrescentado, mas sim uma componente essencial do desenvolvimento deste tipo de estratégias.

ODS 3 e Género: O caso da Etiópia

Karthikikieyan (2016, *op. cit.*) referiu que na Etiópia, a *World Learning* e a OIT uniram esforços e usaram as suas competências e recursos para criar programas de resposta ao VIH e SIDA sustentáveis e sensíveis ao género em 100 locais de trabalho no país, usando estruturas públicas e privadas para assegurar um maior acesso dos trabalhadores aos serviços relacionados com o VIH. A OIT usou esta parceria para promover o Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre o VIH/SIDA e o Mundo do Trabalho (2001), a Recomendação da OIT relativa ao VIH e SIDA e o mundo do trabalho, 2010 (nº 200), e outras normas internacionais do trabalho, quando são equacionadas políticas e programas de resposta ao VIH e SIDA no local de trabalho. Esta parceria permitiu aos trabalhadores e empregadores, bem como ao Ministério do Trabalho, estabelecer uma ligação com as instalações de saúde ao nível estatal e regional para assegurar que os seus membros e associados podem beneficiar de serviços de prevenção e assistência relacionados com o VIH. Segundo Karthikikieyan (2016, *op. cit.*), o DEL deve ser implementado no âmbito de um quadro mais amplo de descentralização e sob uma total apropriação do governo: a descentralização na Etiópia reconhece um governo central e governos locais. O primeiro é responsável pela definição, apoio e supervisão das políticas, ao passo que os governos locais são responsáveis pelas funções de desenvolvimento e prestação de serviços. A estrutura descentralizada proporciona autonomia às regiões, aos distritos (*woredas*) e às administrações locais urbanas através da descentralização dos poderes políticos, financeiros, administrativos, de planeamento, legislativos e judiciais. Ao abrigo dos princípios de um Estado orientado para o desenvolvimento, o governo tem um papel crítico a desempenhar no desenvolvimento económico local ao liderar o processo, ao criar mecanismos potenciadores e ao promover a apropriação.

O Desenvolvimento Económico Local deve promover a participação e a parceria entre diferentes atores locais, regionais e nacionais. O DEL procura o estabelecimento de parcerias com diferentes atores, no âmbito das quais os intervenientes contribuem com os seus conhecimentos únicos, os seus recursos e competências para alcançar propósitos comuns relacionados com a estimulação da economia local e a criação de empregos. As parcerias devem ser formadas horizontalmente em diferentes níveis do governo regional, bem como verticalmente através de uma coordenação intergovernamental. Libertar o potencial de crescimento de uma localidade é fundamental para assegurar um crescimento dinâmico e sustentado.

CSST, ODS e Economia Social e Solidária

O princípio de solidariedade estabelece uma ligação estreita entre a Cooperação Sul-Sul e Triangular, por um lado, e a Economia Social e Solidária, por outro. Possibilita a partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas para apoiar o desenvolvimento de capacidades, a transferência de tecnologia e a mobilização de recursos.

O artigo de Dominique Rocha Mattos (2016) procura demonstrar que, adicionalmente, a interação entre a ESS e a CSST constitui uma excelente oportunidade para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, colaborando diretamente com a parceria global para o desenvolvimento sustentável, com base no espírito de solidariedade global, centrado especialmente nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis, e contando com a participação de todos. Segundo Mattos (*op. cit.*), os princípios de solidariedade e de não condicionalidade, partilhados pela CSST e a ESS, significam que ambos os modelos de cooperação para o desenvolvimento são totalmente compatíveis em termos de partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas, de apoio ao desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologia e mobilização de recursos e para o estabelecimento de cadeias internacionais de redes e inovação social. Acresce ainda que a componente de inovação da ESS também se assemelha à da CSST de diversas formas: a CSST possibilita aos países interagir ao nível horizontal, promovendo soluções que resultam do intercâmbio de competências, recursos e conhecimentos especializados, e fomentando a solidariedade. O modelo da cooperação Sul-Sul, complementar à dimensão Norte-Sul, visa promover a igualdade entre os povos e a democracia entre os Estados. Esta dinâmica pode amplificar o impacto da ESS nos contextos nacionais mediante a partilha de conhecimentos e experiências ao nível regional e inter-regional. As disposições referentes à Coope-

ração Sul-Sul e Triangular podem, assim, ampliar os efeitos da ESS nos contextos nacionais através da construção de redes e de plataformas regionais e inter-regionais de conhecimento e intercâmbio de experiências.

A S^{ra} Rocha Mattos (2016, *op. cit.*) também refere que já existem várias redes de ESS nos países do Sul, entre as quais: o Gabinete de Coordenação de Comércio Justo na América Latina, o Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS), a Coligação Asiática de Economia Social (ASEC) e a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS). O continente africano, em particular, tem assistido à implementação de várias redes específicas para cada tipo de ESS. Por exemplo, a OIT estabeleceu uma parceria com a African Social Entrepreneurs Network (Rede Africana de Empreendedores Sociais, ASEN) para facilitar o intercâmbio de iniciativas de boas práticas e ajudar a desenvolver um espaço para as empresas sociais em África. Uma consequência direta da conferência de Joanesburgo foi a realização de um encontro de 14 redes africanas de economia social em Mehdia, Marrocos, em outubro de 2010, com o propósito de criar uma rede regional de ESS como parte da RIPESS: a Rede Africana de Economia Social e Solidária (RAESS). A OIT considera que a ESS representa uma oportunidade para construir uma cooperação no contexto Sul-Sul e triangular e disseminar a Agenda de Trabalho Decente. Na sua qualidade de instituição tripartida por excelência, composta por representantes dos governos, empregadores e trabalhadores, a OIT usa a sua vantagem estratégica para conseguir uma aplicação mais ampla da ESS e um impacto maior sobre as políticas e os programas públicos. Assim, nos últimos anos, a OIT tem participado em iniciativas que demonstram a complementaridade entre a CSST e a ESS. Essas atividades foram apresentadas nas academias ESS em Agadir (2013), Campinas (2014), Joanesburgo (2015), Puebla (2015) e nos preparativos para San José (2016). Em conclusão, pode afirmar-se que a CSST ajudou a globalizar a ESS de muitas formas diferentes devido à sua função enquanto força motriz no desenvolvimento. Por exemplo, o comércio justo e as boas práticas, modelos de Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC), promovem a globalização da ESS ao ligar as empresas de base comunitária nos países em desenvolvimento com compradores do comércio justo e de produtos biológicos nos países desenvolvidos. Iniciativas de ESS como estas estão a multiplicar-se na Ásia e a generalizar-se na América Latina e África. O Conselho Asiático de Economia Solidária (ASEC), enquanto exemplo dessa tendência, tem aumentado ao longo dos anos a sua capacidade para promover o diálogo. A CSST, iniciada por coordenadores do ASEC, e os seus coordenadores nacionais, resultou numa coletânea de estudos sobre as práticas de ESS na Ásia, usada atualmente

como uma referência para investigação, formação, mesas redondas e visitas de intercâmbio com organizações parceiras.

Economia Social e Solidária e a CSST: América Latina e Caribe

Cooperação Sul-Sul entre Cuba e Argentina é Economia Solidária: um estudo de caso apresentado por R. Arce (2016, *op. cit.*)

A Argentina e Cuba têm-se apoiado mutuamente em diversos projetos de CSST na área do diálogo social e do trabalho decente, tendo como foco central a integração.

No âmbito do processo das relações com Cuba, foi implementado um projeto de assistência técnica de Formação de Cooperativas Grau 1 e 2 pelo Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES). O projeto teve por objetivos fortalecer as organizações de associações e cooperativas de trabalhadores cubanos e favorecer um salto qualitativo e tecnológico das cooperativas agrícolas da ilha, desenvolvendo instrumentos financeiros organizados e geridos por estas mesmas organizações. O aconselhamento proporcionado foi no sentido de cooperar para o desenvolvimento de grupos associativos de trabalhadores e de cooperativas agrícolas, de modo a gerar novos setores económicos e reforçar setores já existentes. Como resultado desta cooperação, os parceiros beneficiaram de um aumento no intercâmbio de experiências e de uma promoção da sua visibilidade no processo de descentralização das atividades económicas levado a cabo pelo Estado cubano. Como parte de um diálogo orgânico e como contributo para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola em Cuba, um grupo de profissionais da Estação Experimental de Pastagens e Forragens “Indio Hatuey” recebeu formação técnica da parte de peritos da Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires (UBA) sobre produção e reprodução de bichos-da-seda, extração do fio, cultivo de amoreiras, cálculo de produtividade e análise da seda crua.

Recentemente, muitos países da América Latina têm promovido atividades de cooperação, incluindo processos de integração e blocos sub-regionais como a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade Andina (CAN) e a Comunidade Sul-Americana de Nações.

No artigo de Rosana Arce (Academia CSST de 2016), a autora refere que a estratégia da Argentina, como exemplo de cooperação Sul-Sul, assenta em três domínios básicos: desenvolvimento económico, conhecimento e desenvolvimento social. No domínio do desenvolvimento económico, a cooperação da Argentina incidiu sobre-

tudo na transferência de capacidades nos setores agrícola e industrial (um terço do total dos projetos), especialmente em intervenções relacionadas com gado, e no fortalecimento dos processos de transformação de produtos derivados (laticínios, têxteis e calçado). No domínio do conhecimento, nomeadamente educação, ciência e tecnologia, foram consolidadas capacidades técnicas e profissionais. Do total de projetos, 12,1 por cento foram direcionados para o setor da saúde, nomeadamente para a promoção da investigação médica, controlo de estupefacientes e reforço das instituições de saúde.

Após o estabelecimento dos ODS – proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o propósito de incentivar os governos e as sociedades a trabalharem no sentido de alcançar um desenvolvimento harmonioso nos âmbitos económico, social e ambiental – a Organização Internacional do Trabalho tem vindo a envidar esforços tremendos para promover um emprego mais justo e equitativo para grupos da população que enfrentam limitações em termos de oportunidades e de inclusão.

A título de exemplo, P. Bravo (2016)¹⁰, refere que, na República do Equador, o sistema económico demonstra uma enorme solidariedade entre as áreas pública, privada, mista e popular, evidenciando, deste modo, um trabalho democrático. Através da sua aplicação como parte de uma reivindicação familiar ou comunitária, procura obter progressos rumo a um trabalho dignificado, solidário e democrático, cuja constituição dignifica o trabalhador mediante «um pleno respeito pela sua dignidade, salários que permitem uma vida decente e uma remuneração justa..» no país. Neste cenário, a economia social e solidária desenvolve as suas parcerias inspirando-se em valores culturais tradicionais e novos, e colocando a pessoa no centro das atividades económicas. A partir daqui, esperamos propor um curso de ação que articula as atividades produtivas que resultam da economia social, canalizando-as para o desenvolvimento local e regional. A Cooperação Sul-Sul e Triangular, enriquecida por um conjunto de visões conceptuais, práticas e experiências metodológicas, está a criar um espaço de intercâmbio e confrontação e deve, necessariamente, respeitar as conotações e diversidades geográficas e culturais existentes na América Latina, e avançar no sentido de construir e fortalecer um sistema económico e social caracterizado pela justiça e a solidariedade.

10 Bravo Vera, Patricio. Perspectivas de la cooperación sur-sur y triangular a la agroecología en el marco de la economía social y solidaria, (2016)

Cooperação entre o Brasil e a África do Sul na Promoção do Trabalho Decente

O Brasil e a África do Sul são membros do G-77¹¹, cujo principal objetivo é o incremento das relações Sul-Sul em resposta às decisões do G-7 (atualmente G-8), e têm participado neste mecanismo desde a sua criação. O Grupo dos 77 (G-77) foi estabelecido a 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, signatários da “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países” emitida no final da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento nas Nações Unidas e proporciona aos países do Sul um meio para articular e promover os seus interesses económicos coletivos, melhorar a sua capacidade negocial conjunta sobre as principais matérias económicas internacionais no seio do sistema das Nações Unidas, e fomentar a cooperação Sul-Sul.

Segundo Chaloba (*op. cit.*, 2016), o Brasil e a África do Sul, no âmbito dos BRICS, aproveitaram a oportunidade para fortalecer as suas relações, explorando novas possibilidades de financiamento de projetos conjuntos e de melhoria das suas relações económicas e sociais. No contexto do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), tentaram aprofundar os aspetos económicos, sociais e políticos, desenvolvendo-os em conjunto. Lyal White (2009, pág. 2) explica que «o IBAS melhorou significativamente as relações entre a Índia, o Brasil e a África do Sul com uma plataforma para o diálogo, o intercâmbio entre ministérios, organizações não-governamentais e, principalmente, criou uma cultura comum de cooperação construtiva entre estes países». De acordo com Chaloba (*op. cit.*), estas relações não são meros acrónimos associativos aos quais não correspondem ações concretas para envolver as respetivas populações – como aconteceu com a maioria dos acordos multilaterais internacionais, que constituem apenas atos retóricos com poucas consequências práticas. O Brasil e a África do Sul permaneceram constantes nas relações que estabeleceram entre si, e as missões ou delegações permanentes de empresários, de representantes governamentais e de académicos mantiveram contactos pelo menos a cada seis meses, negociando possíveis transações económicas e comerciais, e criando mecanismos para facilitar essas transações.

11 <http://www.g77.org/>

No Brasil, ao nível federal, estão disponíveis estruturas de apoio a pequenas e médias empresas, nomeadamente uma secretaria do Governo Federal (Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa); contudo, considerando as dimensões continentais do Brasil, os esforços envidados por esta secretaria parecem dispersos. O SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas proporciona assistência técnica e formação a microempresas que pretendem entrar no comércio internacional; no entanto, os seus resultados foram limitados uma vez que o SEBRAE apenas intervém quando solicitado, ao invés de identificar as empresas com potencial de internacionalização e tomar a iniciativa de as internacionalizar. Ao nível municipal, houve uma época em que os departamentos de cooperação internacional tinham uma maior presença e solidez nos programas mais estratégicos dos municípios. O crescimento sustentável no contexto da expansão do comércio externo brasileiro passa primeiramente pelas pequenas empresas, particularmente pela sua qualificação e pela identificação de parcerias que estas empresas podem estabelecer na África do Sul, procurando realizar esforços conjuntos para que essas parcerias sejam mantidas.

Em conclusão, importa recomendar que os dois países organizem reuniões de delegações empresariais para envolver mais líderes empresariais de pequenas e médias empresas, do DEL e da ESS, incentivando-os a criar redes entre as suas pequenas e médias empresas, incluindo empresas da ESS, de modo a apresentar propostas de acompanhamento e encetar negociações. Sempre que possível, devem ser realizadas sessões itinerantes (road-shows) de pequenas e médias empresas brasileiras e sul-africanas em cada um destes países. Existe uma interação constante e permanente entre as pequenas e médias empresas dos dois países, e encorajá-las a participar em reuniões conjuntas é igualmente importante para os respetivos países.

Organização dos Trabalhadores Informais: uma agenda para a CSST (extraído de Choudhary, N., 2016)

Tradicionalmente, os sindicatos e os intelectuais consideravam os trabalhadores informais como sendo impossíveis de organizar dada a inexistência de proteção legal, a ausência de empregadores reconhecidos como tal ou de outros interlocutores envolvidos nas negociações, a inexistência de experiência institucional e a falta de um rendimento adicional para o pagamento de impostos. Alguma bibliografia mais recente tem vindo a recolher experiências inspiradoras de organização dos trabalhadores informais. No entanto, essa documentação permanece limitada e é principalmente orientada pela investigação. As lições extraídas de iniciativas dispersas, nomeadamente sobre as condições potenciadoras, os motivos, as estratégias e os ganhos, devem ser aprendidas e partilhadas mutuamente, de forma a desenvolver uma plataforma partilhada para a organização de um quadro de Economia Social e Solidária que inclui a proteção social e a sustentabilidade. É neste contexto que a Cooperação Sul-Sul e Triangular, com o seu âmbito alargado de partilha de conhecimentos e práticas, pode desempenhar o seu papel. As informações acerca da economia informal em geral, e sobre as organizações de trabalhadores informais em particular, são pontuais. No entanto, a rede global WIEGO – *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando), assumiu a tarefa hercúlea de compilar uma lista de organizações de trabalhadores informais que operam em países de todo o mundo. Embora a base de dados da WIEGO não seja exaustiva, ela permite ter uma ideia razoável da escala e da extensão da organização nos países.

As lições e implicações destas tendências devem ser sincronizadas no que diz respeito ao potencial para desenvolver uma economia alternativa. As experiências revelam que a organização de trabalhadoras informais em sindicatos registados requer inovação e experimentação ao nível institucional. A ligação entre as atividades económicas cooperativas e o sindicalismo demonstrou ser eficaz na mobilização dos trabalhadores, especialmente no que se refere à geração de rendimentos para as mulheres pobres (Martens e Mitter, 1994). Apesar de existirem dados que demonstram como a Self Employed Women's Association (Associação de Mulheres Trabalhadores por Conta Própria, SEWA) melhorou a situação das mulheres, a posição negocial das suas trabalhadoras relativamente aos empregadores para quem trabalham e às autoridades locais com quem lidam continua a ser muito frágil. Um dos objetivos da CSST a este respeito poderia ser a identificação dessas inovações e a facilitação da sua replicação contextualizada em outros países. Em muitos locais, as organizações centrais têm frequentemente secções autónomas destinadas às atividades cooperativas e sindicais. Essa pluralidade de maneiras e formas de organização entre os trabalhadores informais comporta, claramente, o espírito de uma economia solidária.

Cooperação no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa)¹²

Em 1997, a OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa foi constituída como uma plataforma para o debate conjunto sobre os desafios, oportunidades e demandas que o setor cooperativo lusófono enfrenta, tendo em vista o desenvolvimento de projetos conjuntos que contribuam para o fortalecimento das cooperativas no mundo de língua portuguesa e para um desenvolvimento económico e social mais unido. Composta por 32 organizações espalhadas por quatro continentes – África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), América (Brasil), Ásia (Timor-Leste) e Europa (Portugal) – a OCPLP requer que sejam tidas em consideração as diferentes realidades das cooperativas em cada país, melhorando as relações entre as cooperativas lusófonas através de uma lógica de parcerias abrangentes e inclusivas, da partilha de conhecimentos e experiências, e com uma perspetiva de aprendizagem e benefício mútuos na implementação de ações conjuntas.

Neste sentido, as abordagens de cooperação Sul-Sul e de cooperação triangular no quadro da OCPLP incluem a partilha de conhecimentos, a aprendizagem conjunta e o desenvolvimento de capacidades com base nas habilidades e competências de cada parceiro, a complementaridade das ações, a implementação de projetos conjuntos e um uso melhorado dos recursos financeiros disponíveis. A cooperação e as ações que envolvem instituições da União Europeia (UE), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da OIT, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), da CPLP e de outras organizações internacionais às quais os membros da OCPLP pertencem, constitui uma das principais estratégias para a implementação de projetos conjuntos para o desenvolvimento e o fortalecimento das cooperativas lusófonas.

No que diz respeito ao quadro de parceria, é importante salientar que a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável mostra um compromisso para definir uma nova estratégia de cooperação internacional para o desenvolvimento, composta por parcerias multissetoriais, o que constitui o cerne

12 O texto abaixo inspira-se na informação constante nos artigos seguintes: Cohen, C., *O Cooperativismo e a Cooperação Lusófona*; Pinto, C., *Agenda 2030 – O Contributo da Economia Social e da Cooperação Sul-Sul e Triangular*; Santos, J., *O Papel da rede Lusófona de desenvolvimento e da ESS e das redes nacionais no espaço CPLP*.

fundamental dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em particular o Objetivo 17: «Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável», destacando a importância da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a prossecução de todos os objetivos.

Na verdade, os 17 ODS e as 169 metas que compõem o plano de ação das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável refletem a importância da participação de todos os países na sua implementação, com base num espírito de cooperação e de solidariedade global, tendo em vista «transformar o mundo». Assim, o papel essencial desempenhado pelas parcerias numa perspetiva de mobilização e partilha de conhecimentos, experiências, tecnologia e recursos financeiros, é reconhecido como crucial para apoiar a implementação dos ODS em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

A OCPLP, que assenta na cooperação entre várias estruturas cooperativas lusófonas, pode dar um contributo significativo para a realização de determinados ODS, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias estratégicas mais amplas, de modo a fortalecer a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular para a promoção e defesa do modelo cooperativo. É indiscutível que o contributo das cooperativas para o desenvolvimento integrado das populações e das comunidades onde operam é necessário para a afirmação da democracia, para uma cidadania ativa e para uma globalização mais inclusiva, consolidada e justa.

Diversas experiências de Cooperação Sul-Sul e Triangular, privilegiando a CPLP, foram implementadas no quadro de programas e projetos, tais como:

- i) Fortalecimento e desenvolvimento de capacidades de organizações da Economia Social e Solidária (Associações de Desenvolvimento Comunitário);
- ii) Apoio para a criação e assistência a redes de organizações;
- iii) Formação profissional de jovens, mulheres;
- iv) Microcrédito para a promoção de atividades geradoras de rendimento nos setores da agricultura, pecuária, artesanato, pesca e comércio;
- v) Construção de equipamento coletivo (educação, saúde, desporto, animação comunitária);

- vi) Saneamento e educação ambiental (ligação do abastecimento de água e esgotos, feiras de saúde, plantação de árvores e limpeza das vias públicas), e
- vii) Educação para a cidadania e democracia participativa.

Estas experiências lançaram sementes. Contudo, a sua implementação no quadro do projeto evidenciou algumas dificuldades em manter e desenvolver uma sustentabilidade dinâmica, e em disseminar as boas práticas devido à ausência de uma estrutura adequada, com uma abrangência regional, que pudesse usar o trabalho em rede e tirar partido do conhecimento, das experiências bem-sucedidas e dos recursos existentes no mundo lusófono. No seio da CPLP, a Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa é constituída por organizações que incluem federações cooperativas dos países de língua portuguesa e importantes redes nacionais, nomeadamente do Brasil.

Uma estrutura em rede poderia fomentar o diálogo político e institucional com base em programas e estratégias de intervenção regional, e, ao mesmo tempo, funcionar como um elemento potenciador da ação para redes nacionais e setoriais, em dois ou mais países da CPLP, e para o diálogo com parceiros do Norte. Com vista a uma intervenção mais eficaz, o “ecossistema” da economia social e solidária da CPLP poderá favorecer uma especialização no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular, nomeadamente através da construção de parcerias para o desenvolvimento de projetos – por exemplo, de transferência de tecnologia, comércio, intercâmbios culturais – e da comunicação direta entre os atores sociais, contribuindo assim para um entendimento mútuo, um aumento da confiança entre os cidadãos, a globalização do diálogo multicultural e o desenvolvimento dos mercados. Em conclusão, a Rede Lusófona de Desenvolvimento e a Economia Social e Solidária podem desempenhar papéis importantes na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sem prejuízo das ações que cada rede nacional possa realizar num quadro concertado que inclui governos e outros atores sociais e económicos.

Fomentar a cooperação entre cidades através de uma abordagem de Cooperação Sul-Sul e Triangular para promover a Agenda de Trabalho Decente

A cooperação entre cidades é encarada cada vez mais como uma forma de cooperação para o desenvolvimento, um instrumento útil para a implementação de estratégias de DEL e de trabalho decente, e um meio para alcançar os objetivos de desenvolvimento ao nível local. Esta forma de cooperação entre pares está a crescer em âmbito e na prática, incentivando as cidades a trabalhar em conjunto sobre matérias de interesse comum e a fazer um intercâmbio de conhecimentos com base em grupos de pares, além de possibilitar a transferência de práticas bem-sucedidas para novos contextos. A cooperação entre cidades está cada vez mais ligada à prática da Cooperação Sul-Sul e Triangular, e tem beneficiado dela, enquanto um meio inovador para desenvolver soluções locais em resposta a questões geralmente globais¹³. A CSST constitui um intercâmbio entre iguais, permite a identificação de práticas inovadoras e promove iniciativas colaborativas aos níveis nacional, regional e inter-regional¹⁴ (ver *Localizing the Decent Work Agenda*, ILO, 2016).

As autoridades locais são já atores da CSST na medida em que estão em contacto direto com as necessidades das populações e implementam as políticas públicas que mais as afetam. A CSST possibilita aos países e às cidades do Sul beneficiar das experiências desenvolvidas em contextos similares e, desta forma, adaptá-las melhor às suas realidades. Recorrendo a uma abordagem de CSST, as autoridades locais do Sul podem usar parcerias estratégicas para partilhar conhecimentos, experiências e boas práticas. A possibilidade de os países alcançarem maiores níveis de crescimento e uma maior qualidade de vida para as suas populações depende grandemente da capacidade e do potencial das respetivas autoridades locais para implementar as condições necessárias à criação de empregos de qualidade, à prestação de serviços e à garantia dos direitos das suas populações. Para explorar plenamente o potencial das cidades enquanto motores do desenvolvimento económico – e para assegurar a sustentabilidade no longo prazo –, deve ser dada atenção à geração de emprego, à melhoria das condições de trabalho, ao desenvolvimento de empresas e a políticas laborais favoráveis ao nível local¹⁵.

13 Ver, por exemplo: ILO (2013), *City-to-City and South-South and Triangular Cooperation* http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222208.pdf

14 Ver, por exemplo: ILO (2014), *How-to Guide on South-South and Triangular Cooperation and Decent Work* http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_315233.pdf

15 Ver, por exemplo: *A Multi-Sectoral Approach to Decent Work in the Urban Economy*: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_162876.pdf

Rossi, A. (2016) forneceu alguns exemplos do estabelecimento de cooperação entre cidades no artigo que preparou para a academia, no contexto da tendência global. Desses exemplos, foram destacados:

i) **Mercociudades** é uma rede de cidades dos países que compõem o Mercado Comum do Sul, criado em 1995, para permitir às autoridades municipais a sua participação nas decisões relativas à integração regional. Atualmente, engloba 181 cidades na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, dividida em unidades temáticas.

Os seus objetivos são: a) criar mecanismos de comunicação e intercâmbio entre cidades membros e entre redes, fomentando a troca de informação e experiências; b) estabelecer acordos e serviços entre os municípios; desenvolver programas comuns de planeamento urbano; c) desenvolvimento económico e o meio ambiente;

ii) **Cities for Mobility**: Cities for Mobility é uma rede internacional que visa abordar todos os assuntos relacionados com a mobilidade urbana. A rede é coordenada pela cidade de Estugarda (Alemanha) e promove a cooperação triangular entre governos locais, empresas de transporte, outras empresas, sociedade civil e sociedades científicas, de modo a apoiar o desenvolvimento de sistemas de transporte eficazes e sustentáveis;

iii) **Mayors for Peace**: Esta rede é uma organização internacional que protege as cidades da guerra e da ameaça da destruição maciça.

Iniciativa Sul-Sul: Criação de Emprego e a Economia Social e Solidária¹⁶ – Índia/INTUC (Shekar, C.)

A Índia é a maior democracia do mundo, possuindo uma Constituição progressiva, assente em direitos e liberdades fundamentais, com eleições periódicas, um sistema multipartidário, um governo de representação parlamentar, uma estrutura federal e planos nacionais de desenvolvimento quinquenais. Embora a Constituição tenha sido alterada em diversas ocasiões para acompanhar as evoluções do país, a lei oferece uma fundação sólida para promover a transformação

¹⁶ País: Índia

Meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Emprego Decente para os Jovens

Parceiro de Desenvolvimento: Criação de Empregos Decentes

Agência Executora: Governo, Empregadores e Sindicatos

Situação do Projeto: Criação de Empregos Decentes

socioeconómica de uma sociedade marcada por diversidades de vários tipos, através do direito à igualdade e da igualdade de oportunidades. A Índia alargou os seus meios legais para lidar com as violações dos direitos humanos mediante a ratificação de seis importantes instrumentos internacionais e uma Comissão Nacional de Direitos Humanos. O país tem uma sociedade civil dinâmica e independente, com liberdade de imprensa, um meio académico, um vibrante movimento de direitos humanos e um forte setor privado, cuja presença no mercado global tem sido cada vez mais notória. O sistema de consultas tripartidas existe há muitas décadas, desde que a primeira Conferência Tripartida do Trabalho foi realizada em 1942. Mesmo antes dessa data, o governo da Índia tinha a prática de, usando formas diferentes, consultar separadamente os representantes dos trabalhadores e dos empregadores sobre questões relacionadas com o trabalho. Estas medidas foram reforçadas pela criação de comités industriais tripartidos para as principais indústrias, tendo sido estabelecida, tanto a nível central como estatal, a prática de adotar princípios tripartidos para as políticas laborais e a administração. Os mecanismos regulares de participação tripartida incluem a Conferência Indiana do Trabalho, realizada anualmente, Comitês Permanentes do Trabalho e o Comité Tripartido para as Convenções.

Objetivos

A economia indiana tem experienciado um crescimento estável, mas praticamente todo centrado na vasta economia informal, que engloba o setor informal e o emprego informal no setor formal. O aumento da percentagem dos trabalhadores por conta própria é encarado como uma questão preocupante, tendo em conta que os défices de trabalho decente são bastante graves e estes são principalmente trabalhadores que operam em casa, em pequenas oficinas, são vendedores de rua, pequenos lojistas, entre outros. As condições daqueles que têm empregos ocasionais, sejam agrícolas ou não-agrícolas, não são melhores: o trabalho é irregular, as condições de trabalho são precárias e salários são baixos. O INTUC está extremamente preocupado com o bem-estar dos trabalhadores e tem feito ouvir a sua voz em todos os fóruns. A ratificação das Convenções Fundamentais da OIT, segurança social para trabalhadores não organizados, segurança e saúde no trabalho (SST), eliminação do trabalho infantil, melhores condições de trabalho, supressão do limite dos bónus, melhoria do limite de gratificação, fixação do salário mínimo nacional, salário igual para trabalho igual, entre outros, são alguns dos principais assuntos atualmente em foco.

De acordo com Viloría (2016)¹⁷, os países do Sul parecem estar a avançar para uma forma mais formalizada e coordenada de Cooperação Sul-Sul e têm procurado no sistema das Nações Unidas apoio para as suas iniciativas Sul-Sul, através de solicitações de assistência à cooperação que desenvolvem com outros países do Sul. Visam uma cooperação multilateral que lhes permita adquirir um maior acesso ao conhecimento e às capacidades de outros países do Sul, e identificar parceiros nas principais áreas estratégicas, tais como o crescimento económico e o emprego, a indústria, o comércio e os investimentos, a transferência de conhecimentos e de tecnologia, e a gestão de recursos ambientais e naturais.

Cooperação Sul-Sul e Agricultura Sustentada pela Comunidade

De acordo com Viloría (*op. cit.*), a Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC) consiste numa comunidade de indivíduos que se compromete em apoiar uma produção de agricultura biológica, para que aquela terra se torne, legal ou espiritualmente, a exploração agrícola daquela comunidade. Neste contexto, os agricultores e os consumidores apoiam-se mutuamente e partilham os riscos e os benefícios associados à produção de alimentos. Habitualmente, os membros ou “acionistas” da exploração agrícola ou da horta comprometem-se a assumir antecipadamente o pagamento dos custos esperados da exploração agrícola e do salário do agricultor. Em troca, recebem porções da produção que resulta da exploração agrícola ao longo do período vegetativo. Além disso, sentem uma satisfação por voltarem a estabelecer uma ligação com a terra e participarem diretamente na produção dos alimentos. Como referido, os membros também partilham os riscos da produção agrícola, o que inclui fracas colheitas devido a condições meteorológicas desfavoráveis ou pragas. Graças às vendas diretas aos membros da comunidade, que antecipadamente proporcionam ao agricultor o capital de giro, os agricultores praticam preços mais vantajosos pelas suas colheitas, adquirem alguma segurança financeira e evitam uma parte significativa dos encargos de comercialização.

A ASC foca-se normalmente na produção local de alimentos de elevada qualidade destinados a uma comunidade local e usa **geralmente** métodos de **produção orgânica** ou **biodinâmica**, incluindo ainda outros métodos como a permacultura e uma estrutura de associação que permite a partilha de riscos e comercialização. Este tipo de exploração agrícola funciona com um grau de envolvimento muito maior dos consumidores e de outras partes interessadas, resultando numa relação mais

¹⁷ Viloría, J., *Community Supported Agriculture (CSA), for the Rural Economy on South- South Cooperation & Social and Solidarity Economy*.

forte entre o consumidor e o produtor. A ideia central inclui o desenvolvimento de um grupo coeso de consumidores disposto a financiar o orçamento total de uma época para obter alimentos de qualidade. O sistema tem muitas variações quanto à forma como o orçamento da exploração agrícola é suportado pelos consumidores e como os produtores podem fazer chegar os alimentos aos consumidores. A teoria da ASC assume que quanto maior for o apoio à exploração agrícola e ao seu orçamento, mais a exploração agrícola se pode concentrar na qualidade e reduzir o risco de desperdício de alimentos. A agricultura suportada pela comunidade foi influenciada pelas ideias de **Rudolf Steiner**, um filósofo austríaco. Ele desenvolveu os conceitos de antroposofia e de agricultura biodinâmica.

A primeira iniciativa que teve lugar nos Estados Unidos usou as ideias do fundador para desenvolver os três principais objetivos da ASC:

- Novas formas de titularidade da propriedade: a ideia de que a terra deve ser tida em comum por uma comunidade através de uma guarda legal, que arrenda a terra aos agricultores
- Novas formas de cooperação: a ideia de que uma rede de relações humanas deve substituir o sistema tradicional de empregadores e empregados
- Novas formas de economia: que a economia não deve ser baseada no aumento do lucro, mas sim nas necessidades efetivas das pessoas e da terra envolvida numa empresa.

A *Good Food Community* (GFC), que opera na área metropolitana de Manila, Filipinas, é um exemplo de Cooperação Sul-Sul e Economia Social e Solidária. No caso em questão, a GFC proporciona serviços de agricultura sustentada na comunidade a cerca de 500 membros de várias partes da área metropolitana de Manila. Esta iniciativa começou há dois anos com apenas 50 membros. A ideia surgiu da experiência Teiki, no Japão, e em colaboração com empreendimentos semelhantes na China e na Malásia. Os membros destes países (Filipinas, China e Malásia) partilham as suas experiências sobre vários tópicos, nomeadamente sobre as lições aprendidas e inovações atuais que resultam das abordagens aplicadas aos contextos locais. No caso das Filipinas, a ASC é um modelo de produção, venda e distribuição de alimentos que visa ligar os agricultores locais aos consumidores locais. Os membros da ASC assumem o seu apoio a uma parte do orçamento de funcionamento da exploração agrícola ao comprarem uma percentagem da produção. Em troca, os membros recebem semanalmente uma porção da colheita

da exploração agrícola. Os membros partilham os riscos da produção agrícola, incluindo fracas colheitas devido a condições meteorológicas desfavoráveis ou pragas. Ser membro de uma ASC gera uma relação responsável entre as pessoas e os alimentos que consomem, a terra onde estes são cultivados e aqueles que os cultivam. Claramente, esta é uma parceria colaborativa entre os membros e os agricultores. Esta abordagem está agora a ser replicada num número de cidades fora da área metropolitana de Manila. Seria interessante acompanhar este exemplo tão cativante de Cooperação Sul-Sul e Economia Social e Solidária em matéria de ASC na Ásia Oriental.

A União para o Mediterrâneo e a Cooperação Sul-Sul e Triangular (extraído de S. Seghier, 2016)

A União para o Mediterrâneo, lançada em 1995 pelos países do Sul do Mediterrâneo e cofinanciada pela União Europeia, é uma simplificação cuidada do anterior e ambicioso Processo de Barcelona (PB). A União para o Mediterrâneo (UpM) é uma organização intergovernamental composta pelos 28 Estados membros da União Europeia e 15 países das margens sul e oriental do Mediterrâneo. Constitui um fórum único para fomentar a cooperação regional e o diálogo na região euro-mediterrânica. A UpM reúne regularmente os representantes dos 43 Estados membros, servindo como um quadro para o diálogo sobre políticas e o intercâmbio de ideias para projetos, experiências e melhores práticas entre os governos, as principais instituições internacionais e as estruturas de cooperação. A UpM oferece uma plataforma singular para estabelecer prioridades regionais e tomar decisões sobre iniciativas de cooperação específicas a serem implementadas. A presença das instituições no quadro da UpM é necessária para encorajar o diálogo ou limitar o risco de um “choque de civilizações”, como previsto por Huntington. Na verdade, a Declaração de Barcelona pode ser analisada, de acordo com estes autores construtivistas, como uma declaração da vontade de criar uma comunidade de segurança no longo prazo, especialmente se tivermos em consideração as três componentes da Parceria: a componente relacionada com a política e segurança, a situação económica e financeira e, em especial, o aspeto humano, civil e social.

Infelizmente, como Adler e Crawford corretamente assinalaram em 2002, embora o Processo de Barcelona contenha todos os elementos de uma comunidade de segurança plural, a evolução dessa comunidade de segurança é demasiado lenta. Sem ser demasiado pessimista, a verdade é que a UpM continua a apresentar desequilíbrios e apenas poderá ter sucesso com o desenvolvimento de uma efetiva cooperação Sul-Sul.

A dinâmica do Programa CSST-DEL da RIPESS Ásia/ASEC é sentida através dos seguintes fóruns regionais:

De acordo com Quiñones Jr., B. (*SSTC: A Vehicle for mainstreaming the SSE life learning community in ASEAN*, Academia OIT, 2016), o *Asia Pacific Regional CSO Engagement Mechanism* (Mecanismo de Ação das OSC da Região Ásia-Pacífico, AP-RCEM), é uma plataforma da sociedade civil que visa promover organizações da sociedade civil (OCS) mais fortes, fazer uma coordenação transversal dos círculos eleitorais e assegurar que as vozes de todas as sub-regiões da Ásia-Pacífico são ouvidas nos processos intergovernamentais, tanto ao nível regional como global. Estabelecido sob os auspícios da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UN-ESCAP), o AP-RCEM procura estabelecer relações entre as OSC e as agências das Nações Unidas e respetivos Estados membros no quadro da Agenda de Desenvolvimento 2030 e dos assuntos e processos relacionados. Enquanto mecanismo aberto, inclusivo e flexível, o RCEM foi desenhado para chegar ao número mais abrangente possível de OSC na região e mobilizar as vozes dos movimentos populares, com o propósito de fazer progredir a justiça associada ao desenvolvimento e que aborda as desigualdades em termos de riqueza, poder, recursos entre países, entre ricos e pobres, entre homens e mulheres. A RIPESS Ásia/ ASEC foi a organização dirigente na organização do seminário da AP-RCEM sobre Pequenas e Médias Empresas (PME) (Asiapacificrcem.org, 2016). A *ASEAN Civil Society Conference/ASEAN People's Forum* (Conferência da ASEAN sobre Sociedade Civil/Fórum dos Povos da ASEAN, ACSC/APF) é um espaço onde organizações da sociedade civil de Estados membros da ASEAN se reúnem todos os anos antes da Cimeira da ASEAN com o objetivo de: construir uma comunidade e desenvolver a solidariedade entre os povos da ASEAN, criando uma oportunidade de relacionamento com os Chefes de Estado dos países da ASEAN e contribuindo para a institucionalização dos mecanismos e processos de compromisso na ASEAN. Segundo Quiñones Jr., B., (*op. cit.*, 2016), persiste ainda um enorme desafio para os participantes, uma vez que a independência e a inclusividade do APF depende do nível de liberdade social e política permitida no país de acolhimento e dos recursos disponíveis para organizar esse encontro da sociedade civil. A RIPESS Ásia/ ASEC realiza um seminário sobre ESS com os participantes da ACSC/APF (*op. cit.*, 2016).

Desde a sua criação em 2007, o Fórum Asiático de Economia Solidária tem sido instrumental na progressão da CSST junto das redes de ESS e organizações parceiras da RIPESS Ásia em muitos países asiáticos. O seu trabalho envolve a

documentação, disseminação e facilitação de visitas de campo para ver e conversar sobre casos concretos de ESS que se tornaram sustentáveis num dado país e são altamente adaptáveis e replicáveis noutra local ou momento¹⁸. De acordo com Quiñones Jr., B. (*op. cit.*), a parceria igualitária, a partilha de conhecimentos e de experiências e o respeito pela autonomia dos parceiros são elementos importantes do programa de CSST da RIPESS Ásia/ASEC. Após o curso sobre ESS organizado pela RIPESS Ásia/ASEC, de 14 a 18 de março de 2016, em Manila, espera-se que as redes de ESS participantes possam dar continuidade ao curso nas suas respetivas línguas maternas como forma de desenvolver a capacidade das empresas comunitárias de base solidária. Um aspeto importante dos planos de ação das redes locais de ESS em matéria de CSST é o compromisso de enviar pelo menos uma pessoa-recurso para participar no curso sobre ESS, organizado pelos seus interlocutores em outros países da ASEAN.

H. Villegas Román (2016, *op. cit.*) mencionou que, na Conferência Internacional do Trabalho de 2010, os mandantes da OIT sublinharam a necessidade de reforçar o trabalho da Organização relativamente à Economia Social e Solidária enquanto domínio importante para a criação de trabalho decente. Com o apoio do Escritório Regional da OIT para África, o Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe e o Centro Internacional de Formação da OIT decidiram realizar a segunda Academia Inter-regional no Quebeque para fortalecer a capacidade dos mandantes da OIT e outros parceiros em matéria de Economia Social e Solidária. Na Costa Rica, um dos três pilares do programa do governo incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2014-2018) proposto pelo atual Presidente, Solís Rivera, é o crescimento económico e o aumento da criação de melhores empregos, com uma consequente redução da pobreza e da desigualdade. Isto é consistente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Trabalho Decente da OIT. Dado o impulso da Economia Social e Solidária na Costa Rica, é necessário expandir as relações no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular. A realização da Academia em julho, em Turim, representa uma oportunidade para partilhar experiências sobre a implementação da ESS nas nossas sociedades com o propósito de gerar emprego e lutar contra a pobreza e a desigualdade no quadro dos ODS e da Agenda de Trabalho Decente da OIT. Na Costa Rica, a ESS, com

¹⁸ A adaptabilidade refere-se à habilidade que uma entidade ou um organismo tem para mudar-se a si próprio ou as suas respostas em função das alterações que ocorrem nas circunstâncias ou no ambiente. A replicabilidade diz respeito às características positivas de uma atividade, um processo ou resultado de um teste que permite a sua duplicação num outro local ou momento (Fonte: <http://businessdictionary.com/definition>). Por seu lado, a sustentabilidade é a capacidade de resistência dos sistemas e processos na conciliação entre desenvolvimento social, desenvolvimento económico e proteção ambiental (Fonte: <http://www.sustainability.com/sustainability>).

o seu leque amplo de organizações e práticas, tem sido um instrumento essencial para o desenvolvimento e a inclusão social, tendo em conta as características do território e a sua composição setorial. Em conclusão, consideramos fundamental a participação na Academia sobre CSST de modo a partilhar e apoiar o processo de aprendizagem, o trabalho em rede, a formulação de estratégias e a colaboração no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Módulo 5 – Pisos de Proteção Social e Emprego Público

Introdução

Os Pisos de Proteção Social (PPS) são um conjunto de garantias básicas de segurança social definidas nacionalmente que asseguram uma proteção com vista à prevenção ou redução da pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão social. Estas garantias devem assegurar um mínimo para que, ao longo do ciclo de vida, todos os que necessitam têm acesso a cuidados essenciais de saúde e a uma segurança básica de rendimento. A estratégia da OIT para a extensão da proteção social assenta numa estratégia bidimensional adotada pela 100ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de 2011. Esta abordagem bidimensional visa uma rápida implementação de pisos nacionais de proteção social que incluem as garantias básicas de segurança social, assegurando o acesso universal a cuidados essenciais de saúde e à segurança de rendimento, pelo menos a um nível mínimo definido nacionalmente (dimensão horizontal), em linha com a Recomendação relativa aos pisos de proteção social, 2012 (nº 202), e a progressiva concretização de níveis de proteção mais elevados (dimensão vertical) no âmbito de sistemas abrangentes de segurança social, em conformidade com a Convenção relativa à segurança social (norma mínima), 1952 (nº 102).

Os pisos nacionais de proteção social devem incorporar pelo menos as quatro garantias de segurança social indicadas de seguida, conforme definidas a nível nacional:

1. Acesso a cuidados primários de saúde, incluindo cuidados maternos;
2. Segurança básica de rendimento para crianças, proporcionando o acesso à nutrição, educação, prestação de cuidados e quaisquer outros bens ou serviços necessários;
3. Segurança básica de rendimento para pessoas em idade ativa que não conseguem auferir um rendimento suficiente, particularmente em caso de doença, desemprego, maternidade e deficiência;
4. Segurança básica de rendimento para pessoas idosas.

Essas garantias devem ser providenciadas a todos os residentes e a todas as crianças, conforme definido pela legislação e regulamentação nacionais e nos termos das obrigações internacionais existentes. Cerca de 80 por cento da população mundial vive numa situação de insegurança social, incapaz de beneficiar de um conjunto de garantias sociais que lhes permita lidar com os riscos nas suas vidas. Aproximadamente 1,4 bilhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia, de acordo com estimativas recentes do Banco Mundial. A maioria destas pessoas são mulheres e crianças, trabalham na economia informal e/ou pertencem a grupos da sociedade especialmente desprotegidos, tais como pessoas com deficiência, com VIH/SIDA ou trabalhadores migrantes.

Um piso nacional de proteção social é um poderoso instrumento para lidar com a atual crise humana. A abordagem do PPS promove o acesso a transferências e serviços básicos nas áreas da saúde, água e saneamento, educação, alimentação, alojamento e informação sobre conservação dos meios de subsistência e bens. É uma abordagem que enfatiza a necessidade de implementar políticas abrangentes, coerentes e coordenadas de proteção social para garantir serviços e transferências sociais ao longo do ciclo de vida, dando especial atenção aos grupos vulneráveis. O desafio que se coloca é o de como assegurar uma cobertura efetiva e sustentável de toda a população, em particular os que se encontram em situação de risco ou privação. Muitos países em desenvolvimento já tomaram medidas bem-sucedidas para construir os seus próprios pisos nacionais de proteção social ou para introduzir alguns elementos dos PPS. Os resultados dos programas nestes países demonstram que o impacto dos pisos de proteção social sobre a pobreza, a vulnerabilidade e a desigualdade pode ser dramático. O conhecimento, as competências especializadas e a experiência que estes países adquiriram graças aos esforços que eles próprios fizeram para estabelecer um piso de proteção social constituem uma importante fonte para outros países interessados no planeamento, expansão, extensão ou reorientação dos seus sistemas de proteção social. É amplamente reconhecido que o conhecimento, as capacidades e as competências técnicas que podem ser alvo de intercâmbio através da cooperação Sul-Sul são, em muitos casos, as mais adequadas para dar resposta a desafios de desenvolvimento semelhantes enfrentados por outros países do Sul.

Experiências inovadoras no Sul

Cada país tem as suas próprias necessidades, os seus próprios objetivos de desenvolvimento e uma capacidade fiscal diferente para os alcançar e, por essa razão, irá escolher um conjunto de políticas diferente.

Um país deve estabelecer padrões mínimos de desempenho para as políticas nacionais de proteção social, procurando assegurar que toda a sua população tem o direito a receber transferências sociais que garantem o acesso efetivo a um conjunto mínimo de bens e serviços e, desta forma, possibilitar uma vida digna para todos. O piso de proteção social apresenta uma abordagem abrangente e integrada, que explora as complementaridades existentes entre políticas vocacionadas para áreas que, apesar de diferentes, estão interligadas. Ao fazê-lo, o piso de proteção social é mais do que uma lista de objetivos de desenvolvimento a cumprir; ele proporciona um quadro que permite explorar as sinergias entre setores e definir prioridades, evitando assim uma visão compartimentada sobre como realizar progressos sem ter em consideração o panorama global. Alguns dos regimes descritos nos estudos de caso contidos neste volume foram já partilhados. Por exemplo, o programa *Oportunidades* no México, o *Bolsa Família* no Brasil e o *Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act* na Índia contribuíram para a troca de informação com países de outras regiões do mundo. Alguns países estão a atravessar as primeiras fases de desenvolvimento de um piso de proteção social. O Burkina Faso está a reformar os seus mecanismos de proteção social no sentido de implementar uma cobertura universal de saúde, seguindo as pegadas bem-sucedidas do Gana e do Ruanda. Outros países já conseguiram ir mais longe no desenvolvimento de regimes de proteção social. A título de exemplo, a Bolívia criou, em 2008, uma pensão universal não contributiva para todas as pessoas com 60 ou mais anos de idade, financiada por uma percentagem do imposto especial sobre hidrocarbonetos e por dividendos resultantes de empresas públicas capitalizadas. Outros países ainda conseguiram aproveitar e potenciar as suas próprias experiências ao nível da proteção social e melhorar os sistemas nacionais de proteção social, seguindo a lógica subjacente ao conceito do piso de proteção social.

O caso do Chile demonstra como um país adapta constantemente o seu sistema de proteção social à luz das diversas evoluções que ocorrem ao nível social, económico, político, demográfico e intelectual. Na verdade, a lógica do combate à pobreza generalizada através de políticas de emergência direcionadas aos mais vulneráveis está progressivamente a ser substituída no Chile por uma lógica orien-

tada para a garantia e a extensão de direitos a toda a população e para a institucionalização de políticas fundamentais de proteção social. Construir um piso de proteção social é um processo gradual, sendo que o acesso a serviços primários de saúde constitui a principal prioridade no ponto de partida. O Burkina Faso e o Ruanda, por exemplo, começaram por desenvolver uma abordagem pluralista, baseada na sinergia existente entre mecanismos tradicionais de segurança social, microsseguros e transferências sociais. Normalmente, os mecanismos de seguro social, microsseguros e cuidados gratuitos estão já disponíveis, mas de forma fragmentada e por vezes concorrencial, não havendo a capacidade para, individualmente, resolverem os desafios relacionados com a extensão da proteção social. Assim, é indispensável articular esses elementos para garantir uma coordenação e complementaridade eficazes – ao invés de uma fragmentação e competição supérfluas. Os princípios da universalidade, da progressividade e do pluralismo estão na base da construção global do piso de proteção social. Estes princípios assentam também nas duas dimensões do piso de proteção social: verticalmente, geram um investimento no capital humano que dá às pessoas a capacidade de sair de um ciclo vicioso de pobreza e de atividades de baixa produtividade, para entrar numa situação de emprego formal e com acesso a prestações de segurança social que são autofinanciadas, contributivas e de nível mais elevado; horizontalmente, promovem o direito de todas as pessoas a um nível mínimo de proteção social. A aplicação de mecanismos de financiamento inovadores pode também desempenhar um papel importante no futuro. Alguns países não possuem os recursos necessários para construir um piso de proteção social no curto prazo. Estes países irão precisar da solidariedade externa para darem os primeiros passos no sentido de concretizar este objetivo. O conceito de piso de proteção social é baseado nos direitos, mas prevê uma flexibilidade máxima para a sua adaptação a nível nacional no que diz respeito a como e através de que prerrogativas as transferências monetárias e em espécie são organizadas. O importante é que todos os que necessitam de proteção podem aceder a bens e serviços sociais essenciais, bem como a transferências sociais básicas. O conceito estabelece, assim, normas mínimas relativamente ao acesso, ao âmbito e ao nível de proteção social providenciada pelos sistemas nacionais de proteção social, ao invés de prescrever a sua estrutura específica.

A OIT tem estado envolvida em investimentos públicos num conjunto de países da Ásia e da África Subsariana desde meados dos anos 70 do século XX e, mais recentemente, na América Latina e na Europa de Leste. Os principais objetivos desta colaboração entre governos e parceiros no desenvolvimento têm sido:

1. Influenciar as políticas de investimento de modo a otimizar o seu impacto no emprego, na redução da pobreza e no desenvolvimento socioeconómico;
2. Desenvolver capacidades no setor privado a nível nacional, o qual é indispensável para a execução de obras públicas com um volume de mão-de-obra mais elevado, através do desenvolvimento de capacidades dos centros de investigação e PME, com o objetivo de melhorar o ambiente e as condições de trabalho no setor;
3. Realizar investimentos sociais e económicos diretos para o nível local, de modo a maximizar o impacto sobre a redução da pobreza rural e urbana e, ao mesmo tempo, melhorar a participação e organização social em setores que ainda são informais ou que se encontram menos organizados.

Proteção social para as mulheres: rumo à igualdade de género (Sarojini, Arnold e Johnson, 2009)

A proteção social tem um importante contributo a dar na concretização de maior igualdade de género, sabendo que as prestações da proteção social têm um impacto sobre as dinâmicas relacionadas com a igualdade de género e as normas sociais assentes no género, quer esse impacto seja intencional ou não. Tendo em conta que, em todo o mundo, as mulheres tendem a ser mais afetadas pela ausência de uma cobertura adequada do que os homens, os pisos de proteção social são especialmente relevantes numa perspetiva de igualdade de género. Os pisos de proteção social têm o potencial para ser um instrumento central na promoção da igualdade de género, da participação das mulheres no mercado de trabalho e do empoderamento das mulheres. Para alcançar este potencial, deveria ser seguida uma estratégia de incorporação transversal das questões de género ao longo do processo de identificação das lacunas na cobertura, na elaboração de políticas e programas, e na implementação, monitoramento e avaliação dos PPS. Para esse fim, a nova norma internacional da OIT, a Recomendação relativa aos pisos de proteção social, 2012 (nº 202), proporciona orientação e princípios essenciais para construir PPS eficazes e sensíveis às questões de género. Com efeito, para abordar adequadamente a desigualdade de género, os regimes de proteção social devem ser desenhados de forma a garantir a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, tendo em consideração os diferentes papéis associados

ao género, e deve servir como um mecanismo para a promoção da igualdade de género. Os PPS podem e devem ser um instrumento sensível às questões de género, de modo a ajudar os indivíduos a enfrentar as contingências da vida e reduzir a pobreza e a desigualdade. Constituem igualmente um instrumento eficaz para realizar esses objetivos, pois podem promover igual tratamento para homens e mulheres, e produzir resultados igualitários que podem compensar parcialmente os efeitos da discriminação e das desigualdades fora do sistema de segurança social. Os pisos de proteção social devem, no entanto, fazer parte de um quadro mais amplo ao nível macroeconómico. No contexto atual, de rescaldo da crise económica mundial, os PPS são ainda mais críticos para aliviar os encargos económicos dos pobres e dos grupos vulneráveis da sociedade. Construir pisos nacionais de proteção social pode contribuir para alcançar um crescimento sustentável e sociedades mais inclusivas e equitativas. Os pisos nacionais de proteção social, enquanto parte de sistemas de proteção social mais amplos, devem ser desenhados e implementados no âmbito de um quadro mais abrangente de políticas económicas e sociais.

Conclusões

A cooperação Sul-Sul na área do desenvolvimento social inclui a promoção de assistência técnica prestada por um país do Sul a outros países do Sul, para o desenvolvimento de políticas e programas sociais.

Muitos países em desenvolvimento já implementaram medidas bem-sucedidas para construir os seus próprios pisos de proteção social, definidos a nível nacional, ou para introduzir alguns dos seus elementos. Os resultados dos programas nestes países mostram que o impacto dos pisos de proteção social sobre a pobreza, a vulnerabilidade e a desigualdade podem ser dramáticos. O conhecimento, as capacidades especializadas e a experiência que estes países adquiriram graças aos esforços que envidaram para o estabelecimento de um piso de proteção social, constituem uma importante fonte para outros países interessados no planeamento, expansão, extensão ou reorientação dos seus sistemas de proteção social.

É amplamente reconhecido que o conhecimento, as capacidades e as competências técnicas que podem ser alvo de intercâmbio através da cooperação Sul-Sul são, em muitos casos, as mais adequadas para dar resposta a desafios de desenvolvimento semelhantes enfrentados por outros países do Sul.

Módulo 6 – Cooperação entre países frágeis

Introdução

A 30 de novembro de 2011, no Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, o g7+ defendeu um Novo Pacto para a Ação nos Estados Frágeis. O g7+ é um grupo de países frágeis e afetados por conflitos que se uniram em resposta contra as abordagens internacionais inadequadas que estavam a ser aplicadas a estes Estados, sobretudo em relação à ajuda internacional, às intervenções e aos programas de cooperação. O documento de política do Novo Pacto – que decorre da visão e dos princípios articulados em diversos instrumentos internacionais, desde a Declaração do Milénio ao Roteiro de Monróvia – propõe objetivos fundamentais para a consolidação da paz e o desenvolvimento do Estado, centra-se em novas formas de envolvimento e identifica compromissos para construir uma confiança mútua e alcançar melhores resultados nos Estados que se encontram em situação de fragilidade. A base para este novo paradigma foi o reconhecimento de que alguns países beneficiários aprenderam o suficiente com os esforços de desenvolvimento anteriores e dominam abordagens e técnicas que podem agora ser partilhadas com outros países. Várias iniciativas internacionais associadas à consolidação da paz e ao desenvolvimento em países frágeis e afetados por conflitos foram estabelecidas na última década antes da criação do g7+, como por exemplo a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda de 2005 e os Princípios para a Ação Internacional em Estados e Situações Frágeis de 2007, ambos promovidos sob o mandato da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE). Contudo, estas iniciativas foram desenvolvidas recorrendo a uma abordagem que parte do topo para a base, através da qual os parceiros-recurso definiram as condições políticas e técnicas.

No seguimento do Fórum, o g7+ começou a promover a ideia de cooperação entre países frágeis (*Fragile-to-Fragile*, F2F), a qual consiste em:

1. Partilhar boas práticas e experiências para promover sociedades pacíficas;
2. Colocar assuntos e objetivos comuns nas agendas e fóruns internacionais; e
3. Prestar um apoio mútuo através de programas de intercâmbio e da mobilização de recursos de um país frágil para outro.

Nas últimas décadas, os principais fatores de fragilidade têm incluído: a ausência de preocupações sociais nas agendas nacionais de desenvolvimento, elevados níveis de corrupção, baixo crescimento económico, falta de empregos e ausência de sistemas de proteção social. A Cooperação Sul-Sul e Triangular visa proporcionar uma resposta inovadora aos desafios globais que pode ser adaptada às necessidades e às políticas de desenvolvimento dos países parceiros em situação de fragilidade. Os objetivos e as práticas de CSST estão em linha com os princípios de apropriação nacional e de autoavaliação dos mecanismos de F2F, conforme definidos pelo Consenso de Díli do g7+. Estes países experienciam situações idênticas e enfrentam desafios semelhantes; à medida que desenvolvem soluções para lidar com as dificuldades atuais, o potencial para a cooperação Sul-Sul aumenta, considerando a partilha e a adaptação destas soluções em contextos análogos. Através da partilha entre pares e de lições aprendidas, os seus sucessos e fracassos oferecem uma nova e melhor compreensão sobre as suas próprias condições e sobre os passos necessários para a transição.

A participação da OIT na Cooperação entre Países Frágeis no quadro do g7+

Desde a sua fundação, a OIT tem destacado o papel dos programas e das políticas socioeconómicas na consolidação da paz e na recuperação. A Recomendação sobre o emprego (transição da guerra para a paz), 1944 (nº 71) propôs uma abordagem pioneira para promover a paz e a justiça social no rescaldo da Segunda Guerra Mundial através da recuperação e reconstrução com base no emprego. A comunidade internacional reconhece a centralidade do trabalho decente para a paz, segurança e justiça social, mesmo nas circunstâncias mais complexas e frágeis. As Nações Unidas reconheceram que a geração de emprego é essencial para a estabilidade política, a reintegração, o progresso socioeconómico e a paz sustentável.

A estratégia da OIT para apoiar a Cooperação entre Países Frágeis é definida com base na nova Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e em conformidade com a mesma. Um dos novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos inclui o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, o que constitui o cerne do mandato da OIT e é fundamental para acabar com a pobreza e consolidar a paz. No entanto, as prioridades refletem-se também em vários outros ODS que incluem especificamente áreas estratégicas diretamente relacionadas com o mandato da OIT e que apelam ao envolvimento da Organização, nomeadamente:

- Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (incluindo através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e Triangular).

Após as discussões sobre Estados em situação de fragilidade realizadas no Conselho de Administração da OIT, a 20 de março de 2014, durante o Painel de Alto-Nível sobre Trabalho Decente em Estados Frágeis, o sr. Guy Ryder, Diretor-Geral da OIT, assinou um Memorando de Entendimento com o Dr. Helder da Costa, Secretário-Geral do g7+. O acordo prevê a realização de esforços conjuntos para adaptar o envolvimento da OIT em Estados membros do g7+ a contextos específicos, em estreita colaboração com governos, particularmente através de programas e projetos conjuntos.

A OIT prevê assistência técnica e organizacional – em colaboração com todos os parceiros institucionais, incluindo governos, organizações de trabalhadores e de empregadores, líderes da sociedade civil, académicos e doadores – para cimentar iniciativas, construir parcerias e lançar projetos para implementar soluções testadas, de modo a aplicá-las a uma maior escala e abordar os desafios da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015. A OIT está disponível para desenvolver em conjunto com o g7+ uma proposta coerente de cooperação entre países frágeis, contribuir para a mobilização de recursos e dar assistência às atividades de aprendizagem entre pares.

Melhorar as condições para os trabalhadores domésticos

Segundo Bah (2016, *op. cit.*), a Cooperação Sul-Sul e Triangular permite aos trabalhadores domésticos defender melhor os seus direitos, tendo em conta que os trabalhadores domésticos são sistematicamente alvo de exploração e abuso nos respetivos locais de trabalho. A adoção histórica da Convenção nº 189 da OIT relativa ao trabalho doméstico (e da Recomendação nº 201) a 16 de junho de 2011, promoveu respeito e reconhecimento para os 50 a 100 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos em todo o mundo. Na maioria dos casos, o trabalho doméstico diz respeito a mulheres, a grandes números de migrantes e a crianças. Muitos trabalhadores domésticos em diversos países encontram-se ainda numa situação de emprego na economia informal, por intermédio de indivíduos ou de

agências de emprego que não estão suficientemente reguladas. Recebem montantes irrisórios e não beneficiam de baixa por doença, licença de maternidade, licença remunerada ou segurança social. Com efeito, este é um domínio onde a escravatura persiste ainda no mundo. Existem provavelmente centenas de milhar de trabalhadores domésticos migrantes cujo trabalho não é declarado devido à existência de sistemas discriminatórios de autorização de trabalho. Isto torna estes trabalhadores extremamente vulneráveis à exploração e mesmo à escravatura, impostas por indivíduos e agências de emprego sem escrúpulos.

Os objetivos da Cooperação Sul-Sul e Triangular pode complementar as organizações de trabalhadores domésticos em termos de melhoria das suas condições de vida e de trabalho através de formação e de intercâmbios estratégicos e metodológicos, o que irá certamente permitir a prossecução da Agenda de Trabalho Decente da OIT: acesso a um trabalho produtivo e um rendimento justo, segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias, melhores perspetivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade das pessoas para exprimirem as suas demandas, para se organizarem e para participarem em decisões que afetam as suas vidas, e a igualdade de oportunidade e tratamento para todas as mulheres e homens.

Boas Práticas da Cooperação entre Países Frágeis: o caso da Economia Solidária e a CSST¹⁹

A Economia Social e Solidária é um conceito que diz respeito a empresas e organizações, em particular cooperativas, sociedades mútuas, associações, fundações e empresas sociais, que especificamente produzem bens, serviços e conhecimentos e, em simultâneo, prosseguem objetivos económicos e sociais e fomentam a solidariedade. A Organização Internacional do Trabalho construiu uma longa tradição neste domínio e desenvolveu um conhecimento especializado rigoroso sobre as empresas e organizações da ESS (OESS).

A ESS assume um papel de enorme importância nos Estados frágeis pois permite abordar as causas estruturais da pobreza, como acontece em África. As três componentes da ESS – cooperativas, associações e sociedades mútuas – são fontes significativas de emprego na maior parte dos países subsarianos. Embora uma porção relevante das economias da maioria dos países da África subsariana esteja assente na ESS, as cooperativas não estão suficientemente desenvolvidas e as organizações mutualistas estão apenas presentes a nível da microfinança. As componentes da ESS incluem atividades diversificadas. O principal objetivo das organizações da ESS nas zonas rurais é aumentar a produtividade rural e, para esse fim, centram-se na estruturação de organizações de agricultores, facilitando o acesso a recursos produtivos tais como crédito, acesso à terra, insumos de produção, melhoria das técnicas de produção e acesso aos mercados e aos sistemas de informação. Nas zonas urbanas, as organizações da ESS desenvolvem diversos programas, incluindo a estruturação e o apoio ao desenvolvimento de sindicatos, e o desenvolvimento de capacidades dos atores da economia informal para facilitar a sua transição gradual para a economia formal.

Todos os países africanos têm um enorme potencial para desenvolver programas de cooperação entre países frágeis (F2F). Alguns países africanos implementaram programas de cooperação com os seus pares através de organizações internacionais, como a CPLP. A Guiné-Bissau, por exemplo, beneficiou grandemente do apoio prestado por Timor-Leste através da CPLP, especialmente no que se refere a aspetos logísticos, recenseamento e desenvolvimento da cartografia durante o processo eleitoral de 2014. É de referir que o intento dos governos em aprofundar a cooperação F2F tem sido avassalador. Para muitos Estados frágeis, o papel da

19 Soares, M: *South-South and Triangular Cooperation (SSTC) and Fragile-to-Fragile Cooperation (F2F) in the reshaping of International System: new forms of resistance*

comunidade internacional, da OIT e do g7+ é essencial, especialmente na definição de um quadro de cooperação F2F.

Ao nível nacional, alguns governos africanos têm envidado esforços consideráveis para transformar a sua estrutura legal, política e económica e adaptá-la ao modelo da Economia Social e Solidária, avançando assim no sentido de superar a situação de fragilidade. No Ruanda, por exemplo, a ESS tem assumido um papel preponderante na promoção do desenvolvimento e na redução da fragilidade. Foram lançadas várias iniciativas no setor agrícola e alimentar ruandês com o objetivo de apoiar as cadeias de valor, especialmente nas áreas da horticultura e sementes. Esta iniciativas tornaram-se representativas da ESS devido à participação das organizações de agricultores e ao uso de instrumentos de financiamento. O sucesso do Ruanda em termos de ESS pode ser replicado noutros países africanos através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Outro bom exemplo de cooperação foi a resposta à crise do vírus Ébola na África Ocidental. Países frágeis como a Serra Leoa, Guiné-Bissau, Libéria e Nigéria estabeleceram uma cooperação estreita para lidar com o vírus, garantir a integridade nacional e assegurar cuidados de saúde aos seus cidadãos. Nos termos dos princípios do g7+ e do quadro de Cooperação F2F, Timor-Leste comprometeu-se a contribuir com 2 milhões de dólares em recursos para financiar ações a serem tomadas de forma rápida e oportuna. A Serra Leoa, exercendo a sua apropriação nacional ao mesmo tempo que procurava reforçar a cooperação, lançou em julho de 2014 o seu *Accelerated Ebola Virus Disease Outbreak Response Plan* (Plano de Resposta Acelerada ao Surto da Doença do Vírus Ébola). Estas iniciativas de CSST, bem como aquelas levadas a cabo aos níveis nacional e local, podem ser implementadas através de mecanismos de cooperação entre países frágeis. A cooperação entre países frágeis é, assim, uma abordagem harmonizadora dentro e paralela à CSST no que se refere ao processo de construção de uma economia regional baseada na solidariedade e nos valores sociais.

A CSST está claramente alinhada com os pilares que compõem a Cooperação F2F, especialmente no que diz respeito à necessidade de valorizar a apropriação nacional, a autoavaliação, a voz política ativa e a solidariedade. Além disso, o conceito de partilha de experiências tem uma enorme importância nestes quadros de cooperação, tendo em conta que os países com as mesmas condições de fragilidade podem partilhar os seus fracassos e sucessos e construir um entendimento comum sobre como agir politicamente. Desta forma, qualquer apoio que provenha

do Norte (quer num modelo de CSST ou de F2F) deve respeitar a autonomia e os organismos políticos destes países. Segundo M. Soares (2016), dada a emergência recente da CSST e da Cooperação F2F no cenário internacional, pode ser ainda cedo para afirmar qual será o impacto destes modelos alternativos no longo prazo e de que forma estes serão eficazes em termos de configuração das relações de poder no sistema internacional. Contudo, com base nos casos mencionados anteriormente, é já possível identificar as mudanças graduais que estão a adquirir cada vez mais força e proporção, criando, desta forma, incentivos para a implementação de mais alternativas inovadoras – sempre em linha com a CSST e a Cooperação F2F.

Módulo 7 – Diálogo Social

Introdução

O internacionalismo do movimento sindical dedica especial atenção à Cooperação Sul-Sul com um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável incluindo em simultâneo as quatro dimensões: social, económica, ambiental e política, além da abordagem do Trabalho Decente. Os sindicatos presentes na Academia CSST reconheceram a necessidade de trabalhar em conjunto através de uma sólida rede Sul-Sul para identificar soluções comuns para desafios comuns.

A **Cooperação Sul-Sul** pode ser definida como um intercâmbio de conhecimentos e recursos nos domínios político, económico, social, cultural, ambiental ou técnico, entre governos, organizações e indivíduos provenientes de nações em desenvolvimento. Podem ter lugar numa base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A CSS, assente na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável internacionalmente acordados, visa reforçar a voz dos países em desenvolvimento e do seu poder negocial nas negociações multilaterais. A CSS dá igualmente a estes países a oportunidade de promover a autossuficiência entre eles e fortalecer os seus laços económicos.

No entanto, apesar de a CSS poder ser mais sustentável do que a cooperação tradicional Norte-Sul ao permitir uma melhor adaptação à situação do país, na prática não existe ainda um entendimento partilhado sobre a própria natureza e os objetivos da CSS. A verdade é que a CSS é alvo de várias e por vezes divergentes “interpretações” por parte das economias emergentes e dos países desenvolvidos. Alguns argumentam que a Cooperação Sul-Sul não deve ser encarada como um substituto da cooperação Norte-Sul, mas sim um complemento, enquanto outros defendem que os dois modelos não podem ser colocados no mesmo plano.

Por último, a **Cooperação Triangular** (TC) envolve dois ou mais países em desenvolvimento, em colaboração com uma terceira entidade, geralmente o governo ou uma organização de um país desenvolvido, contribuindo para o intercâmbio dos seus próprios conhecimentos e recursos. Relações laborais sólidas e um diálogo

social efetivo constituem meios para promover melhores salários e condições de trabalho, bem como para fomentar a paz e a justiça social. Enquanto instrumentos de boa governança, incentivam a cooperação e o desempenho económico, ajudando a criar um ambiente favorável para a realização do objetivo de Trabalho Decente ao nível nacional.

O diálogo social e o tripartismo abrangem:

- Negociação, consulta e partilha de informação entre os diferentes atores;
- Negociação coletiva;
- Prevenção e resolução de conflitos; e
- Outros instrumentos de diálogo social, incluindo a responsabilidade social das empresas e os acordos-quadro internacionais.

Pré-requisitos para um bom diálogo social:

- Organizações de trabalhadores e de empregadores fortes, independentes, com capacidade técnica e acesso a informação relevante para participar no diálogo social;
- Vontade e compromisso político de todas as partes envolvidas para participar no diálogo social;
- Respeito pelos direitos fundamentais de liberdade de associação e negociação coletiva; e
- Um quadro legal e institucional favorável.

Como a OIT dá apoio:

A OIT visa dar assistência aos Estados membros com vista à implementação ou ao fortalecimento de quadros legais, instituições, mecanismos ou processos para o estabelecimento de boas relações laborais e um diálogo social efetivo nos Estados membros. Visa igualmente promover o diálogo social entre os Estados membros e os grupos regionais ou sub-regionais como forma de construir consensos, promover o desenvolvimento económico e social, e fomentar a boa governança. A OIT apoia o desenvolvimento de conhecimentos em matéria de relações laborais a nível mundial, especialmente sobre os atores e as instituições envolvidas no diálogo social e nos acordos transfronteiriços.

O papel dos parceiros sociais na promoção e apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular, conforme demonstrado entre a Comunidade das Baamas e Barbados (Griffin, K., 2016)

«O diálogo social entre as Baamas e Barbados promove o papel dos parceiros sociais e apoia os objetivos da CSST através de exemplos concretos, tais como a criação do Conselho Nacional Tripartido, o aumento do salário mínimo nacional, a expansão do Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho e a revisão contínua dos despedimentos e compensações. A CSST pode ainda apoiar a definição de respostas às necessidades de desenvolvimento específicas das Baamas e Barbados mediante a identificação de parceiros triangulares que implementaram com sucesso modelos de trabalho. Além disso, as Baamas podem beneficiar com o estabelecimento de parcerias no âmbito da CSST para desenvolver ferramentas, tais como espaços de encontro virtuais, visitas de estudo, memorandos de entendimento e plataformas de trabalho em rede, para abordar necessidades de desenvolvimento específicas. Estas ferramentas irão promover boas práticas no contexto da Cooperação Sul-Sul e Triangular de modo a melhorar as relações de trabalho e o trabalho decente para todos os parceiros sociais»

Cooperação Sul-Sul e Diálogo Social na Gana

O *Health Services Workers' Union* (Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Saúde, HSWU) do *Trade Union Congress* (Congresso Sindical, TUC) do Gana foi enaltecido por muitos como uma forma única de organização laboral de trabalhadores, em particular porque o sindicato ganhou o Prémio Global de Serviços Públicos de Qualidade em 2011 do *Public Services International* (PSI), uma federação sindical mundial, com mais de 20 milhões de trabalhadores, representada por 669 sindicatos em 154 países e territórios. O HSWU foi descrito como sendo um pequeno sindicato com um grande coração.

O HSWU é uma organização sindical dedicada à promoção de serviços públicos de qualidade em todo o Gana, tendo alargado a sua ação até à sub-região da África Ocidental em geral. O PSI reconheceu o papel desempenhado pelo HSWU no estabelecimento pioneiro de uma rede sub-regional de trabalhadores da saúde na África Ocidental. Nesta rede, o HSWU demonstra o princípio de solidariedade da Cooperação Sul-Sul ao dar apoio a sindicatos menos desenvolvidos da rede. Nesta rede, os sindicatos mais fortes como o HSWU e o *Medical and Health Workers Union of Nigeria* (Sindicato Médico e de Trabalhadores da Saúde da Nigéria, MHWUN) dão assistência a sindicatos mais fracos da Serra Leoa e da Libéria.

Por exemplo, o HSWU compra computadores, computadores portáteis, mobília e paga tarifas aéreas e ajudas de custo do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Saúde da Serra Leoa, um sindicato irmão, enquanto o MHWUN faz o mesmo pelo seu interlocutor na Libéria. Tendo em conta os elogios que recebeu, o HSWU tornou-se alvo de interesse em termos de diálogo social, enquanto conceito que inclui a proteção social dos trabalhadores envolvidos na defesa de um percurso de crescimento socioeconómico da classe operária. O diálogo social, enquanto conduta para a coesão social dos organismos e grupos empenhados na promoção e proteção dos direitos e interesses socioeconómicos das trabalhadoras e dos trabalhadores, é universal – e o Gana não é exceção. Um exemplo típico é a relação bilateral entre o HSWU e o Sindicato de Funcionários Públicos do Botsuana em áreas de investimento e intercâmbio de ideias, incluindo de pessoal. O diálogo social tornou-se numa importante fonte de preocupação em muitos países, incluindo no Gana. Praticamente em todos os níveis de desenvolvimento socioeconómico, a necessidade de estabelecer parcerias é sentida por todas as partes; assim, com esta motivação, raramente os projetos são postos em causa, pois nós aprendemos e partilhamos experiências entre nós. É com este espírito que, no mundo do trabalho, as organizações de trabalhadores procuram defender e melhorar as condições de vida e de trabalho através da Negociação Coletiva e por vezes participando em entidades públicas ou privadas. O uso de campanhas e estratégias de defesa comuns não deve ser desconsiderada em alguns casos. Naturalmente, as políticas internas do governo que, no caso do Gana, permitiram assegurar a inclusão de disposições na legislação social para que as partes sociais se possam envolver em processos de negociação coletiva, resultaram do diálogo social. A Lei do Trabalho (Lei 651), de 2003, exorta os parceiros sociais a sentarem-se e a negociarem coletivamente com o objetivo de melhorar as relações e condições de trabalho dos membros.

Estes desenvolvimentos ao nível do diálogo social, evidentes em outras partes da sub-região da África Ocidental, encorajaram os sindicatos do setor a constituir um organismo dinâmico para assegurar que a proteção social dos os seus membros ou dos trabalhadores é promovida e protegida. Com o nascimento da *West African Health Sector Union Network* (Rede Sindical do Setor da Saúde da África Ocidental, WAHSUN), que resulta de uma colaboração entre os sindicatos da saúde na sub-região da África Ocidental, o tão desejado diálogo social é alcançado; este organismo tem o compromisso de promover a qualidade dos cuidados de saúde e proteger os profissionais de saúde no domínio dos direitos e interesses socioeconómicos.

Fortalecer a organização sindical de vendedores do mercado informal: Cooperação Sul-Sul entre Moçambique e Brasil

O projeto de cooperação entre o Brasil e Moçambique, com o apoio, na primeira fase, da *American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations* (Federação Americana dos Trabalhadores e Congresso de Organizações Industriais, AFL-CIO), baseia-se na determinação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil em cooperar com sindicatos africanos, particularmente de países de língua portuguesa, com o objetivo de fortalecer as suas estratégias de empoderamento para o diálogo social tripartido. A CUT Brasil definiu como prioridade política a cooperação com países africanos, considerando que o sindicalismo nestes países e o diálogo social têm um importante papel a desempenhar para superar as condições de precariedade. Nesse sentido, a CUT Brasil dá prioridade a Moçambique em termos de formação em investimento financeiro, transferência de conhecimentos e organização sindical, com vista a consolidar sindicatos autónomos e independentes. O CUT Brasil continua a financiar com os seus próprios recursos as atividades de formação do sindicato realizadas no âmbito do projeto. O coordenador nacional do projeto em Moçambique elabora relatórios periódicos, o que permite manter um contacto permanente com os coordenadores locais para aferir os progressos das ações planeadas.

Segundo J. Ortiz (2016), diversos instrumentos legais, emanados dos acordos realizados durante o processo de institucionalização democrática na América Latina, serviram para alimentar a tendência no sentido de um relacionamento participativo e equitativo entre os diferentes atores do diálogo social. A presença de diferentes organizações que promovem o trabalho decente, lideradas pela OIT, levou à realização de esforços para fortalecer o desenvolvimento social de países de todo o mundo, oferecendo aos países menos desenvolvidos, no terreno, as experiências técnicas e os resultados gerados pelas boas práticas dos acordos de cooperação. Acresce ainda a importância da política de funcionamento interno da Organização, que constitui uma referência fundamental para compreender a enorme influência da OIT nas diferentes áreas de integração regional em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, em acordos de comércio livre, em várias cimeiras e acordos, e nos diversos protocolos que são realizados no espaço da América Latina. Desde o surgimento do diálogo social, os assuntos que emergiram no contexto laboral e social têm representado um aspeto essencial na crescente dinâmica da cooperação triangular com países da América Latina. Isto deve-se também à inclusão de pontos específicos sobre questões laborais nos recentes acordos comerciais, os

quais estipularam, nos seus documentos, as melhorias mais avançadas resultantes dos processos de diálogo social conduzidos na região.

Contudo, existem ainda áreas que requerem o nosso acompanhamento para podermos alcançar maior coesão social e dinamismo na política económica. Entre as tarefas que permanecem pendentes no contexto do diálogo social nos países da América Latina encontra-se a segurança social, o emprego dos jovens, salários decentes e igualdade de género a nível salarial. Estes são objetivos ainda em construção e representam os grandes desafios que a nossa região enfrenta em termos de implementação do diálogo como um instrumento para encontrar uma solução. O fortalecimento progressivo da democracia e a existência de sindicatos cada vez mais fortes criam as condições necessárias para o estabelecimento do diálogo social como um dos princípios fundamentais da cooperação Sul-Sul.

Módulo 8 – Migração de Trabalhadores

Introdução

A Organização Internacional do Trabalho estabeleceu a promoção de condições de trabalho decente para trabalhadores migrantes como uma das suas prioridades globais, dado que a busca por melhores oportunidades de emprego e de rendimento é um dos principais fatores que motivam a migração. As estimativas da OIT indicam que mais de 50 por cento dos migrantes são trabalhadores, um valor que aumenta para 90 por cento quando se incluem as suas famílias. Quase metade de todos os migrantes são mulheres, muitas das quais também à procura de melhores empregos.

Com efeito, a OIT tem manifestado preocupação com a questão da migração de trabalhadores desde a sua fundação em 1919 – o seu próprio mandato inclui a «defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro». Neste contexto, a OIT criou Convenções – a Convenção relativa aos trabalhadores migrantes (revisão), 1949 (nº 97) e a Convenção relativa aos trabalhadores migrantes (disposições complementares), 1975 (nº 143) – e duas Recomendações – a Recomendação relativa aos trabalhadores migrantes (revisão), 1949 (nº 86) e a Recomendação relativa aos trabalhadores migrantes, 1975 (nº 151) – que estabelecem os princípios de igualdade de tratamento e de oportunidades entre os trabalhadores migrantes e os trabalhadores nacionais. Estas normas internacionais do trabalho abordam diretamente assuntos tais como: diálogo social e tripartismo enquanto instrumentos para a definição da política relacionada com a migração de trabalhadores; a regulamentação da contratação, transporte e colocação de trabalhadores migrantes ao abrigo de acordos bilaterais sobre migração de trabalhadores; as suas condições de trabalho e remuneração; a reunificação das famílias e o reconhecimento das qualificações profissionais, de certificados e diplomas; o direito a uma escolha livre do emprego após dois anos de residência num país; o papel dos serviços públicos de emprego na contratação e colocação de trabalhadores migrantes; a proteção dos trabalhadores migrantes contra a discriminação e exploração quando se encontram no estrangeiro; os direitos fundamentais dos trabalhadores migrantes em situação irregular e a questão da regularização; direitos sindicais e direitos associados à segurança social e outros benefícios; e a prevenção da migração em condições abusivas e outras medidas mínimas de proteção.

Recentemente, a migração para fins de trabalho tornou-se uma vez mais um tema central da agenda da OIT, a nível global e regional. A Conferência Internacional do Trabalho dedicou, em 2004, um debate significativo a vários aspetos relacionados com a migração de trabalhadores. Desse debate resultou a adoção das **Conclusões e Resolução relativa a um compromisso equitativo para os trabalhadores migrantes numa economia global** e no **Plano de Ação da OIT para Trabalhadores Migrantes**, acordados por consenso dos representantes das 176 delegações tripartidas envolvidas. O pilar deste Plano de Ação é o Quadro Multilateral sobre Migração Laboral, adotado em 2006. No seguimento deste trabalho, uma Reunião Técnica Tripartida sobre Migração Laboral foi realizada em novembro de 2013.

Em junho de 2014, o Diretor-Geral da OIT apresentou o relatório *Fair migration: Setting an ILO agenda* (Migração Equitativa: Um programa para a OIT) na Conferência Internacional do Trabalho, sugerindo o estabelecimento de oito linhas de ação específicas da OIT neste domínio:

- a) Promover o trabalho decente nos países de origem, incluindo a contribuição dos migrantes;
- b) Formular programas de migração ordenada e equitativa no quadro dos processos de integração regional;
- c) Promover acordos bilaterais que assegurem uma migração corretamente regulada e equitativa entre os Estados membros;
- d) Instaurar processos de contratação equitativos;
- e) Combater situações inaceitáveis;
- f) Pôr em prática o enfoque baseado nos direitos;
- g) Contribuir para o fortalecimento de um programa multilateral sobre migração baseado nos direitos;
- h) Tripartismo, conhecimento e desenvolvimento de capacidades como questões transversais.

O relatório acima mencionado contém as diretrizes gerais para a ação atual e futura da Organização em termos de atividades e projetos, bem como debates mais gerais como o que foi planeado para a próxima Conferência, a ser realizada em junho de 2017.

De igual modo, o Programa da OIT inclui um **Resultado 9: Promover políticas equitativas e eficazes de migração de trabalhadores**. O Resultado 9 visa fortalecer a governança no âmbito da migração de trabalhadores para assegurar condições de trabalho decente para os trabalhadores migrantes, responder às necessidades do mercado de trabalho e promover um crescimento e um desenvolvimento inclusivos. A estratégia global da OIT neste domínio consiste em aumentar a capacidade dos seus mandantes em participar na criação de políticas fundamentadas em dados empíricos e que visam a promoção de uma migração de trabalhadores equitativa, assente nos direitos para todos os trabalhadores. A OIT também trabalha no sentido de melhorar a governança relacionada com a migração de trabalhadores em condições de igualdade, no quadro dos processos de integração regional e ao longo dos principais corredores de migração, com base no diálogo social e na colaboração entre os vários parceiros.

Tem havido um trabalho significativo nas últimas décadas para consolidar e expandir um sistema de corredores de migração Sul-Sul, com uma participação mínima estimada de 50 por cento da parte dos trabalhadores migrantes no total. Tal envolve principalmente a migração transfronteiriça ou inter-regional; neste caso, as fronteiras e a proximidade geográfica favorecem a ligação dos mercados de trabalho entre os países de origem e os de acolhimento. Com efeito, a migração Sul-Sul distribui-se por um vasto número de corredores inter-regionais que diferem em termos geográficos, de interdependência dos seus mercados de trabalho e dos seus mecanismos migratórios.

O ritmo crescente da globalização económica gerou mais trabalhadores migrantes do que nunca. O desemprego e o aumento da pobreza motivaram muitos trabalhadores de países em desenvolvimento a procurar trabalho noutros lugares, ao passo que os países desenvolvidos aumentaram a sua demanda de mão-de-obra, especialmente não qualificada. Consequentemente, milhões de trabalhadores e respetivas famílias viajam para países estrangeiros à procura de trabalho. Atualmente, existem aproximadamente 232 milhões de migrantes em todo o mundo, o que representa 3,1 por cento da população mundial. As mulheres constituem quase metade dos migrantes. As estimativas indicam que um em cada oito migrantes tem entre 15 e 24 anos de idade. Os trabalhadores migrantes contribuem para as economias dos países de acolhimento e as remessas que enviam para casa ajudam a impulsionar as economias dos seus países de origem. Contudo, ao mesmo tempo, os trabalhadores migrantes têm geralmente pouca cobertura de proteção social, enfrentam desigualdades no mercado de trabalho e são vulneráveis à exploração e

ao tráfico de seres humanos. Os trabalhadores qualificados são menos vulneráveis à exploração, mas a sua partida priva alguns países em desenvolvimento de mão-de-obra valiosa e necessária para as suas próprias economias. As normas da OIT em matéria de migração proporcionam ferramentas para que tanto os países de origem como os países de destino possam gerir os fluxos migratórios e assegurar uma proteção adequada para esta categoria vulnerável de trabalhadores.

América Latina e Caribe

A migração de trabalhadores na América do Sul e no Caribe está relacionada com o aumento da internacionalização dos mercados de trabalho e com a integração global das sociedades e economias da região, resultando numa nova configuração muitas das vezes associada aos processos de integração inter-regional. Por um lado, foram feitos progressos consideráveis em termos de políticas, regulamentações e práticas, além da realização de declarações prospetivas e práticas dos países. Por outro lado, um grande número de desafios persiste em termos de governança da migração aos níveis nacional, regional e multilateral.

De acordo com Almeida (*op. cit.*, 2016), a criação de uma área de livre circulação de pessoas na América do Sul foi desenvolvida no contexto de um processo de integração regional (MERCOSUL), no qual participam praticamente todos os países da sub-região. Esta é uma importante área de cooperação entre os países em desenvolvimento no domínio da migração. O processo de migração em curso na América Latina e no Caribe precisa de ser mais divulgado e um maior nível de cooperação entre os países pode tornar este fenómeno mais seguro e ordeiro. A migração Sul-Norte é alvo de muitos debates, mas a realidade é que uma grande parte dos processos de migração, conforme demonstrado pelas estatísticas recentes, decorre entre os designados países em desenvolvimento do Sul. Nesse sentido, é essencial que os países da região possuam as políticas de migração adequadas e os quadros legais em conformidade com as Convenções relevantes da OIT, nomeadamente as Convenções nos 97 e 143, e a Convenção das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias.

CSST e a situação das crianças migrantes: O caso da Guatemala (Castillo, 2016)

Guatemala

Segundo o jornal guatemalteco *Prensa Libre* (9 de maio de 2016), o número de crianças migrantes guatemaltecas nas cidades mexicanas de Chiapas e Tapachula, entre outras, continua a crescer. As autoridades mexicanas reconhecem que não existem estatísticas reais, mas explicam que muitas destas crianças permanecem nas ruas e são vítimas de exploração laboral e tráfico para fins sexuais.

A migração temporária de mão-de-obra indígena foi estabelecida como uma componente substancial do modelo económico da Guatemala. Esta prática migratória tem sido seguida interna e externamente, em particular para a cidade mexicana de Chiapas. Neste contexto, mulheres, crianças e adolescentes operam em locais de trabalho sem sequer serem considerados na avaliação do trabalho. Esta situação deve ser acompanhada por disposições regulamentares que estabeleçam os princípios, os direitos, as instituições e os procedimentos para o reconhecimento efetivo de todas as crianças e adolescentes enquanto indivíduos com direitos; no entanto, devem ser considerados modelos e estratégias eficazes para intervir na questão do trabalho infantil. A Cooperação Sul-Sul e triangular visa a implementação de modelos de desenvolvimento inclusivo e distributivo impulsionados pela demanda, a promoção da aprendizagem, da organização e de iniciativas estratégicas para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – reconhecidos pelo Estado da Guatemala –, pelo que é de importância vital interagir com outros países, fortalecer as redes, criar círculos de profissionais e parcerias, com base nas boas práticas e nas lições aprendidas. Importa referir que, em 2005, a Guatemala e a Colômbia fizeram um intercâmbio de boas práticas sobre a prevenção do trabalho infantil, para o qual têm usado instrumentos e conhecimentos eficazes de cooperação técnica. Não há dúvida de que a cooperação Sul-Sul beneficia o desenvolvimento económico e social dos países membros, desde que exista uma vontade da parte dos mesmos para promover ainda mais o intercâmbio de conhecimentos e o trabalho entre os países. A cooperação internacional destinada a países em desenvolvimento como a Guatemala será transcendental para a erradicação do trabalho infantil, graças à assistência financeira internacional para programas e projetos, à sensibilização da população local e à promoção e melhoria do diálogo social entre os países.

Brasil: CSST e Migração de Trabalhadores

O governo brasileiro e a OIT iniciaram a implementação do projeto “Cooperação Sul-Sul para a proteção dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na região da América Latina e Caribe”. Os principais objetivos do projeto são o reconhecimento efetivo dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na América Latina e no Caribe, e o contributo para a integração da mão-de-obra na região através do intercâmbio das melhores práticas sobre as políticas e ações que podem proteger os trabalhadores migrantes. Em 2014, foi conduzido um estudo intitulado *Law and Migration Policies in Brazil (2010-2013)* [Lei e Políticas de Migração no Brasil (2010-2013)], com o propósito de sistematizar os avanços realizados pelo Brasil em matéria de migração, inspirados nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Imigração elaborada em 2010 pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com o apoio técnico da OIT. No âmbito da recolha das melhores práticas, o projeto está a apoiar as iniciativas da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMIg) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Segundo L. Mourad (2016), em fevereiro de 2015 tiveram início os trabalhos para a sistematização das experiências sobre o acesso dos imigrantes às políticas públicas em matéria de emprego e aos serviços de formação na cidade de São Paulo, com vista a promover iniciativas relacionadas com a migração de trabalhadores. O projeto irá igualmente prestar assistência técnica às reuniões do Comité Paulista para Imigrantes e Refugiados que dirigirá o debate e a formulação participativa de um projeto de lei que servirá de base à Lei Municipal de Migração.

A participação dos peritos da OIT em áreas relevantes do projeto irá assegurar uma assistência técnica permanente e qualificada. No quadro do projeto, a OIT deseja promover a Cooperação Sul-Sul e Triangular como um modelo para reforçar o trabalho decente e realizar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Espera-se que as lições aprendidas durante o projeto possam influenciar de forma positiva os fóruns internacionais, nacionais e regionais que venham a ser realizados no futuro em matéria de migração.

Projeto: Promover políticas de migração de trabalhadores sensíveis ao género na Costa Rica, Haiti, Nicarágua, Panamá e República Dominicana (Salinas, 2016)

Em junho de 2012, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização dos Estados Americanos (OEA) assinaram um Memorando de Entendimento para implementar o projeto Promover políticas de migração de trabalhadores sensíveis ao género na Costa Rica, Haiti, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, financiado pela União Europeia.

Uma das atividades realizadas foi a proposta de um Modelo de Gestão para a migração temporária de trabalhadores do Haiti, em coordenação com a OIT e esforços bilaterais existentes. O objetivo do documento resultante dessa atividade foi a apresentação de uma proposta de um modelo de gestão sensível ao género, a ser aplicado no contexto da migração temporária de trabalhadores provenientes do Haiti, no qual são consideradas etapas de recrutamento, formação e acordos de participação em programas de trabalho temporário. Para este fim, foi levado a cabo um intercâmbio de experiências e de formação de funcionários, com vista a complementar a assistência técnica prestada ao Haiti para desenvolver um programa de emprego temporário, com assessoria direta de outros Ministérios do Trabalho de Estados caribenhos de língua inglesa com programas análogos.

A OIT está convicta das vantagens da Cooperação Sul-Sul e Triangular para promover os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, outros objetivos internacionais de desenvolvimento e a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas Pós-2015. O desenvolvimento socioeconómico e a posição assumida pelos atores com responsabilidade internacional proporcionam um incentivo para redobrar os esforços no sentido de aumentar o volume e a eficácia da cooperação internacional. O progresso pode ser alcançado através da institucionalização de mecanismos de cooperação, do estabelecimento de prioridades de acordo com as capacidades de cada país e da participação em modalidades inovadoras, como a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Os fluxos migratórios mundiais comportam cada vez mais uma forte conotação Sul-Sul. A mobilidade do trabalho de um país para outro pode desempenhar um papel essencial no desenvolvimento económico e no crescimento mútuo, tanto do país de acolhimento como do país de origem. Com o incremento da migração em muitas regiões, também o número de agências de recrutamento aumentou; muitas destas agências permanecem, na prática, sem regulação e exploram os trabalhadores migrantes. Desta forma, é necessário melhorar os processos de recrutamento, o registo e governança dos fluxos migratórios, de modo a proporcionar uma proteção adequada aos trabalhadores migrantes.

Os trabalhadores domésticos migrantes prestam serviços indispensáveis aos países onde trabalham, contribuindo para a riqueza das sociedades envelhecidas e para a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e de emprego desses países. Contudo, à semelhança dos restantes trabalhadores migrantes, os trabalhadores domésticos migrantes podem deparar-se com vulnerabilidades adicionais que levam a situações de violação dos seus direitos humanos e direitos do trabalho. As suas vulnerabilidades estão geralmente associadas a processos de contratação precários (incluindo retenção do passaporte e substituição do contrato, além da aplicação de taxas excessivas), a ausência de assistência adequada e de mecanismos de proteção, o isolamento social e cultural que por vezes enfrentam no país de destino devido a diferenças linguísticas e culturais, a ausência de informações prévias e exatas sobre os termos e condições de emprego, falta de cobertura do direito do trabalho e/ou da aplicação da mesma no país de destino, e restrições à liberdade de circulação e associação, entre outros aspetos. A OIT reconhece as vulnerabilidades específicas às quais os trabalhadores domésticos migrantes estão expostos e a necessidade de melhorar as leis e políticas de trabalho e migração, incluindo a coerência entre as políticas. No espírito da nova Convenção e Recomendação da OIT – Convenção relativa ao trabalho decente para o trabalho doméstico, 2011 (nº 189) e Recomendação nº 201 – a OIT desenvolveu uma Estratégia Global para apoiar os seus mandantes na concretização do trabalho decente para os trabalhadores domésticos. De acordo com A. Bah (2016, *op. cit.*), «no âmbito dos seus objetivos, a Cooperação Sul-Sul e Triangular poderá cooperar com organizações de trabalhadores domésticos no contexto da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, mediante atividades de formação e de intercâmbios estratégicos e metodológicos que irão certamente ajudar na prossecução da agenda de trabalho decente da OIT».

Migração ao longo da fronteira entre o México e a Guatemala: uma perspetiva de CSST (Sandoval, 2016)

Ao longo da história, através da fronteira entre a Guatemala e o México, que tem uma extensão de aproximadamente mil quilómetros, passam anualmente cerca de 35 000 guatemaltecos acompanhados pelas suas famílias para trabalhar temporariamente nas plantações de café, papaia e cana de açúcar, ou para prestar serviços de limpeza ou construção, constituindo assim um dos maiores fluxos migratórios de trabalho temporário na Guatemala. Estima-se que 90 por cento dos trabalhadores guatemaltecos estão concentrados no estado de Chiapas e os

restantes 10 por cento distribuídos pelos estados de Tabasco, Yucatán, Campeche e Quintana Roo. O Ministro do Trabalho e Segurança Social da Guatemala abriu, em 2002, o Gabinete de Mobilidade Laboral em dois pontos fronteiriços da Guatemala, situados em Tecun Uman e El Carmen, Malacatán, ambos no Departamento de San Marcos. Estes gabinetes mantêm atualmente um registo dos agentes de recrutamento ou contratantes, bem como um registo dos trabalhadores migrantes guatemaltecos e respetivos contratos, pelo que, em muitos casos, a contratação é realizada de forma regular. No entanto, é necessário definir claramente se está implícito que a migração é considerada regular mediante o registo do contrato. Como exemplo de boa prática de cooperação Sul-Sul, e em resposta a esta necessidade urgente de fazer progressos para alcançar a igualdade e o desenvolvimento em termos de migração de trabalhadores, o Ministro do Trabalho e Segurança Social da Guatemala (MINTRAB) e o seu homólogo, o Secretário do Trabalho e Previdência Social do México (STPS), assinaram a 7 de agosto de 2014 um Acordo sobre Cooperação Laboral entre a República da Guatemala e os Estados Unidos Mexicanos.

O Acordo de Cooperação inclui os seguintes objetivos:

- Estabelecer a base para executar atividades de cooperação e intercâmbio de informação sobre assuntos relacionados com o trabalho, para obter informações quantitativas e qualitativas sobre as características dos trabalhadores migrantes temporários, possibilitando a adequada elaboração de políticas ativas do mercado de trabalho.
- Criar um observatório do emprego para analisar as condições enfrentadas pelos trabalhadores migrantes temporários e reforçar os mecanismos de monitoração dos fluxos migratórios de trabalhadores entre o México e a Guatemala, em coordenação com outras entidades relevantes.
- Elaborar Políticas Ativas de Emprego para criar mecanismos legais, seguros e ordeiros entre os dois governos, tanto para trabalhadores migrantes temporários do México que procuram emprego na Guatemala, como para guatemaltecos que procuram emprego no México, em coordenação com outras entidades relevantes no domínio da migração.
- Colaborar para assegurar o pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores nos dois países, através de programas adequados de disseminação e verificação entre as autoridades de imigração, de modo a garantir condições de trabalho decente e digno.

O desejo sentido pelos seres humanos em procurar emprego e modos de subsistência decentes encontra-se no cerne da relação migração-desenvolvimento. Com o aumento nos próximos anos do fluxo de pessoas a atravessar fronteiras para trabalhar, será essencial elaborar políticas de migração justas e eficazes que possam proteger os direitos dos trabalhadores migrantes e reduzir os custos da migração de trabalhadores, para assim alcançar o crescimento económico e melhorar os efeitos do desenvolvimento para os trabalhadores migrantes e as suas famílias, e para os países de origem e de destino. A OIT trabalha com governos, organizações de empregadores e de trabalhadores para melhorar as políticas de migração de trabalhadores que podem contribuir para proporcionar um desenvolvimento equitativo, com um enfoque nas necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras que geram benefícios em prol do desenvolvimento, e que apoiam as suas famílias e comunidades nos países de origem e de destino. No mundo globalizado de hoje, a migração de trabalhadores constitui uma prioridade crescente ao nível das políticas. As dificuldades económicas e as crises geopolíticas que levam à ausência de trabalho decente provocam movimentos migratórios cada vez maiores e diversos. Em muitos países, incluindo nas economias emergentes, o envelhecimento da população e o declínio das forças de trabalho estão também a contribuir para o aumento na mobilidade dos trabalhadores. Um número crescente de mulheres tem vindo a integrar os fluxos migratórios como trabalhadoras independentes, com consequências significativas para a igualdade de género nos países de origem e de destino. Os fluxos migratórios têm sofrido alterações ao longo das últimas décadas, crescendo consideravelmente em alguns corredores entre países do Sul. A complexidade dos desafios em termos de governança aumentou. Existe a necessidade de compreender a dinâmica destes fluxos migratórios e as suas consequências para os mercados de trabalho, particularmente nos setores onde há uma predominância de trabalhadores migrantes. São necessárias novas ideias e abordagens para a governança da migração de trabalhadores: uma partilha equitativa da prosperidade que os trabalhadores migrantes ajudam a criar e políticas que respondam de forma igualitária aos interesses dos países de origem e de destino, bem como dos trabalhadores migrantes, empregadores e trabalhadores nacionais.

Promover Iniciativas de Desenvolvimento para Trabalhadores Migrantes através de uma melhor cooperação Sul-Sul entre a Mauritânia e o Senegal

O seminário de formação de formadores em Educação Financeira, realizado de 17 a 20 de novembro de 2013 em Rosso, Mauritânia, faz parte do Projeto da OIT “Promover Iniciativas de Desenvolvimento para Trabalhadores Migrantes através de uma melhor cooperação Sul-Sul entre a Mauritânia e o Senegal”. O projeto tem o objetivo de desenvolver as capacidades dos participantes para aumentar o número de sessões de formação sobre educação financeira para migrantes e as suas famílias. Esta iniciativa contribui para dar um maior apoio às partes interessadas sobre o uso eficaz e eficiente dos recursos gerados pelos migrantes. A migração sazonal tem sido um aspeto central no processo de organização da migração de trabalhadores para o Senegal. Segundo Diop (2016, *op. cit.*), a mobilidade dos seres humanos é um dos fenómenos mais determinantes do nosso tempo. Em África, a migração existe deste o início dos tempos. No entanto, o tipo e os destinos dos migrantes não são estáticos, e o tipo de migração e de mobilidade muda drasticamente ao longo do tempo. Nesse sentido, a Mauritânia e o Senegal, como muitos países do mundo, tornaram-se países de imigração, emigração e trânsito. Apesar de a migração atrair atualmente muita atenção devido à instabilidade política na maioria dos países da África Central e do Norte, é ainda necessário compreender a migração nas suas várias formas e considerar o contexto nacional e internacional para desenvolver políticas abrangentes que permitam fazer a gestão da migração e assegurar, ao mesmo tempo, os plenos direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias. A Mauritânia e o Senegal deparam-se atualmente com esses diversos tipos de migração.

No contexto da CEDEAO (Comunidade de Estados da África Ocidental), a Mauritânia e o Senegal constituem uma porção significativa da migração inter-regional. Seja em termos de migração mauritana e senegalesa para os países da sub-região, ou de migração da África Ocidental para a Mauritânia e o Senegal, os dois países são importantes provas da migração Sul-Sul. A mobilidade dos trabalhadores é facilitada pela adesão e observância por parte das autoridades nacionais do Protocolo para a Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Estabelecimento da CEDAO e dos acordos bilaterais entre a Mauritânia e a maioria dos seus vizinhos. Este contexto de migração levou à atualização da Estratégia Nacional de Migração (SNGM) na Mauritânia e poderá encorajar o Senegal a dar início a várias medidas administrativas, legislativas e programáticas por forma a responder às necessidades associadas com a gestão de diferentes tipos de migração.

Módulo 9 – CSST e Parcerias Público-Privadas

Introducción

Sendo uma forma de parceria em crescimento, a Cooperação Sul-Sul e Triangular desempenha um papel cada vez mais importante nas parcerias público-privadas (PPP) da OIT. Os parceiros do Sul, com experiências semelhantes em termos de desenvolvimento, contribuem com experiências particularmente relevantes e úteis para assistir as PPP. Este módulo presta especial atenção aos constrangimentos em termos de recursos e à capacidade administrativa limitada dos atuais sistemas públicos de educação e formação profissional com que muitos países se defrontam. As nossas discussões neste módulo destacam, assim, a importância de promover a formação de competências impulsionadas pela demanda através de parcerias público-privadas eficazes e viáveis. Mediante sessões de aprendizagem interativas entre pares, o módulo demonstrou como as PPP podem ser estabelecidas e fortalecidas, e como a CSST pode ajudar a abordar desafios comuns ao desenvolvimento de competências no Sul.

O desenvolvimento de competências desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento sustentável. As competências fomentam a produtividade e a eficiência dos recursos ao nível macro. Facilitam o acesso ao emprego para aqueles que procuram um trabalho, o que ajuda a reduzir a pobreza de uma forma sustentável. No entanto, o acesso desigual às oportunidades de desenvolvimento de competências e a sua relevância modesta no mercado de trabalho faz com que as vantagens plenas do desenvolvimento de competências não sejam devidamente exploradas. Este módulo optativo de dois dias incentiva os participantes a discutir questões relacionadas com o desenvolvimento de competências através de sessões interativas. Ademais, a crise económica mundial deteriorou a difícil situação que já existia nos mercados de trabalho para os jovens. A crise resultou num aumento dramático da taxa de desemprego dos jovens, a qual subiu de 17 por cento em 2008 para 20,5 por cento em 2009. Depois de ter diminuído entre 2009 e 2011, a taxa estabilizou nos 13 por cento, mas permanece ainda bastante acima dos níveis registados anteriormente à crise, situados nos 11,7 por cento. Verificou-se uma queda no número de jovens desempregados para os 73,3 milhões em 2014, ou seja, menos 3,3 milhões em relação aos 76,6 milhões registados no pico da crise em 2009. Devido às perspetivas económicas e à ausência de trabalhos decentes suficientes,

muitos jovens entraram no desemprego, no emprego informal, em empregos precários e temporários que não proporcionam oportunidades suficientes para que estes jovens possam contribuir para o desenvolvimento económico e social.

O desemprego e o subemprego tendem a causar consequências adversas para os jovens no longo prazo. Estas incluem a deterioração de competências e a percepção negativa dos jovens em situação de emprego informal e de curto prazo durante períodos prolongados. Os resultados observados em termos da presença dos jovens no mercado de trabalho indicam que pode existir um longo período de transição até estes encontrarem um emprego decente. Isto tem um impacto sobre os salários e a capacidade de despesa dos indivíduos e das famílias ao longo das suas vidas ativas. Além disso, o desemprego e a inatividade dos jovens podem levar à exclusão social, pois a incapacidade de encontrar um emprego cria um sentimento de ociosidade e frustração. A experiência de países do Médio Oriente e do Norte de África mostra que o descontentamento dos jovens pode levar à agitação social e à perturbação da atividade económica de um país. A exclusão social e uma sensação de injustiça podem abrir caminho para o descontentamento e o extremismo.

A crise do emprego jovem foi um dos principais assuntos debatidos pela Conferência Internacional do Trabalho em junho de 2012. Representantes de governos, organizações de empregadores e sindicatos de 185 países apelaram à ação urgente e imediata para reverter a crise do emprego jovem e a ameaça de perder uma geração de jovens, cujas competências e talentos são subaproveitados ou desperdiçados. Houve igualmente um apelo para que a OIT assegure uma liderança global na resposta à crise, recorrendo, para tal, a parcerias e alianças a nível mundial, regional e nacional.

A Resolução da OIT relativa à segunda discussão recorrente sobre o emprego (julho de 2014) sublinhou a importância de expandir as iniciativas para melhor compreender o que resulta em termos de emprego jovem, desenvolvendo conhecimentos e instrumentos de política, e disseminando-os. As PPP e a CSST têm um potencial na área do emprego jovem no quadro da CSST, com ênfase para assuntos como o mercado de trabalho para os jovens, os desafios do emprego jovem, a abordagem da OIT e os seus instrumentos de política, medidas contra a crise e os resultados atuais das intervenções políticas

CSST e PPP em África: O Instituto Pan-Africano para o Desenvolvimento (Alaoui Solaimani, 2016)

Algumas mudanças significativas ocorreram nos últimos anos ao nível da estrutura da cooperação para o desenvolvimento e das parcerias. A Cooperação Sul-Sul e Triangular desempenha um papel cada vez mais importante no comércio mundial, nas finanças, nos investimentos e na governança. Estas mudanças abriram oportunidades para aprofundar as parcerias entre África e os países do Sul, conforme evidenciado pela multiplicidade de novas iniciativas que visam fomentar as relações políticas, económicas e sociais. Alaoui Solaimani (2016, *op. cit.*) mencionou que uma instituição com uma reputação de longa data no domínio do desenvolvimento é o Instituto Pan-Africano para o Desenvolvimento (IPD). O IPD é uma organização internacional criada em 1964 na Suíça. A sua gestão é assegurada por duas estruturas inter-relacionadas: a primeira opera em Genebra, fazendo a ligação entre o instituto e os seus parceiros; a segunda gere um secretariado-geral a partir de Yaoundé. O IPD, segundo Solaimani (*op. cit.*), é responsável pela formação de executivos africanos, pela prestação de assistência alargada, pela gestão de projetos e por atividades de investigação. As suas atividades são levadas a cabo por toda a África, através de cinco institutos regionais. A estrutura implementada permite ao instituto dar formação a milhares de estudantes de diferentes países africanos. É um excelente exemplo de Cooperação Sul-Sul e Triangular, no qual o IPD é um ator fundamental. O IPD estabeleceu relações construtivas com governos africanos e organizações africanas. Essas relações evoluíram, entretanto, para uma cooperação técnica entre o instituto e um conjunto de organizações das Nações Unidas. Na última década, o comércio Sul-Sul expandiu mais rapidamente do que o comércio Norte-Sul. O investimento Sul-Sul também apresentou um dinamismo sem precedentes. O montante total do comércio de mercadorias em África com países em desenvolvimento não africanos aumentou de 34 bilhões de dólares em 1995 para 97 bilhões de dólares em 2004, ascendendo posteriormente para os 283 bilhões de dólares em 2008 e 595 bilhões de dólares em 2012 (UNCTAD, 2010 e UNTAD, 2014).

Visita de Estudo Interpares sobre Aprendizagens Formais na Tanzânia, no Quênia, Maláui, Uganda e Zâmbia

Os países da África Oriental encontram-se em fases de desenvolvimento semelhantes e enfrentam desafios comuns em termos de desenvolvimento de competências, nomeadamente a falta de adequação das competências (i.e., desajustes entre as competências procuradas e as competências que os trabalhadores possuem). Em resposta, a OIT implementou um programa piloto de aprendizagem formal na indústria hoteleira, estabelecendo uma colaboração estreita entre unidades hoteleiras e a Escola Nacional de Turismo. O programa piloto orientado pelo empregador e impulsionado pela demanda revelou-se um sucesso.

A OIT organizou uma visita de estudo, convidando funcionários governamentais relevantes e parceiros sociais do Quênia, Maláui, Uganda e Zâmbia a deslocaram-se a Dar es Salaam, Tanzânia. As delegações viram os aprendizes a executar trabalhos, visitaram a escola e os hotéis onde os aprendizes recebiam a sua formação. Visitaram também o Ministério do Trabalho e Emprego, assim como a autoridade responsável pela educação e formação técnica e profissional, por forma a compreender o sistema global de aprendizagem na Tanzânia. Através de seminários e discussões de grupo, o caso da Tanzânia e as lições aprendidas foram partilhadas com as delegações dos países.

A visita de estudo interpares foi organizada com os objetivos de 1) disseminar a boa prática da Tanzânia (i.e., o programa de aprendizagem formal no setor hoteleiro) para possível replicação nos países participantes, e 2) aprofundar as discussões sobre a aprendizagem no trabalho ao nível sub-regional. Esta iniciativa contribui para o Objetivo 8 dos ODS.

Revisão do papel das empresas na implementação dos ODS na Ásia

De acordo com A. Gosh (2016, *op. cit.*), ao invés de reduzir as disparidades económicas entre ricos e pobres, a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) resultou num aumento da discrepância na distribuição da riqueza durante as últimas décadas do século XX. Consequentemente, a Organização das Nações Unidas propôs os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, os quais sobreprosseguidos pelos governos de todos os Estados membros e pela comunidade empresarial também. Uma das várias iniciativas para alcançar os objetivos definidos foi o estabelecimento do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC). O envolvimento dos líderes empresariais mundiais para se associarem ao Pacto Global foi, sem dúvida, um impressionante passo em frente.

Uma análise do papel da comunidade empresarial na prossecução dos ODM foi efetuada por Mondal e Ghosh. A sua investigação centrou-se no número de empresas participantes nos programas sugeridos pelo UNGC em nove países selecionados, a saber: Emirados Árabes Unidos, Sri Lanka, Singapura, Coreia, Indonésia, Japão, China, Índia e Bangladeche. Os dados providenciados pelo sítio de internet do UNGC indicam que, durante o período 2001-2006, o número de empresas participantes oscilou entre 8 e 125. Começando com 16 empresas em 2001, o número subiu para 125 em 2011 e depois, gradualmente, desceu para apenas 8 em 2016. Isto é revelador do declínio do papel do setor empresarial na realização dos ODM durante os primeiros 15 anos deste século. Além disso, com base nos dados, podemos considerar que o setor empresarial na região tem menos interesse em concretizar os ODS. Nestas circunstâncias, as Nações Unidas ou os governos dos respetivos países devem adotar medidas para estimular o setor organizado da economia a alcançar as metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A este respeito, pode ser útil a criação de parcerias ao nível institucional. A criação de empregos, o desenvolvimento de competências e o emprego dos jovens na região são alguns dos pontos na agenda onde poderá ser possível introduzir inovações.

O sucesso da cooperação entre vários governos da região pode ser demonstrado em projetos como o do *Asia-Pacific Development Centre on Disability* (Centro de Desenvolvimento Ásia-Pacífico sobre Deficiência, APCD), o qual estabeleceu uma parceria com os governos da Tailândia e do Japão com vista a melhorar as condições para as pessoas com deficiência. Além da cooperação entre os governos, a existência de uma cooperação ativa da parte do setor privado é também essencial. Existem inúmeros exemplos de parcerias entre o público e o privado. Importa mencionar uma dessas iniciativas que teve início este ano.

Um novo Banco de Desenvolvimento Multilateral, o *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, AIIB) foi lançado este ano em Pequim, China. O seu objetivo é promover o “desenvolvimento económico sustentável” primeiramente através de investimentos em infraestruturas. O seu capital de base é 100 bilhões de dólares, dos quais 50 bilhões foram alocados inicialmente, sobretudo pela China e outros países. Esta instituição foi promovida por 58 membros fundadores, onde se incluem 21 países europeus. No entanto, para assegurar uma posição dominante de apenas países asiáticos no que diz respeito à governança desta organização, 75 por cento das ações (os votos são distribuídos

em função da dimensão do Produto Interno Bruto) foram reservados para membros asiáticos.

Conclusões

As PPP e o desenvolvimento de competências têm um papel importante no apoio ao desenvolvimento sustentável. As competências melhoram a produtividade e a eficiência dos recursos ao nível macro. Facilitam o acesso ao emprego para aqueles que procuram um trabalho, o que ajuda a reduzir a pobreza de uma forma sustentável. No entanto, o acesso desigual às oportunidades de desenvolvimento de competências e a sua relevância modesta no mercado de trabalho faz com que as vantagens plenas do desenvolvimento de competências não sejam devidamente exploradas. As discussões neste módulo destacaram, assim, a importância de promover a formação de competências impulsionadas pela demanda através de parcerias público-privadas eficazes e viáveis. O módulo demonstrou como as PPP podem ser estabelecidas e fortalecidas, e como a CSST pode ajudar a abordar desafios comuns ao desenvolvimento de competências no Sul.

Módulo 10 – Espaços virtuais que apoiam a Cooperação Sul-Sul e Triangular no âmbito do Trabalho Decente²⁰

A CSST, enquanto um sólido esforço de cooperação horizontal – caracterizada por um elemento emancipador e conducente a um equilíbrio de poder no âmbito das relações internacionais –, é também considerada como uma componente importante dos debates e práticas relacionados com o Desenvolvimento Sustentável. Isto foi recentemente afirmado pela importância e pelo significado atribuído à Cooperação Sul-Sul e Triangular nas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 da Agenda 2030 das Nações Unidas (Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável).

No que diz respeito à implementação prática, um dos principais desafios nos processos de cooperação que vão além das fronteiras nacionais refere-se à conservação de uma “ligação interativa” entre as pessoas envolvidas em iniciativas colaborativas. Em suma, a existência de uma ligação interativa significa que as pessoas se mantêm empenhadas em conversas permanentes e levam a cabo uma diversidade de atividades conjuntas com uma frequência elevada e regular. Os formatos dessa ligação interativa, que são os mais favoráveis ao surgimento de uma inteligência coletiva e à maximização de sincronismos e sinergias entre atividades complementares, são aqueles caracterizados como “redes distribuídas”, ou seja, quando todas as pessoas têm os meios para facilmente e diretamente avaliar todas as outras pessoas envolvidas, bem como novos potenciais parceiros (situação também conhecida como “entre pares”). A internet é hoje um meio muito promissor para complementar as interações presenciais e minimizar alguns dos principais obstáculos que se colocam quando se procura manter elevados níveis de ligação interativa em redes distribuídas no âmbito da cooperação Sul-Sul: a) barreiras relacionadas com a distância geográfica e b) barreiras linguísticas²¹. Sobretudo com o aumento da expansão das “tecnologias móveis” e com interfaces

20 O capítulo sobre o Módulo 10 foi elaborado por Fernando Baptista, consultor da OIT.

21 Relativamente à minimização das barreiras linguísticas, atualmente o uso de ferramentas da internet, como por exemplo a tradução instantânea de texto e mesmo de discurso, é cada vez mais fiável e está cada vez mais disseminado. Além disso, este é um domínio que está a receber investimentos significativos e a evoluir rapidamente. Ademais, a internet também se tornou um meio consideravelmente importante para aprender e praticar um idioma.

cada vez mais amigáveis e naturais, é já possível perceber a viabilidade da ligação interativa instantânea entre pessoas que se encontram em diferentes partes do mundo e que decidiram agir em conjunto. A interação virtual, quando combinada de uma forma segura, adequada e inteligente com as possibilidades da interação presencial, leva à geração de uma continuidade interativa que pode impulsionar significativamente as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular no domínio do Trabalho Decente e do Desenvolvimento Sustentável.

Nos últimos anos, têm vindo a proliferar tentativas para usar a internet de forma criativa, inovadora e emancipadora, em muitas áreas relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico sustentável – conhecidas amplamente como “tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento (ICT4D)”. Um exemplo foi a conceção e implementação de espaços virtuais interativos para a partilha de conhecimentos e a cooperação Sul-Sul, com o intuito de complementar e fomentar a Academia da OIT sobre Economia Social e Solidária e outras iniciativas relacionadas, lançadas pela OIT e pelas Nações Unidas. Estes espaços virtuais multilíngues foram denominados *Collective Brain* (Cérebro Coletivo) da Academia ESS (existente desde 2012) e *Meeting Point* (Ponto de Encontro) para a Cooperação Sul-Sul e Triangular na ESS (existente desde 2013):

***Collective Brain* (Cérebro Coletivo) da Academia ESS** (<http://www.sseacb.net/>)

O Cérebro Coletivo é um espaço virtual interativo com vista a enriquecer a Academia sobre Economia Social e Solidária da OIT²². O seu propósito é dar aos participantes, aos antigos participantes e a outras pessoas interessadas na Academia ESS a possibilidade de continuarem envolvidos, cooperarem e aprofundarem os conhecimentos em tempo real através da internet. Este é um espaço virtual multilíngue que procura reproduzir e promover a dinâmica interativa da Academia ESS de forma permanente. A OIT tem construído uma longa tradição e desenvolvido um conhecimento especializado rigoroso sobre as empresas e organizações da ESS, e acredita que ferramentas como o Cérebro Coletivo podem ajudar a fortalecer as redes continentais e intercontinentais no domínio da ESS. Este espaço foi desenvolvido em 2012 com o apoio do Bureau Internacional do Trabalho e o Centro Internacional de Formação da OIT.

22 Mais informações acerca da Academia ESS da OIT: <http://socialeconomy.ilo.org/>

Meeting Point (Ponto de Encontro) para a CSST na ESS (<http://www.sstcsse.net/>)

Este é um ponto de encontro onde pessoas de diferentes países podem reunir-se, partilhar, fazer intercâmbios e cooperar no domínio da Economia Social e Solidária, no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular. O seu principal objetivo é aumentar a conectividade direta e a interatividade entre as pessoas interessadas. Este espaço foi desenvolvido em 2013 com o apoio do Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV) da OIT no quadro da Academia sobre Economia Social e Solidária. Com base nos seus abrangentes conhecimentos especializados sobre as empresas e organizações da ESS, a OIT acredita que a CSST pode providenciar uma ferramenta para construir redes continentais e intercontinentais no domínio da ESS. Além disso, os conceitos de ESS e CSST são transversais às quatro dimensões da Agenda de Trabalho Decente da OIT.

É possível constatar que, desde que foram lançados, o Cérebro Coletivo e o Ponto de Encontro Sul-Sul sobre ESS têm tido um impacto positivo significativo sobre a dinâmica de inovação e os níveis de interatividade da Academia ESS e outras iniciativas relacionadas com a OIT no domínio do Desenvolvimento Económico Local (DEL), incluindo a cooperação entre cidades (*City-to-City*). Esta constatação é confirmada por um aumento substancial do número de acessos a esses espaços virtuais provenientes de diversos países, e por um compromisso crescente de pessoas chave dos domínios da ESS e do DEL nos seus grupos de conversação nas redes sociais. Como exemplo deste incremento, verificou-se que os sítios de internet Cérebro Coletivo e Ponto de Encontro sobre ESS sofreram aumentos de 217,3 por cento e 274,8 por cento, respetivamente, nos números de acesso durante o segundo quadrimestre de 2015, e estes níveis de crescimento são idênticos aos que foram observados em quadrimestres anteriores. Após o sucesso desta estratégia sustentada pelo uso da internet para promover projetos e atividades na ESS e no DEL, o Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores (PARDEV) da OIT decidiu recentemente alargar esta iniciativa a outros temas fundamentais da OIT: a eliminação do trabalho infantil e da escravatura moderna; criação de emprego; desenvolvimento de competências; proteção social; diálogo social; migração de trabalhadores; e cooperação entre países frágeis (*Fragile-to-Fragile*). Em 2016, o Ponto de Encontro Sul-Sul foi reformulado e alargado de forma a abranger todas as áreas relacionadas com o Trabalho Decente e o Desenvolvimento Sustentável; além disso, uma nova página principal foi lançada (<http://www.southsouthpoint.net/>)²³.

23 Para aprender a usar o novo “Ponto de Encontro Sul-Sul”, visite o endereço de internet <http://www.southsouthpoint.net/> e depois clique em “Sobre”.

- Página principal em inglês: <http://www.southsouthpoint.net/>
- Página principal em espanhol: http://www.southsouthpoint.net/index_es.html
- Página principal em francês: http://www.southsouthpoint.net/index_fr.html
- Página principal em português: http://www.southsouthpoint.net/index_pt.html
- Grupo de conversação no Facebook: <https://www.facebook.com/groups/1094763267235517>
- Grupo de conversação no LinkedIn: <https://www.linkedin.com/groups/8490914>
- Grupo de conversação no Google+: <https://plus.google.com/communities/110273953357697404735>
- Canal YouTube (vídeos): <https://www.youtube.com/channel/UC4CKRQWOpW0xOv-Vac49SoEA>

Ademais, o uso da internet revelou-se também especialmente importante na 1ª Academia da OIT sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular²⁴ (realizada em Turim, Itália, de 11 a 15 de julho de 2016). Uma fase interativa de pré-aprendizagem foi realizada através da internet e introduziu os princípios básicos e as principais questões relacionadas com os temas que mais tarde foram abordados durante as sessões presenciais da Academia. Nesta fase, os participantes começaram a conhecer-se uns aos outros e tiveram a oportunidade de expressar os seus pontos de vista, preocupações e necessidades antes de se encontrarem pessoalmente em Turim. Este espaço interativo foi inicialmente desenhado para os participantes da Academia CSST, mas ficará aberto para qualquer pessoa interessada nos temas abordados pela Academia, ou que desejam conhecer e interagir com os seus participantes. Os links seguintes permitem o acesso direto aos principais espaços na internet relacionados com a 1ª Academia sobre CSST da OIT:

²⁴ Mais informação sobre a Academia CSST da OIT: http://www.ilo.org/pardev/partnerships/south-south/WCMS_458078/lang--en/index.htm

- Espaços de pré-aprendizagem em inglês:
<http://www.southsouthpoint.net/sstcacd2016.html>
- Espaços de pré-aprendizagem em espanhol:
http://www.southsouthpoint.net/sstcacd2016_es.html
- Espaços de pré-aprendizagem em francês:
http://www.southsouthpoint.net/sstcacd2016_fr.html
- Espaços de pré-aprendizagem em português:
http://www.southsouthpoint.net/sstcacd2016_pt.html
- Página do Facebook da 1a Academia da OIT sobre CSST:
<https://www.facebook.com/sstcacademy>

Desta forma, através de uma postura inovadora, criativa e emancipadora relativamente ao uso da internet, a OIT destaca-se e revela-se um exemplo interessante no que diz respeito ao uso de tecnologias de informação e comunicação para promover e fazer avançar a CSST no domínio do Trabalho Decente e do Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, confirma que a Organização reconhece a importância crescente das comunidades globais de debate e prática, as quais são horizontais, ativas, inovadoras e cooperativas, num mundo em mudança que está cada vez mais interligado e menos condicionado pelas distâncias geográficas e as fronteiras nacionais.

Bibliografia

- Ábalos, J. A. (2000): *El fomento al desarrollo productivo local: orientaciones, actores, estructuras y acciones. La situación en Chile en los noventa* (LC/R.1976), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), febrero.
- Abor, J.; Quartey, P. (2010): «Issues in SME development in Ghana and South Africa» in *International Research Journal of Finance and Economics*, n. 39, págs. 218-28. Disponível em: <<http://www.eurojournals.com/finance.htm>> [consultado em 22 abril de 2016].
- Academia CSST – Organização Internacional do Trabalho (manual informativo).
- Adler, E.; Barnett, M. (eds.) (1998): *Security Communities* (Cambridge, Cambridge University Press).
- Adler, E.: «Imagined (security) communities: cognitive regions in International relations», *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 26, no. 2, págs. 249-77.
- Adler, E.; Barnett, M. (1996): «Governing Anarchy: A Research Agenda for the Study of Security Communities», in *Ethics and International Affairs* (Vol. 10).
- Adler, E. (1997): «Seizing the Middle Ground. Constructivism in World Politics», *European Journal of International Relations*, volume 3 (3), págs. 319-363.
- Adler, E.; Crawford, B. (2002): «Constructing a Mediterranean Region: a Cultural Approach», apresentado na Conferência *The Convergence of Civilizations? Constructing a Mediterranean Region*, Lisboa 6-9 de junho de 2002.
- Agarwala, R. (2013): *Informal Labour, Formal Politics and Dignified Discontent in India* (New Delhi: Cambridge University Press).
- Aguilar, L. (2008): «Is there a connection between gender and climate change?», IUCN, paper presented at the Third Global Congress of Women in Politics and Governance (Manila, Philippines, October).
- Alaoui-Solaimani, Y. (2016): «La coopération Sud- Sud et triangulaire, sacrée histoire» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Alburquerque, F. (2004): *Desarrollo económico local y descentralización en América Latina*, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), revista da CEPAL (abril).
- Alcaldía Municipal de Pasto, Plan de Ordenamiento Territorial (2015): *Pasto, Territorio Con Sentido*, 2015 -2027.

- Alcaldía Municipal de Pasto (2012): *Diagnóstico Socio económico del Municipio de Pasto*.
- Alcaldía de Pasto, CGLU, OIT, FINDETER, CONNECTIVE CITIES (2015): *Peer Learning – Políticas Urbano-Rurales para la promoción de trabajo decente en ciudades intermedias* (outubro).
- Amorim, A. (org.) (2013): *Cooperação Sul-Sul e o Trabalho Decente: boas práticas* (ILO).
- Amorim, A.; Dale, A.; Fakhri-Kairouz, C. (eds) (2015): *Social Solidarity and South-South Cooperation: a compilation of short South-South Cooperation articles for the Academy of Social and Solidarity Economy: Social Innovation in the World of Work* (Geneva: ILO).
- A. Prado-RS-Brasil (2009): *Carta de Principios del Foro Latinoamericano de Sistemas Participativos de Garantía*.
- Asamblea Nacional – Ecuador (2010): *Ley Orgánica de Participación Ciudadana*.
- Asociación de Municipalidades del Ecuador, AME. (2013): *Guía Metodológica del Sistema Cantonal de Participación Ciudadana y Control Social*.
- Attina, F. (2002): «European Security and the Development of the Euro-Mediterranean Partnership», apresentado na Conferência *The Convergence of Civilizations? Constructing a Mediterranean Region*, Lisboa 6-9 de junho de 2002.
- Bah, A. (2016): «La coopération Sud-Sud et triangulaire avec les travailleurs domestiques» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Baumann, R.; Oliveira, I. T. M. (orgs.) (2014): *Os BRICS e seus vizinhos. Comércio e acordos regionais* (Brasília: IPEA).
- Bonner, C.; Spooner, D. (2012): *The Only School We Have: Learning from Organizing Experiences across the Informal Economy*, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, disponível em <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/resources/files/Bonner_Spooner_The_Only_School_We_Have.pdf> (25 de outubro de 2015).
- Canares, M. (2016): «South-South and Triangular Cooperation and the Role of Data in the Sustainable Development Goals» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Carre, F. (2013): *Defining and Categorizing Organizations of Informal Workers in Developing and Developed Countries*, Organizing Brief No. 8, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing. Disponível em <<http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Carre-Informal-Worker-Organizations-WIEGO-OB8.pdf>> (a 1 de novembro de 2015).
- Cartilha Bilingue, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia: *Solidária Gestão Coletiva, Resultados Compartilhados*.

- Castillo, C. (2016): «La Cooperación Sur-Sur: Una Respuesta Al Flagelo Del Trabajo Infantil» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Chen, M. (2008): *Women and Employment in Africa: A Framework for Action*, Background Document commissioned by the Danish Foreign Ministry for the Second Conference of the Africa Commission (novembro de 2008).
- Ciudades Locales y Gobiernos Unidos, CGLU (2013): *Construyendo una nueva agenda urbana para las Ciudades Intermedias*.
- Consejo Nacional de Competencias, CNC (2012): *Código Orgánico de Organización Territorial Autonomía y Descentralización*, COOTAD.
- Constitución de la República del Ecuador (2008)
- Corragio, J. L. (2015): Economía (outubro). Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm> [consultado em 14 de abril de 2016].
- Corragio, J. L. (2015): La Economía Social y Solidaria (ESS): *Niveles y alcances de acción de sus actores*.
- Costa, P. A. (2011): *Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v.7, n.1, págs.153-173.
- Cruciani, A.; Amorim, A. (2016): «Fragile-to-Fragile Cooperation and the ILO» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Cunha, M. I. (1996): *Ensino com Pesquisa: A prática do professor universitário*. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n.97 (maio) págs. 31-46.
- Dash, A. (2016): «Managing for Development Results in Decent Work through SSTC: ILO's Challenges for the Agenda 2030» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*, págs. 9-12. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B9BX0GCP9Kv2eVvk4NmhsaTBGRWM>>
- Datta, R. (2003): *From Development to Empowerment: the Self Employed Women's Association in India*, International Journal of Politics, Culture and Society, Vol. 16, No. 3, págs. 351-368.
- David C.-P.; Roche, J.-J. (2002): *Théories de la sécurité* (Paris, Montchrestien, collection clefs).
- De Almeida, P.S.: (2016): «A migração internacional e a cooperação Sul-Sul na América Latina» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.

- Dehart, M. (2012): *Remodelling the Global Development Landscape: the China Model and South South cooperation in Latin America*, Third World Quarterly, 5 July 2012. Vol 33. No.7, 1359-1375 (outubro de 2015). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2012.691835>> [consultado em 13 de abril de 2016].
- Departamento de Alianzas y Apoyo a los Programas Exteriores (PARDEV), OIT: *El trabajo decente: Una alianza para el futuro - Cooperación Sur-Sur y cooperación triangular en las alianzas de colaboración público-privadas e la OIT*.
- De Piante, M. (2006): *Le rôle de l'Union européenne dans la crise Algérienne, 1992-1999: une approche constructiviste*, IEUG, pág. 70.
- Desai, R. M.; Joshi, S. (2013): *Collective Action and Community Development: Evidence from Self-Help Groups in Rural India*, the World Bank Economic Review, Washington DC. World Bank. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/15907/WPS6547.pdf>>
- Deutsch W. K. et. al. (1957): *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*, Princeton (N. J.), Princeton University Press.
- Diallo, A. (2016): «Article sur la coopération Sud-Sud – Le Travail des Enfants» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Dias, F. (2016): «O Mutualismo como uma Ferramenta de Orientação Pedagógica e de Estabilização Social, provável, para os Países da CEDEAO, na base da Cooperação Sul-Sul» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Di Meglio, R. et al (eds.) (2010): *The Reader 2011: Social and Solidarity Economy: our common road towards decent work* (Geneva: ILO).
- Diop, G. (2016): «La Coopération Sud-Sud et Triangulaire avec les travailleurs» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Erthal Abdenur, A.; Moura Estevão Marques Da Fonseca, J.: *The North's Growing Role in South-South Cooperation: keeping the foothold*, Third World Quarterly, 20 September 2013: Vol. 34, No. 8, 1475-1491. Outubro de 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.831579>> [consultado em 12 de abril de 2016].
- Fernandez, G.; Ramírez, K. (2015): *Programa Universitario de Incubación Social de la Universidad Nacional de Quilmes: Incubación de Procesos Ponencia para IX Congreso Red RULESCOOP* (La Plata, Argentina).
- Financiera de Desarrollo Territorial (FINDETER) (2015): *Plan de Acción: Pasto 2038, “Recorriendo el buen camino”*.

- Fonseca, F. P.; Ramos, R. A. R. (2011): *Formas de cooperação interurbana: o caso da rede de cidades do quadrilátero urbano*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais n. 25/26.
- França-Filho, G. C. (2002): *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia análise & dados* (Salvador), v. 12, n. 1, págs. 9-19.
- Gaiger, L. I. G. (2003): *A Economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Cadernos CRH. Salvador, n.39, págs.181-211.
- Gallin, D. (2011): «Organizing Informal Worker: Historical Overview», Paper delivered at the Membership Based Organizations' Workshop, Bangkok 3-5 March. Disponível em <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/reports/files/Organizing_informal_workers_historical_overview_Gallin.pdf> (2 de julho de 2015).
- _____, G. C. *Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação*. Civitas (Porto Alegre), v. 7, págs. 155-174, 2007.
- Germer, C. A. (2009): *“Economia Solidária”: Uma crítica Marxista*. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania (Curitiba).
- Gonçalves, D. A. (2015): *Fortalecer a Estratégia das Articulações em Redes da Economia Solidária na América Latina*. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/fortalecer-estrategia-das-articulações-em-redes-da-na-dimasgonçalves?trkSplashRedir=true&forceNoSplash=true>>
- Gonçalves, N. G. (2015): *Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Perspectiva*, Florianópolis, v.33, n.3, págs.1229-1256.
- Gomes, J. (2016): «Academia Sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Gomis, J. L. (2016): «La Migration de Travail Vecteur de coopération SUD-SUD» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Gosh, S. K. (2016) «Review of the Role of Business Firms in Implementing MDGs in Asia and a Case Study of Partnership between Academic Institution and Business firm (an example of SSTC)» in *South-south and triangular cooperation academy A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Guittey, L. (2016): «Bonne pratique de cooperation sud-sud en matiere de lutte contre la traite et le travail des enfants» in *South-South and Triangular Cooperation Academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.

- Guridi Aldanondo, L. et al (2011): *Experiencias de Economía Social y Solidaria: compartiendo estrategias y aprendizajes*. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional de la 48 Universidad del País Vasco REAS- RILESS – Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria Emaús Fundación Social - EFS Rev. Papeles de Economía Solidaria, N° 2.
- Herce Vallejo, M.; Miró Farreróns, J. (2002): *El soporte infraestructural de la ciudad*. Ediciones UPC, Barcelona.
- Hernandez, E. (2016): «Participación Del Sector Privado En La Erradicación Del Trabajo Infantil En Colombia: Un Caso Exitoso De Cooperación Sur-Sur» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Hughes, C. W.; Meng, L. Y. (eds.) (2011): *Security Studies, A Reader* (New York, Routledge).
- ILO (International Labour Organization) (2011): *Social and Solidarity Economy: Our Common Road towards Decent Work*. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms_166301.pdf> [consultado em 29 de outubro de 2012].
- ILO (2013): *Sustainable development, decent work and green jobs – Report V*, International Labour Conference, Geneva, page 14.
- ILO. Edited by Amorim, A.; Dale, A.; Fakhri-Kairouz. C. (2015): *Social Solidarity and South-South Cooperation: A compilation of short South-South Cooperation articles for the “Academy of Social Solidarity Economy: Social Innovation in the World of Work”* (Johannesburg). Julho de 2015.
- Jaya, V. (2016): «Indonesia's South-South and Triangular Initiatives: Contributing to Southern Countries Capacity Development» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*, pág. 48-52.
- Jurgen, S.; PARDEV, ILO: *The Role of Cooperatives in Achieving the Sustainable Development Goals - the economic dimension*, La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. GB.325/INS/6. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_416438.pdf> [consultado em 28 de abril de 2016].
- Kabeer, N.; Milward, K.; Sudarshan, R. (2013): «Introduction» in Kabeer, N.; Milward, K.; Sudarshan, R. (Eds): *Organizing Women Workers in the Informal Economy: Beyond the Weapons of the Weak* (London: Zed Books).
- Karthikikeyan, M.: (2016) «SSTC and SDGs: Good practices from Ethiopia» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Klaasen, IT; Rooij, R. M.; Schaicj, J. van. (2007): *Networkcities: operationalizing a strong but confusing concept* (ENHR, Roterdan).

- Kyaligonza, B. (2016): «Disguised Child Labour in the Eastern Africa Region» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Laville, J.: *Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana*. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n.36, mai/ago 2014, págs. 60-73.
- Leiva, G. (2016): «Cooperación Sur-Sur Triangular en Chile» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*, págs. 14-18 Disponível em <<https://drive.google.com/open?id=0B9BX0GCP9Kv2TFZ6VkNZdzg5R2M>>
- Levent, B.; Kundak, T.; Gulumser, S. (2004): *The role of “network cities” in construction of global urban culture*. 44th European Congress of the European Regional Science Association (Porto, Portugal).
- Lima, G. N. BRICS: potencial de desenvolvimento e desafios para a construção de um novo cenário econômico mundial. São Paulo: Saint Paul Editora, 2013.
- Loritz, E. (2016): «Del taller clandestino a la cooperativa têxtil - Una trama virtuosa de Cooperación Sur- Sur desde abajo» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Lund, J. (2016): «Transfer of Social Technology - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) and Brazil’s South-South cooperation with Africa» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Mance, E.: *Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico-Solidário do Brasil*. I Conferência Nacional de Economia Solidária.
- Martens, H. M.; Mitter, S. (1994): *Women in Trade Unions: Organizing the Unorganised* (Geneva: International Labour Office).
- Martinez, I. (2016): «The potential contributions of South-South Cooperation to the Sustainable Development Goals» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Mather, C. (2012): *Informal Workers Organizing, Research Report, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*. Disponível em <http://www.solidaritycenter.org/wp-content/uploads/2015/02/infecon_wiego_organizing_final.pdf> 21 August>.
- Menezes, M. T. C. G. (2007): *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista* (Rio de Janeiro, Gramma).
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (2014): *Balance de Gestión 2014*. Disponível em <<https://www.mrecic.gov.ar/es/publicaciones>>.
- Ministério de Relaciones Exterior y Culto – Dirección General de Cooperación Internacional (2013): *Catálogo de proyectos*.

- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (2015): *Lineamientos para la cooperación Sur-Sur* (2013- 2015).
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (2014) *Cuba: Se acuerdan 21 nuevos proyectos de Cooperación Internacional*. Disponível em <<http://www.mrecic.gov.ar/cuba-se-acuerdan-21-nuevos-proyectos-de-cooperacion-internacional>>
- Moraes, L. P. (2007): *Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor?* In: X Encontro Nacional da ABET- Associação Brasileira de Estados do Trabalho (Salvador). Anais do X Encontro da ABET.
- Morais, L. (2014): *Social and Solidarity Economy and South-South and Triangular Cooperations in Latin America and the Caribbean: contributions to Inclusive Sustainable Development* (ILO, Ginebra).
- Mourad, L. (2016): «Agenda de trabalho decente no brasil: reflexões sobre as políticas de migração» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Nagao, M.,²⁵ D.: *Cooperação triangular sul-sul – entraves jurídicos para a criação de redes de cooperação*.
- *Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira*. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf> [consultado em 28 de abril de 2016].
- Neri, M. (2010): *A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho* (Rio de Janeiro: FGV/CPS).
- OCDE (2010): *Learning for Jobs*. Disponível em <<http://oecd.ilibrary.org/education/learning-for-jobs>>.
- *O desafio da competitividade para as exportações brasileiras*. Pontes, v.4, n. 5, págs. 18-19, 2008.
- OIT: «Economía Social y Solidaria y Cooperación Sur – Sur: Nuevos Retos en América Latina y el Caribe» in *Compilación de artículos cortos sobre la Cooperación Sur–Sur: Academia sobre Economía Social y Solidaria* (Puebla, 23-27 de noviembre de 2015) 978-92-2-330476-8 [ISBN]. 16 de novembro de 2015.
- OIT (2013): *La Cooperación Sur-Sur y el Trabajo Decente: Buenas Prácticas*. Coord. Amorim, A. (Ginebra).
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Dos ODM aos SDG. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>> [consultado em 17 de abril de 2016].

25 Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, especializações em Direito Constitucional e Direito Processual Civil ambos pela PUC-Campinas, Especialização em Didática e Prática Pedagógica no Ensino Superior pelo Centro Universitário Padre Anchieta, Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Universitário da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas.

- Ouedrago, A. (2016): «Expérience avec le BIT et coopération Sud-Sud» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Piopiunik, M.; Ryan, P. (2012): *Improving the transition between education/training in the labour Market: What can we learn from various national approaches? Analytical Report*, 13 1-69.
- Pivotte-Cyrus, E. (2016): «The Elimination of Child Labour and SSTC» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Prefectura de Santo Domingo de los Tsachilas: www.gptsachila.gob.ec
- Prefeitura Municipal de Jundiá: www.jundiai.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de São Paulo: www.prefeitura.sp.gov.br
- Prefeitura Municipal de Vitória: www.vitoria.es.gov.br
- Programa Iberoamericano para el Fortalecimiento de la Cooperación Sur-Sur
- Qureshi, U. (2016): «Child Labour in Pakistan and Linkages with SSTC» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Red Agroecológica del Austro (2014): *Normas Básicas de Producción Agroecológica para el Sistema de Garantía Local*.
- Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social y Solidaria – RIPESS (2013): *Recomendaciones de la Economía Social y Solidaria para la Agenda de Desarrollo Post-2015*.
- Rija, A. (2016): «General Agreement Cooperation (GAC) entre KTC à Kissi Kenya, ATTI à Mbeya Tanzania, MELTC à Mbale Uganda et le CF HIMO à Antsirabe Madagascar depuis 2012» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Rocha Mattos, D. (2016): «The 2030 Development Agenda under the perspective of the South-South and triangular cooperation and the Social and Solidarity Economy» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*, págs. 31-41. Disponível em <<https://drive.google.com/open?id=0B9BX0GCP9Kv2YkZIZXpN-X0Vt2c>>
- Rosandiski, E. N. (2014): «Microcrédito como Componente Política Pública de Inserção Produtiva» in *Compilação de artigos - IV Academia sobre a Economia Social e Solidária*.

- Rosandiski, E. N. (2015a): «Social Innovation: The Undertakings on Solidarity Economy and Public Policy on Production and Integration in Brazil» in *Social Solidarity and South-South Cooperation: A compilation of short South-South Cooperation articles for the “Academy of Social Solidarity Economy: Social Innovation in the World of Work”* (Johannesburg, 2015) – by SSTC scholars. Disponível em: <<http://www.cooperativasinfronteras.net/>> [consultado em 10 de abril de 2016].
- Rosandiski, E. N. (2015b): «Estrategias para el fortalecimiento de las empresas agrícolas y el consumo responsable - el caso de las Cooperativas Sin Fronteras (CSF)» in *Economía Social y Solidaria y Cooperación Sur-Sur: Nuevos Retos en América Latina y el Caribe Compilación de artículos cortos sobre la Cooperación Sur-Sur – Academia sobre Economía Social y Solidaria* (Puebla, 23-27 Noviembre, 2015).
- Sakurai, M. Y.: *The post-2015 development agenda and South–South and triangular cooperation – How the partnership model should be*. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4639818/>> [consultado em 16 de abril de 2016].
- Salinas, L. (2016): «Chile y la cooperación sur-sur y triangular. El caso de la cooperación para mejorar las condiciones de empleabilidad de jóvenes en situación de vulnerabilidad en la República Dominicana» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*, págs. 41-44 <https://drive.google.com/open?id=0B9BX0GCP9Kv2X2xpb19JeUQxMok>.
- Salinas, A. M. L. (2016): «Cooperación sur – sur y triangular: el papel del Ministerio de Trabajo de Colombia» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Sandoval, A. J. «Artículo sobre la cooperación sur-sur Guatemala-Estados Unidos Mexicanos (migración laboral)» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- Sandroni, P. (2009): *Dicionário de Economia do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).
- Saurugger, S. (2009): *Théories et concepts de l'intégration européenne*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Secretaría Nacional de Planificación, SENPLADES (2013): *Atlas de las Desigualdades Socio-Económicas del Ecuador*.
- Schiochet, V. (2012): «Da democracia à Autogestão. Economia Solidária no Brasil» In Benini, Edi (at alii) *Gestão Pública e Sociedade. Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária, Outras Expressões*, vol. 2.
- Schor, A. (2014): *South-South Cooperation and IBSA: more trade in politics*. New Global Studies, Vol. 8(2), 183-201.
- Schwok, R. (2005): *Théories de l'intégration européenne*, Paris, Montchrestien, collection clefs, págs. 45-51 e 110-121.

- Seghier, S. (2005): *Le Processus de Barcelone: Exemple de coopération entre zone d'inégal développement* (King's College London, Université de Londres), 120 p.
- Seminar 7th Investment and Trade Initiative to Brazil. March, 16, São Paulo
- SENAES/TEM: *Termo de Referência Termo de Referência para o Edital de Apoio e Fortalecimento às Redes de Cooperação Constituídas por Empreendimentos Econômicos Solidários em Cadeias Produtivas e Arranjos Econômicos Territoriais e Setoriais de Produção, Comercialização e Consumo Sustentáveis e Solidários. Anexo da Chamada Pública 004/2012.*
- Severnini, E. R.; Orellano, V.I.F. (2010): *O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré-PLANFOR*. Revista economia, 11.
- Shannon, V. P.; Kowert P. A. (eds.) (2012): *Psychology and Constructivism in International Relations, An Ideational Alliance* (USA, University of Michigan).
- Silva, K. (2016): «O Trabalho Infantil em Angola» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Singer, P. (2002): *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2003): «Economia Solidária» in Cattani, A. (org) *A Outra Economia*. Veras Editores.
- Singer, P.; Souza, A. R. (Org), (2000): *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 1ª edição. ISBN 85-7244-156-5.
- Soares, M.: *South-South and Triangular Cooperation (SSTC) and Fragile-to-Fragile Cooperation (F2F) in the reshaping of International System: new forms of resistance*.
- *Social and Solidarity Economy and the Challenge of Sustainable Development: A Position Paper by the United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (TFSSSE)*. Junho de 2014.
- Sosa, N. (2016): «Propuesta de Intercambio entre el Ministerio de Trabajo de Colombia y el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de Paraguay» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the "South-South and Triangular Cooperation Academy"*.
- Sousa Santos, B.; Cunha, T. (eds.), (2015): *International Colloquium Epistemologies of the South: South-South, North-South and North-North global learnings*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Tauchen, G.; Fávaro, A. (2011): *O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação*. Linhas Críticas, Brasília, v.17, n. 33, págs. 403-419.
- Telam (2016): *La canceller Malcorra viajó a Cuba para participar de los diálogos de paz* en Colombia, 13/03/2016.

- Sarojini, T.; Arnold, C.; Johnson, T. (2009): *Gender and Social Protection*. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/povertyreduction/43280899.pdf>. [consultado em 14 de novembro de 2016].
- UNDP (2007): *Human Development Report 2007/2008: Fighting Climate Change: Human solidarity in a divided world*, New York.
- Universidad de Cuenca - Fernando Pauta Calle (2013): *Ordenación Territorial y Urbanística: Un camino para su aplicación*.
- UNRISD (United Nations Research Institute for Social Development), (2012): *Potential and Limits of Social and Solidarity Economy*. Project Brief, No. 2.
- Uriarte, O. E. (2002): *Diálogo social: Teoría y Práctica*, Relacentero. Revista de Relaciones Laborales. No.2, San José, junio 2002. <http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_articulo/ermida.pdf>
- UTTING, P.: *Realizing the 2030 Development Agenda through Social and Solidarity Economy*. Disponível em: <https://ccednetrcdec.ca/sites/ccednetrcdec.ca/files/realizing_the_2030_development_agenda_through_social_and_solidarity_economy.pdf>. [consultado em 15 de abril de 2016].
- Vasconcelos, T. A. C. (2007): *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Weixia, L. (2016): «Promote China-ASEAN Cooperation in Occupational Safety and Health through Training Program on Chinese Occupational Safety and Health Management System» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.
- White, L.: «IBSA six years on: co-operation in a New Global Order», in *Policy Briefing*, n. 8. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/conference/ibsa/papers/ibsa1.pdf>> [consultado em 21 de abril de 2016].
- WIEGO (2015): *WIEGO Organization and Representation Databases*. Disponível em <<http://wiego.org/wiegotdatabase>>, 2 de novembro de 2015.
- Xalma, C.; López, S. (2015): *Report on South-South Cooperation in Ibero-America*. Madrid: Secretaria General Iberoamericana.
- X-Cross Project, Disponível em <www.centroubal.com>
- Xiadong, Y. (2016): «The Sustainable Technical Action of China: On Promoting Of South-South Cooperation» in *South-South and triangular cooperation academy: A Compilation of Short South-South Cooperation Articles for the “South-South and Triangular Cooperation Academy”*.

Sítio de internet pesquisados

Obs: Todos os sítios de internet foram consultados em abril de 2016.

- Asociación Internacional de Ciudades Educadoras: www.edcities.org
- Centro Regional de Informações das Nações Unidas: www.unric.org
- Cities for Mobility: www.cities-for-mobility.net
- Mercociudades: www.mercociudades.org
- INTELI Smart Cities Portugal: smartcitiesportugal.net
- Instituto Municipal de Desarrollo Económico y Empleo de Córdoba: www.imdeec.es
- Mayors for Peace: www.mayorsforpeace.org
- Observatorio de Cooperación Descentralizada: observ-ocd.org
- Parque Industrial da Cidade de Obregón: www.parqueindustrialobregon.com
- Réseau International des Villes de L'Aérostale: www.toulouse.fr
- WRI BRASIL – Cidades Sustentáveis, wricidades.org
- Solutions, www.urban-mobility-solutions.eu

Esta publicação apresenta uma visão geral dos módulos apresentados na Academia de Cooperação Sul-Sul e Triangular (Academia CSST) de Turim, de 11 a 15 de julho de 2016, ilustrando as diferentes soluções que os países do Sul têm implementado, trabalhando para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Academia CSST, uma iniciativa conjunta da OIT e do seu Centro Internacional de Formação foi uma oportunidade para todos os membros da OIT para discutir boas práticas Sul-Sul nas seguintes áreas: eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil, mudança climáticas, a criação de empregos verdes e formação profissional e pisos de proteção social no Sul Global.

Também foram discutidas novas formas de cooperação Sul-Sul, incluindo a cooperação “Cidade-Cidade” (entre cidades) e “Fragil-Fragil” (entre países em situações de fragilidade). Esta compilação de artigos visa contribuir para compartilhar a experiência internacional, com o objetivo de promover a cooperação no “Sul Global” e aumentar o envolvimento com as modalidades da CSST através de abordagens que compartilhem projetos de cooperação sub-regional, regional ou entre países em desenvolvimento. Finalmente, a cooperação Sul-Sul complementa soluções de cooperação internacional tradicionais para seus próprios problemas.

ISBN 978-92-2-831305-5



9 789228 313055 1